Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

ANO 56.º-19 202 6$00

QUINTA-FEIRA 11 NOVEMBRO 1976

P.C.P. ABRIU VIII CONGRESSO

CONFIANÇA NOS TRABALHADORES

— tónica da intervenção de Cunhal

Com milhares de pessoas — delegados e convidados — a cantar a «Internacional» iniciou-se às 9 e 30, na nave principal da F. I. L., o VIII Congresso do Partido Comunista Português, que é segundo realizado na legalidade.

Na primeira e segunda filas da tribuna central encontrava-se toda a Comissão Política do PCP e o Comité Central, nas duas tribunas laterais as 60 delegações estrangeiras convidadas.

Os trabalhos iniciaram-se com a intervenção de José Vitoriano, membro da Comissão Política e do Comité Central, que pôs à votação dos 1200 delegados presentes a composição da mesa. Aprovada por unanimidade, ficou constituída pelos membros efectivos do Comité Central e por quatro membros suplentes.

Também por unanimidade foram aprovados: o projecto de regulamento do Secretariado do Congresso (Octávio Pato, Blanqui Teixeira, Marília Vilaverde Cabral e dois outros elementos), Comissão de Verificações, Comissão de Redacção, Comissão Eleitoral do Congresso e finalmente a ordem dos trabalhos.

Em seguida António Gervásio, também da Comissão Política do Comité Central, fez a saudação a todas as delegações presentes a este Congresso, com especial calor para os movimentos de libertação (MPLA, FRELIMO e PAIGC), Chile, URSS e outros.

Das delegações portuguesas faz parte uma representação do Conselho da Revolução, composta pelo capitão de fragata Martins Guerreiro, tenente-coronel Ribeiro Cardoso, tenente-coronel Prezarat Correia e major Vítor Alves. O brigadeiro Franco Charais e o capitão-de-fragata Vítor Crespo deverão assistir também a algumas das próximas sessões de trabalho.

Além das delegações do CR estão presentes mais 20 delegações nacionais, nomeadamente da Intersindical, MDP/CDE, FSP, PS Intervenção Socialista, MSD, MUTI, diversas Federações Sindicais MDM e Cristão para o Socialismo.

Destinadas às delegações estrangeiras estão a ser feitas quatro traduções simultâneas em francês, inglês, alemão e russo.

INTERVENÇÃO DE ÁLVARO CUNHAL

. Confiança nos trabalhadores, sem os quais é impossível a resolução dos grandes problemas nacionais, foi a tónica da intervenção do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, na abertura do VIII Congresso deste partido.

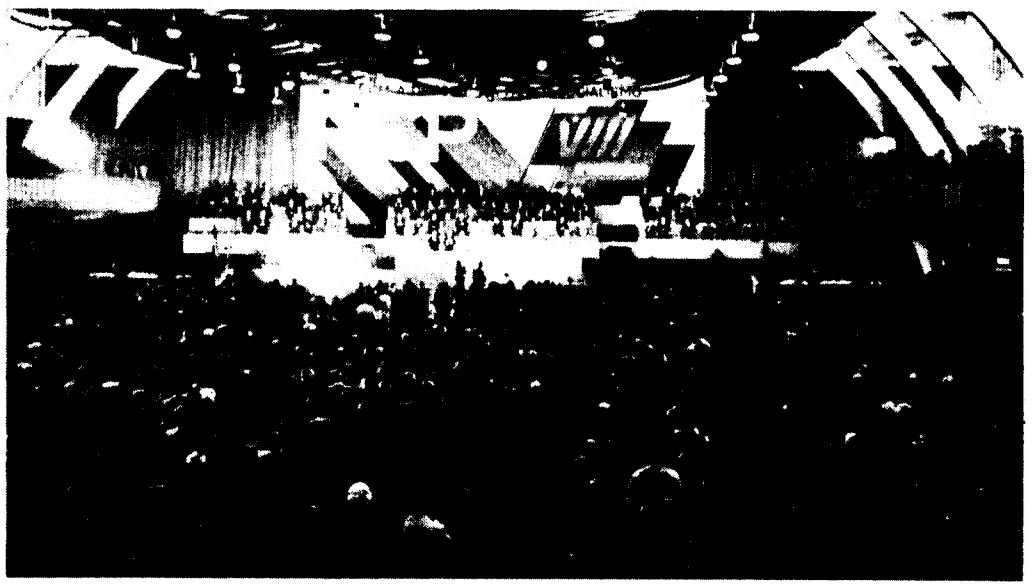
Começando por referir passagens do documento das teses apresentadas e do relatório do Comité Central, Álvaro Cunhal concentraria depois, o seu discurso na questão económica, considerada fundamental e de cuja resolução depende em grande parte o futuro da revolução portuguesa.

Álvaro Cunhal, que criticou asperamente a política seguida pelo Governo minoritário do PS, colocou ainda duas interrogações: «qual a razão por que a política económica do VI Governo e a do actual Governo PS não conseguiu nem consegue resolver os problemas económicos fundamentais?» e «qual a razão, tendo-se registado há mais de um ano uma modificação da correlação de forças no VI Governo e iniciando-se uma política de recuperação capitalista e contra as principais conquistas dos trabalhadores estas não puderam apesar de tudo ser ainda destruídas?»

. A resposta dada por Álvaro Cunhal centra-se precisamente na dinâmica revolucionária que não pode ser forçada, e, antes pelo contrário, continua a ser intensificada.

Quanto à teoria dos partidos, que fazem passar a recupe-

Continua na pág. 20



A nave principal da F.I.L. encheu-se para a sessão de abertura do congresso

Angola: um ano de independência

Murais em numerosos locais de Luanda, capital da R.P.A., cantam e contam todos os actos de coragem que levaram à independência de Angola. As ruas estão engalanadas — e ao longo da Avenida de Lisboa, que liga o aeroporto ao centro da cidade, as fachadas exibem as fotografias dos convidados, como, por exemplo, Samora Machel, Aristides Pereira e Pinto da Costa. No Largo Primeiro de Maio começaram esta manhã as cerimónias da comemoração da independência da República Popular de Angola. Palavras de Agostinho Neto: «Agora a batalha económica!»

(PÁGS. 5 E 12)

Paz na Europa foi há 58 anos

Coroas de flores em memórias dos mortos da I Grande Guerra foram esta manhã depositadas na base do monumento evocativo dos heróis daquele primeiro grande conflito mundial, a assinalar a passagem do 58.º aniversário do Armistício, assinado a 11 de Novembro de 1918. Nas cerimónias, que se desenrolaram na avenida da Liberdade, participaram, o Primeiro Ministro, Mário Soares, o ministro da Defesa coronel Firmino Miguel o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, adidos militares acreditados no nosso País, soldados de artilharia e pára-quedistas, forças de «Comandos», da P.E. e da Força Aérea.

O presidente do Município entre as individualidades presentes na cerimónia

DESASTRE NO RIO CORONA

Recuperados seis corpos

SANTIAGO DO CACÉM, 11 — (Do nosso enviado especial) — Foram recolhidos esta manhã os cadáveres de seis operários do Complexo de Sines que ontem à noite, cerca das 20 e 30, pereceram afogados no rio Corona a 13 quilómetros desta vila. Os corpos encontram-se no hospital de Santiago do Cacém, e foram já identificados: José Batata, de 38 anos, natural de Beja; Jorge Orlando Ramires Soares, 22 anos, Aljustrel; Luciano Paixão, natural de Alvalade; José Luís Fialho Cabeço, de Cuba; José Amador Gonçalves e José Gertrudes Julião. Esta manhã os bombeiros, a G. N. R. e a população da zona continuavam a bater as margens do rio e mergulhadores procuravam encontrar sinais das restantes duas vítimas nas águas revoltas do rio.

O desastre deu-se ontem à noite, cerca das 20 horas, quando uma carrinha que transportava 12 trabalhadores do porto de Sines foi arrastada pelas águas que galgavam a pequena ponte rústica entre Adela e S. Domingo do Sado.

«Estava muito escuro e a visibilidade era ainda mais reduzida pela chuva», contou-nos, esta manhã, o condutor da carrinha, José Manuel Sardinha. «Quando reparei que já estávamos em cima da ponte tentei

Continua na pág. 20

DEFESA DA CONSTITUIÇÃO EM MESA-REDONDA

(Ler nas páginas centrais)

20 PÁGINAS

Política de A a Z

BALANÇO POSITIVO

A «direita» parlamentar e extraparlamentar mostrou-se surpreendida com o discurso de Francisco Salgado Zenha na «Assembleia da República», discurso no qual, defendendo os pontos de vista críticos e os critérios valorativos do seu partido, o dirigente socialista reconheceu em termos afirmativos e inequívocos que: «Decorridos dois anos sobre a sua eclosão, há já elementos mais do que suficientes para se ajuizar do imenso saldo positivo que para o País e o povo português representam as profundas e dramáticas transformações estruturais que dela resultaram. Depois de quase 50 anos de ditadura, era evidente que Portugal não poderia superá-la sem uma revolução. E uma revolução não é revolução sem transformações revolucionárias. Doutro modo não haverá revolução, mas apenas motins ou pronunciamentos». Noutro passo do seu discurso, e após ter rendido preito á contribuição dos «militares revolucionários, pelo seu papel essencial e decisivo na tarefa patriótica de edificarmos um Portugal mais livre, mais justo e mais solidário», Salgado Zenha afirmaria que «não há solidariedade nacional sem justica social». Estas palavras, este balanço positivo, não terão desagradado apenas à «direita». Andam por aí democratas cansados que não podem suportar a mais ligeira referência ao «processo revolucionário em curso».

Afirmando que não existe «Revolução», digna desse nome, que se não concretize em «transformações revolucionárias», Salgado Zenha aceita a tese de que a transformação da sociedade portuguesa é «um processo histórico» e que será no tempo longo da história, e não nos curtos períodos legislativos e intereleitorais que os resultados concretos, os resultados medidos na vida dos homens, dos cidadãos, dos produtores e dos criadores do «País real», deverão ser contabilizados. A transformacão da vida, da qualidade da vida, e a transformação estrutural da sociedade portuguesa, sao a tarefa histórica iniciada em 25 de Abril de 1974. Globalmente considerados, os acontecimentos e o curso histórico, apresentam um saldo positivo.

DEFENDER O SECTOR PÚBLICO

Por obra e graça da aceleração do «processo» verificada após os «acontecimentos de 11 de Março», o Estado poderá apoiar a sua intervenção na vida económica nacional num vasto «sector público». Recordando, sensatamente, que: «O revolucionário une a acção ao resultado programado, ciente de que vale mais um só resultado revolucionário do que cem milhões de frases revolucionárias», — Salgado Zenha propõe que: «Em vez de discussões teológicas sobre os limites do sector público privado, há que arrancar para a frente com o sector público, tornando-o modelar e dinâmico, de modo que ele seja na verdade o motor do progresso económico nacional, prevendo e fomentando com audácia o aumento da produção que todos desejamos». Não se trata, claro está apenas de «aumento da produção». Mas este reconhecimento da decisiva importância de um «sector público» deverá não só ser tomada em consideração, como aplaudida. Talvez — perdoem-nos a imensão pretensão — estes comentários de aplauso cheguem aos gabinetes, comissões e grupos de estudo onde o «sector público» está a ser metodicamente asfixiado. Negamo-nos, evidentemente a considerar as palavras de Zenha como uma habilidade para evitar as críticas da «ala obreirista» do P.S. ou para atenuar ímpetos reivindicativos. Em vésperas da campanha eleitoral para as autarquias locais, esta posição favorável ao «sector público» não poderá ser classificada de demagógica. Mas será ela o indício de uma viragem política?

REFORMA AGRÁRIA E EXPROPRIAÇÃO

Na altura em que a CAP, pela voz do engenheiro Amaro da Costa, se exprime na «Assembleia da República», as breves palavras de António Barreto, as afirmações de Salgado Zenha, a declaração lida por Vítor Louro, dão-nos uma garantia formal de que a «Reforma Agrária» não será enterrada pelas vociferações reaccionárias da CAP, do CDS, do PPM, e pela crítica coleante e tecnocrática do PSD-PPD. À entrada para um Conselho de Ministros, o primeiro em que tomou assento com as suas novas atribuições, António Barreto, confirmando que a «Reforma Agrária» prosseguiria, afirmou: «A lei tem de se respeitar no que toca às reservas, por exemplo. E na desocupação, no que toca aos pontos. Mas não há alterações nos princípios». Salgado Zenha foi mais categórico: «É necessário ainda completar rapidamente a Reforma Agrária e as expropriações na zona de intervenção». Coube ao engenheiro Vítor Louro, presidente da Comissão de Agricultura, ler na sessão da «Assembleia da República», o parecer que considera de rejeitar o projecto apresentado pelo CDS, para suspender a execução das expropriações no quadro da «Reforma Agrária». Na Comissão de Agricultura — e assim será no plenário da «Assembleia da República» — o Partido Socialista e o Partido Comunista juntaram os seus votos para repudiar a ofensiva da «direita». No plenário juntar-se-lhes-á, se for caso disso, o voto da UDP. Mais uma vez se configurará, na expressão aritmética e na resultante política, uma «maioria de esquerda», aquela «maioria parlamentar» (e nacional) que alguns querem ignorar, muitos se recusam a aceitar, e a «direita» em peso contesta, mas que existe e se manifesta quando é necessário eleger um antifascista respeitado para o alto cargo de Provedor da Justiça ou quando é necessário deter os ataques reaccionários à «Reforma Agrária».

UMA DERROTA DA DIREITA

A suspensão dos diplomas legais que autorizam as expropriações na chamada «zona de intervenção» criaria, como é evidente, um vazio legal e provocaria a instabilidade política e social, a desconfiança e o desespero em vastas regiões do País. Rejeitando o projecto-CDS, repudidando a ofensiva da CAP, ignorando as diatribes do PPM, as forças democráticas e progressistas abrem um diálogo com toda a «esquerda». Sabemos que a «direita», não desarma. A defesa da «Reforma Agrária» é um momento táctico de uma estratégia ampla que vise defender integralmente o «25 de Abril» com o Povo.

Nacional

REUNIÃO DA E.F.T.A. COMEÇOU HOJE

Portugal é tema em agenda

Depois de uma série de encontros preparatórios para a elaboração da agenda de trabalhos, efectuados no dia de ontem, está a decorrer desde esta manhã em Lisboa a primeira reunião do Conselho Ministerial da E. F. T. A., presidida pelo ministro português, dr. António Barreto.

A reunião desta manhã teve um carácter restrito, sendo seguida, à hora em que o nosso jornal começa a circular, de uma segunda reunião com carácter plenário e a participação de todos os ministros.

Nestas sessões de trabalho, assim como nas que decorrerão amanhã, são abordados temas como a situação económica à escala europeia mundial, e em particular nos países membros da E. F. T. A., as actividades da Associação e a situação parlamentar no seio da E. F. T. A.

O plano de assistência económica a Portugal figura igualmente na agenda de trabalhos. Espera-se, assim, que será debatido não só a questão do fundo industrial da E. F. T. A. para o nosso país, como a possível concessão de novos financiamentos e o problema do desarmamento aduaneiro no que diz respeito a Portugal, que poderá prolongar até 1985 o benefício pautal em relação a uma série de produtos a definir.

Embora não conste abertamente da agenda, a questão das medidas unilaterais para contigentar as importações de alguns produtos, como os têxteis, tomadas pela Inglaterra e pela Suécia, e que atingiram particularmente o nosso país, deverá ser também debatida.

O QUE É A EFTA

A Associação Europeia de Comércio Livre (E. F. T. A.) foi constituída em 1959, pela «Convenção de Estocolmo», porque foi nesta capital que foi assinada em Novembro de 1959 aquele acordo, que entrou em vigor em 3 de Maio de 1960.

Portugal foi um dos países que participou na formação da E. F. T. A., juntamente com a Grã-Bretanha, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia e Suiça.

A tendência para a integração europeia, ou para a constituição de grandes espaços económicos livres, surgiu após a Segunda Guerra Mundial como uma necessidade das economias capitalistas, que haviam seguido, sobretudo nos anos trinta e quarenta, o caminho do proteccionismo económico. Após a Segunda Guerra Mundial, a indústria dos países europeus necessitava de alargar rapidamente o seu mercado, ou seja, de chegar junto de todos aqueles que, nos vários países da Europa, tinham maior poder de compra.

Os próprios Estados Unidos da América estavam então interessados em que o potencial económico da Europa se desenvolvesse, até para fortalecer o bloco oposto ao dos países do leste europeu.

No discurso que profere a 5 de Junho de 1947, em Harvard, Marshall faz a sua proposta de auxílio em grande escala para a reconstrução da Europa, mas com a condição dos países europeus estreitarem a sua cooperação económica e acabarem com o proteccionismo.

Os diferentes potenciais económicos, e interesses político-económicos, não permitiu, porém, a constituição de uma só zona de comércio livre na Europa. Países como a Alemanha Federal, a França, e outros, constituem o Mercado Comum Europeu. Por sua vez, a Grã-Bretanha lidere o grupo de países que constitui a E. F. T. A.

Portugal adere à E. F. T. A. sobretudo por razões de ordem política, como o ministro Correia de Oliveira afirmou claramente em 1961: «A adesão (de Portugal) à Comunidade Económica Europeia não parecia convir. Todo o Tratado de Roma foi delineado em ordem a proteger os interesses de um espaço determinado, reflectindo implicações políticas que não nos interessam». E mais adiante: «Acresce a isto que a nossa vontade de aderir ao bloco dos Seis (Mercado Comum) só por si não seria suficiente. Mesmo que se manifestasse ainda seria necessário que ela fosse aceite e há razões especiais para crer que as tentativas nesse sentido não teriam tido talvez bom acolhimento». A adesão de Portugal à E. F. T. A. foi então escolhida pelo Governo salazarista porque ali não enfrentavamos «problemas de ordem política».

"Telex" de Madrid

Encontro Soares-Suárez não está previsto

MADRID, 11 (do nosso correspondente Valentín Jiménez) — «Não há nada de concreto» repetiu ontem insistemente a este correspondente o adido de Imprensa da Embaixada de Portugal em Espanha, Corregedor da Fonseca, ao ser interrogado acerca dum hipotético encontro entre o Primeiro-Ministro português e o seu homólogo espanhol, Adolfo Suárez.

O encontro havia sido considerado «muito provável» e em «data próxima» pelo vespertino madrileno «Informaciones», na primeira página da sua segunda edição da passada terça-feira, 9 de Novembro. No entanto, a notícia parecia contraditória, pois também se assegurava que a entrevista «não é iminente» e que «ainda não estão completamente fixados o local e a data». Para ambas as afirmações citavam-se «fontes dignas de crédito».

Corregedor da Fonseca assegurou-nos que a Embaixada não sabia nada de concreto sobre o assunto e que a recente visita que o embaixador fez ao chefe do Governo espanhol era simplesmente de rotina.

Parece portanto que se deve interpretar o anúncio de um próximo encontro entre os dois estadistas como uma especulação, ela sim fundamentada em algumas razões de peso. Por um lado a existência de um desejo de aproximação entre os dois países já algumas vezes expresso, apesar dos complexos processos políticos que cada um deles está vivendo. Por outro lado, o convite que o Partido Socialista Operário Espanhol)PSOE) dirigiu a Mário Soares, na sua qualidade de secretário-geral do Partido Socialista Português, para assistir ao Congresso que o PSOE tenciona realizar em princípios de Dezembro.

Duas incógnitas, apesar de tudo, encobrem ainda a realização deste facto: que o Congresso seja autorizado pelo Governo espanhol e que, portanto, possa realizar-se em Madrid e que seja possível ao Primeiro-Ministro português deslocar-se para fora de Portugal na data fixada para a realização do Congresso. No caso de se reunirem estas duas condições, a ocasião seria desde logo propícia, para um encontro entre ambos os chefes do Governo.

Noutro campo, cabe assinalar a estranheza que em amplos meios políticos de Espanha suscita a ausência de um projecto do rei Juan Carlos para uma visita a Portugal. Pensa-se que existem suficientes motivos para justificar tal viagem a curto-prazo: a vontade já manifestada pelo pai de Juan Carlos de manter a sua residência habitual no Estoril — apesar das pressões da direita espanhola em sentido contrário — e o precedente das viagens já feitas pelo rei ao estrangeiro, nomeadamente à França. Recorda-se que a França é, com Portugal, o país mais próximo de Espanha, em vários sentidos.

Mau tempo no Aeroporto

À hora de fecharmos esta edição, embora o Aeroporto de Lisboa não se encontrasse oficialmente encerrado visto as descolagens se processarem normalmente, o tráfego estava bastante afectado em consequência do mau tempo, que não permitia aterragens.

Segundo Sousa Gomes

Gestão da Banca vai ser melhorada

O Governo prepara um diploma legal sobre a gestão da Banca nacionalizada, segundo afirmou ontem à noite o eng.º Sousa Gomes, ministro do Plano e da Coordenação Económica, na sessão inaugural de uma mesa-redonda sobre a economia portuguesa realizada pelo European Management Forum e pela C.I.P.

Esta mesa-redonda, promovida simultanemanete à reunião em Lisboa do Conselho Ministerial da E.F.T.A., procura reforçar a influência político-económica, iniciativa privada e da sua organização patronal, Confederação da Indústria Portuguesa.

Sousa Gomes afirmou ainda que o Governo vai enviar brevemente à Assembleia da República um diploma sobre a zona de intervenção e os parâmetros de actuação do sector público e do sector privado, reafirmando que o Governo não tenciona fazer novas nacionalizações. Ao mesmo tempo, o Governo prepara novos diplomas sobre as relações de trabalho, que definirão «as regras de convivência empresarial entre gestores e gestionados».

O Governo procurará igualmente resolver a situação financeira das empresas privadas, e encara a possibilidade de alargar o seguro de crédito aos investimentos destinados a investimentos.

A propósito de investimentos, Sousa Gomes disse que o Código de Investimentos Estrangeiros vai ser modificado, para facilitar mais a vinda de capitais externos para o nosso país.

O ministro do Plano afirmou ainda ser intenção do Governo combater os excessos de burocracia e impulsionar as exportações.

PUB

SINDICATO TRAB. IND. CALÇADO, ART. PELE, MALAS, CORREARIA E SIMILARES DO CENTRO E SUL DE PORTUGAL

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ao abrigo do Artigo 31.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Extraordinária, para o dia 20 de Novembro, pelas 15 e 30 horas, na Rua do Alecrim n.º 46-1.º, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º — Deliberar sobre o Artigo 29.º ponto 1

2.º — Apreciar e deliberar sobre a alínea h) do Artigo 31.º

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

a) Cesar Correia Mota

BATAS PROFISSIONAIS

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS

PARA HOMEM E SENHORA

TINTURARIA GUANABARA — Dep. de confecção

post-scriptum

Não estamos em regime de austeridade?

Ao ler acidentalmente o «Diário da República», 1.ª Série, n.º 260, de sábado, 6 de Novembro de 1976, deparei com o Decreto-Lei n.º 799/76, que me deixou estupefacta. Reza o mesmo: «autoriza a Direcção-Geral do Património a celebrar a escritura para a aquisição pela importância de *93 925 000$00* de um prédio urbano situado na Avenida da República».

Destina-se essa verba à instalação do Ministério do Comércio e Turismo, e o preço do prédio é pagável em duas prestações, a 1.ª de 40 000 000$00, ainda este ano, e a 2.ª de 53 925 000$00, no ano próximo.

Ora não estamos nós em regime de austeridade? Não se recusam auxílio em variadíssimos campos por falta de verba? Não se vai pagar aos trabalhadores o 13.º mês em Títulos do Tesouro? Não se endivida o País através de empréstimos cada vez maiores, por falta de dinheiro?

Como se compreende então que o Governo faça despesa tão vultuosa? É urgente e necessário fazê-la?

Francamente não sei responder, mas gostaria que o fizesse quem sabe e pode.

Maria Josefa de Campos
— LISBOA

Subsídios de Natal e Títulos do Tesouro

Aproxima-se a data em que muitos portugueses vão receber o tão desejado subsídio de Natal, (prémio justo pela sua assiduidade ao trabalho) estan previsto em determinados contratos colectivos o seu pagamento já no mês corrente.

Sobre este óptimo benefício, que serve a largas camadas da população para superar muitas dificuldades acumuladas ao longo dos últimos meses, está muitas dificuldades ao longo dos últimos meses, está a ser forjada a lei que permita converter em Títulos do Tesouro, os escudos que excederam o montante de cinco contos.

Não acredito que esta iniciativa possa vir a ser viável, tanto mais que a mesma partiu de um Governo que se diz orgulhosamente só socialista e isso é mais do que suficiente para não se admitirem manobras de carácter golpista, e, penso que devem ser estudadas normas que se coadunem com o nosso processo democrático, adquirirem de livre vontade esses tão contestados papelinhos.

Se assim for, poderá talvez o actual Governo contar (já) com a sua maioria eleitoral, o que não seria nada mau; quando aos restantes portugueses, se não participarem, não interessa, pois esses representam a chamada minoria à qual eu pertenço.

Raul Rosa
— ALJUSTREL

Opção indeclinável

É chegado o momento em que ninguém pode lavar as mãos como Pilatos e deixar consumar-se o crime de traição ao Povo Português.

«Não se pode ser neutral», proclama, na hora exacta, Melo Antunes, um dos que permanecem fiéis ao «25 de Abril» e ao MFA, promotor da sua eclosão.

Que se passa, então, que justifique este ansiado grito de alerta dirigido aos portugueses que ainda o são?

O Capitalismo está em plena recuperação, depois de haver estudado novas faces e novos jeitos. O povo trabalhador tem de se defender atacando, e para isso tem de contar com os homens do MFA. São ainda bastantes e têm também a força e coragem suficientes para irradiar os traidores e os adventícios oportunistas.

Portanto, mãos à obra, que já não é cedo, mas ainda não é tarde! Avante, camaradas, olhar em frente e passo firme!

Álvaro da Silva e Sousa
PORTO

«Abonos de Família»

Dos Serviços de Informações e Reclamações dos CTT, recebemos o seguinte ofício:

«Em notícia publicada no vosso jornal de 10/9/76, rubrica «post-scriptum», títulos «Abonos de Família», formulam-se reparos acerca do prazo de validade dos vales e da respectiva taxa de revalidação.

Sobre o assunto informo que a execução deste serviço se rege pelo Regulamento de Vales de Correio — Portaria n.º 311/74, de 24/4/74 — que no seu Art.º 3.º fixa o prazo de validade.

Findo este, os vales só podem ser pagos depois de revalidados, operação que, nos termos do Art.º 34.º do diploma citado, está sujeita à taxa prevista no tarifário em vigor.

Esperando ter esclarecido o assunto, apresentamos os melhores cumprimentos.

O Chefe dos Serviços,
Joaquim Alves Gaspar»

«Defesas individuais e agressões colectivas»

O sr. Jose Julio Moreira, professor de Educação Física no Liceu Passos Manuel, em Lisboa, nada tem a ver com o leitor do mesmo nome, autor da carta em epígrafe, publicada nesta coluna em 26/10/76. Pediu-nos este esclarecimento e nos confirmamos: de facto, nada tem a ver.

O M.E.I.C. HOJE

PERGUNTAS CLARAS A AFIRMAÇÕES OBSCURAS

ROGERIO FERNANDES

O ministro da Educação decidiu-se a aproveitar o que chamou «abertura do ano lectivo» para falar ao País sobre problemas da sua área. Não se justifica o pretexto, já que o ano lectivo não começou em nenhuma das datas anunciadas. Todavia, as questões educativas são de tal envergadura que só ganharia se o titular da pasta lhes dedicasse, perante as câmaras, alguns momentos de consideração objectiva.

A resolução das mais graves questões nacionais — e a educação é uma delas — exige o empenhamento consciente das classes trabalhadoras e, conjuntamente, de todas as classes e camadas sociais cujos filhos continuam privados do direito pleno à educação. Seria de esperar, portanto, que o ministro da Educação do 1.º Governo Constitucional oferecesse à opinião pública um quaddro preciso dos problemas e das soluções concretas a pôr em prática. Seria, sobretudo, um acto de boa e salutar pedagogia social.

Enganou-se, infelizmente, quem mantinha essa expectativa. Na sua longa comunicação, aquele membro do Governo *não abordou nenhum problema de fundo da educação nacional*, quase se limitando a recorrer ao velho arsenal da direita, embora algumas das suas peças tenham sido pulidas por uma nova cromagem.

O dr. Sottomayor Cardia traçou um quadro tenebroso e exagerado da situação do ensino em Portugal nos graus secundário e superior. Atribuiu a responsabilidade, porém, àqueles a quem ela não cabe. Após o fascismo, teria vindo «um novo obscurantismo» ou meso um «terror de sinal contrário». Ora a verdade é que a violência e o medo grassaram efectivamente mas *nos estabelecimentos de ensino secundário onde organizações terroristas de direita os impuseram.* Ou ignora-se, porventura, o que ocorreu no Liceu Padre António Viceira e no Pedro Nunes, para só citar dois exemplos? Quer-se esquecer, porventura, que os bandos fascistas entravam nos liceus e agrediam colegas e professores, sobretudo os de esquerda, destruindo móveis, instalações, cartazes? Não, senhor ministro, não foi a **esquerda** a responsável pelo pandemónio gerado em certos — que não todos liceus! Os responsáveis foram os grupos de direita (e os esquerdistas) que se gabam agora de terem criado instabilidade, a pretexto de lutarem contra o que chamam «gonçalvismo»!

Os motivos alegados publicamente para essa agitação foram muitos e variados. Salientarei dois que mais avulturam: um despacho do dr. Rui Grácio levantando um pouco a nota necessária às dispensas de provas escritas e orais no ensino secundário, e o decreto da gestão democrática neste grau de ensino e no preparatório, decreto em que não se atribuia poder deliberativo às assembleias de escola. Duas disposições que os ímpetos moralizadores do 1.º Governo Constitucional dificilmente questionarão. Pergunta-se a propósito: que *fez* a comissão de educação do Partido Socialista em apoio ao secretário de Estado filiado então no seu partido e seu candidato a deputado?

Muitas outras perguntas incómodas poderiam formular-se a respeito das declarações ministeriais. Limito-me, porém, às mais importantes.

Respeita a primeira à disciplina de Teoria Dialéctica da História que nas Escolas do Magistério Primário substituiu a de Introdução à Política. Qualificou-a o ministro de «versão estalinista do materialismo histórico». Eu tenho menos conhecimentos de estalinismo do que o ministro da Educação. Apreciaria, portanto, para esclarecimento da opinião pública e meu próprio esclarecimento, a demonstração objectiva dessa característica do programa. É que não basta colar etiquetas às doutrinas, como dizia António Sérgio, advogado altíssimo do pensar racional e objectivo. Enquanto aguardo, pois, essa demonstração clarificadora, continuarei a pensar que a Teoria Dialéctica da História não contém sombra de imposição dogmática. O certo, pelo menos, é ter sido aprovado o seu programa pelo 6.º Governo Provisório, esse mesmo insuspeito 6.º Governo que, todavia, julgou falho de pluralismo ideológico o programa de Introdução à Política, de que o actual ministro foi, pelo menos, co-autor.

Outro exemplo de acusações sem base respeita a uma bibliografia sobre o século XIX português onde não foram citados determinados autores. Não é nova a acusação e o facto explica-se facilmente embora não diga respeito do meu departamento. Trata-se de uma bibliografia inicial em que se referiam apenas alguns estudos gerais sobre o citado período. Não se mencionaram outros trabalhos, certamente notáveis, não obstante versarem temas sem dúvida importantes, *dado o seu caracter especializado*. Se houvesse a intenção sectária de excluir autores, porque teria ficado de fora um Joaquim Barradas de Carvalho, por exemplo, e se incluí nos textos de apoio, destinados à mesma disciplina, um trecho retirado a uma obra de Mário Soares? E como se explica que outras bibliografias elaborados na DGEB não sejam passíveis de tais acusações bem pelo contrário? (1).

É como o mesmo desconhecimento das questões que a Direcção-Geral do Ensino Básico (e outros serviços) é visada no comunicado ministerial. Atribui-se-lhe, por exemplo, o cometimento de «enormes arbitrariedades» na apreciação de livros escolares, apreciação a que o ministro da Educação chamou *censura* e censura baseada no anonimato, declarando-a estabelecida, por acréscimo, num diploma legal que o actual Governo revogou. Ora esse diploma legal, de carácter francamente democrático, foi elaborado por uma comissão politicamente insuspeita (informe-se, sr. ministro!) e aprovado pelo 6.º Governo Provisório onde o Partido Socialista se encontrava abundantemente representado. Os membros do Partido Socialista n.º 6 Governo estão, portanto, envolvidos na acusação. Acontece, porém, que o ministro da Educação pratica grave injustiça. O diploma estabelece claramente que a matéria a apreciar é de carácter pedagógico-didáctico e científico, e que os autores e outros têm o direito de recurso. Nessa perspectiva foi executado na DGEB. Quanto ao anonimato que sempre existiu, insuspeito *Times*», na insuspeita Inglaterra, é toda anónima pelo mesmo motivo...).

Resta a acusação das «enormes arbitrariedades» que a DGEB teria cometido. Pergunta-se: *atraves de que processo se fizeram em boa e devia forma, as averiguações indispensaveis a que um membro do Governo pudesse proferir perante o País acusações tão graves contra um serviço publico? Quem foi ouvido a esse respeito*? Um diário da manhã chamado *O Dia*» (onde em tempos se propalaram tais atoardas) ou os funcionários postos em causa e o director-geral saneado? *E se nenhum funcionario foi ouvido — e não consta que alguem o tenha sido — pergunta-se: e assim que se defendem os direito e garantias dos individuos, designadamente dos trabalhadores da função publica? É para isto que serve a Constituição?*

O mesmo se diga em relação às acusações contra as escolas do Magistério Primário. Acoimam-se as escolas e os responsáveis por elas — entre os quais me incluo, à cabeça da lista, e com muita honra — de terem copiado os métodos usados pelos fascistas no recrutamento dos professores. Afirma-se terem-se aberto as portas ao «compadrio», à «discriminação ideológica», aos «atropelos flagrantes» e, finalmente (o que é novo), terem-se vexado alunos, designadamente regentes escolares, acerca das quais alunas de 17 ou 18 anos teria emitido opiniões que influíram nas respectivas notas. E, com umas visagens compungidas, o ministro da Educação não vacilou mesmo em convidar «as vítimas» a virem à TV contar esses horrores. Isto é muito grave. *Onde estão comprovados esses kactos? Mercê de que averiguações? Por que se não publicam os processos de inqueritos mandados realizar a varias escolas do Magisterio pelo major Vitor Alves, processos em que acusações do mesmo tipo ficaram desfeitas?*

A verdade, que muitos não reconhecem, porque lhes não convém — convém-lhes mais continuar a denegrir a esquerda —, é esta: *no corpo docente das escolas do Magisterio, como nas de mais escolas do País, havia pessoas das mais diversas opções politicas.* Estão longe de predominar as pessoas «de esquerda». O que havia, sim, era uma maioria de gente séria, de verdadeiros patriotas, de portugueses que quiseram lutar ao lado de outros portugueses pelo progresso e democratização nossa escola. E isto, tão-somente —, e esta coisa tão simples não é compreensível por quem antepõe os seus interesses de classe aos da maioria do povo português. Sobre o recrutamento de professores, permito-me lembrar, no entanto, um facto significativo. Conforme compromisso por mim assumido em Julho de 1975, *realizaram-se no ano lectivo de 1975-1976 todos os concursos de provas publicas que a legislação anterior ao 25 de Abril estabelecia que se realizasse.* Esses concursos dever-se-iam ter efectuado há bastantes anos e os docentes que os aguardavam viram finalmente respeitados pelo 25 de Abril os direitos que lhes conferia a lei. Aliás, foi proposto ao 6.º Governo pela Direcção-Geral do Ensino Básico um projecto de decreto que condensava num só diploma um vasto conjunto de disposições sobre escolas do Magistério, numa perspectiva de renovação, aí figurando o recrutamento de professores *atraves de concurso de provas publicas*, o que certos círculos «moralistas» do MEIC disseram não ser de aprovar porque... «atugentava» os concorrentes (certamente os incompetentes e oportunistas, porque os sabedores e sérios não teria medo de prestar provas). O 6.º Governo não quis levar esse projecto a Conselho de Ministros por entender que um assunto «de fundo» deveria ser deixado à consideração do 1.º Governo constitucional, vindo este a estabelcer mais tarde, um concurso documental recheado de absurdos. (Um dos critérios é o da «obra publicada», seja ela qual for: e até pode ser... uma tabuada! É por caminhos deste piso que o Governo Cocstitucional vai «moralizar» os Magistérios).

Outra questão versada pelo ministro da Educação é a das colocações. Quanto ao ano lectivo de 1974-1975, o atraso era dificilmente evitável. Teria sido menor, todavia, se o respectivo decreto houvesse sido promulgado pelo Presidente da República, dessa época com menos atraso. (Assim se contribuiu, no ensino, para a versão catastrófica da situação nacional). Quanto a 1975-1976, é de pedir contas quem alterou por três vezes o quadro legal das colocações, contra todas as recomendações que se fizeram e a quem ultrapassou o próprio Sindicato dos Professores. Sobre o presente ano lectivo, e conforme pode ser testemunhado por diversos funcionários do Ministério, chamei por mais de uma vez a atenção da Secretaria de Estado da Administração Escolar do 6.º Governo para o atraso em que iam ficando os concursos de docentes para os ensinos preparatório e secundário, condições preliminares de um arranque normal do ano escolar actual. Em começos de Junho, os professores comunistas de Lisboa publicaram, aliás, um comunicado sobre esses atrasos, já então alarmantes, e para as consequências daí decorrentes que haveriam de se fazer sentir no Outubro seguinte. Tudo em vão. Até há bem pouco tempo havia escolas onde ainda não estava colocada — longe disso! — a totalidade dos professores necessários, além de haver um número apreciável de estudantes do ensino secundário de Lisboa que só em Janeiro começara as aulas por não haver ainda instalações. Os erros nas colocações são gritantes, como o são as situações de injustiça que se criaram neste confesso processo.

Sob esse ponto de vista, infelizmente, não se avançou em relação aos dois anos lectivos posteriores ao 25 de Abril. Algumas decisões tomadas pelo Governo na matéria são, porém, bastante infelizes, valha a verdade, designadamente a da absurda introdução de Geografia no 8.º ano unificado, disciplina para a qual não existem de todo em todo professores habilitados, em contradição flagrante e frontal com todas

Continua na pág. 4

Nacional

O M.E.I.C. DE HOJE

Continuação da pág. 3

as declarações dos responsáveis entre os quais o secretário de Estado da Orientação Pedagogica.

Independentemente deste e de outros erros, *ontem como hoje, o MEIC não pode fazer impossíveis e as escolas muito menos. Ontem como hoje o panorama escolar é grave. Faltam-nos salas de aulas como nos faltam professores qualificados em disciplinas tão essenciais como Português, Francês, Matemática, Física, Química, Educação Visual, Educação Física, Educação Musical.* Nem os decretos — por mais correctos que sejam nos seus critérios — podem fazer milagres.

Aqui residem alguns dos verdadeiros problemas e dificuldades de fundo. Foram esses, precisamente, os que ficaram fora de campo no discurso do ministro da Educação. Esses, precisamente, os que passam de um a outro Governo, desde há dezenas de anos, continuando por resolver.

Foi a alguns desses problemas, precisamente, que a revolução veio trazer nova perspectiva. O 1.º Governo Constitucional, todavia, já destruiu o pouco que se fizera ou começara a fazer. É este facto doloroso que fere, presentemente, elevado número de trabalhadores do ensino de todas as tendências democráticas, técnicos, administrativos, e auxiliares, que se entregaram ao longo de dois anos, à tarefa de contribuir para o avanço das instituições educativas. Muitos desses trabalhadores, verdadeiros patriotas, leais servidores da revolução, atravessam hoje um momento de desânimo, de triste descrença perante tntas injustiças. Não nos deixemos vergar. Daqui os exorto a manterem-se na luta e o mais possível unidos em torno dos ideais da escola democrática. Daqui os exorto a avançarem, como queria Göethe, avante, além dos túmulos.

(1) Aproveita-se para esclarecer, aliás, um outro facto apontado na intervenção ministerial. De facto, num Programa de Ciências Sociais, na rubrica «comunização», citava-se apenas uma colectânea de textos de Lenine. Mas os professores sabem que o Programa de Educação Visual, para o mesmo ano, referia, também para a rubrica «comunicação», a bibliografia complementar necessária.

"Chaves de Ouro" encerram congresso

Depois duma viva discussão em torno do problema da admissão de mulheres na Associação dos «Chaves de Ouro» — problema levantado pela Suécia, onde as mulheres já desempenham funções de chefes de portaria — terminaram, no Hotel Sheraton, os trabalhos do XXIV Congresso Internacional dos Chaves de Ouro.

As decisões mais importantes tomadas pelos congressistas consistiram na admissão do Canadá que é, desde ontem o 18.º membro da organização. Os E. U. A. ao que parece pedirão a sua admissão para o ano, já que enviaram um observador a Lisboa.

O momento culminante da reunião foi, como é natural, o da eleição do novo presidente dos Chaves de Ouro, cargo que teve dois candidatos, o francês Jean Gillet que viria a ser eleito, e o português Carlos Amorim. Gillet, que acabou por ser eleito por unanimidade, é filho do fundador da organização, e a sua eleição deve-se ao desejo que os congressistas revelaram de homenagear o homem a quem se deve a Union International des Clefs d'Or.

Para o cargo de vice-presidente foi eleito o grego Nicolaides. No discurso que proferiu a encerrar os trabalhos, o novo presidente afirmou que a energia e a juventude de Carlos Amorim são a garantia da continuidade da organização quando, daqui a dois anos houver novas eleições, agora já não vinculadas a homenagens.

ELECTRICISTAS

OFICIAIS/AJUDANTES

Empresa importante admite para entrada imediata. Resposta a este jornal ao n.º 1673.

PUB.

SINDICATO DOS PROFESSORES da Grande Lisboa

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os delegados eleitos de todos os sectores de ensino ao Encontro Nacional para uma reunião preparatória que se realizará no próximo sábado, dia 13 pelas 16 horas, no Anfiteatro I do ISE na Rua do Quelhas, 6 – A em Lisboa com a seguinte **Ordem de Trabalhos:**

1 — Informações

1.1. Resultados já alcançados no processo de eleição de delegados nos diferentes sectores e distritos da zona da Grande Lisboa

1.2. Dificuldades e problemas surgidos até ao momento

1.3. Andamento do processo nas outras zonas sindicais (pelos executivos)

2 — Normas indicativas para eleição de delegados e formação de Grupos de Trabalho no ES e CPES

3 — Medidas a tomar para lançamento do processo no Ensino Superior

4 — Medidas de organização

O SECRETARIADO GERAL DO SECTOR

Pedido do M.O.P.

Não colar cartazes indiscriminadamente

..O Ministério das Obras Públicas divulgou uma nota em que dá conta das enormes despesas que representam a limpeza de monumentos e edifícios públicos sujos pela colagem de cartazes de propaganda política ou por inscrições do mesmo tipo. Cita que tendo sido iniciada uma obra de conservação das fachadas da Praça do Comércio com lavagem de todas as cantarias e remoção de cartazes, ainda esta obra não estava terminada e já havia novos cartazes, anulando todo o trabalho realizado bem como as consequentes despesas.

Depois de salientar que a prática da colagem e pinturas generalizada desde o 25 de Abril «é um fenómeno perfeitamente compreensível num povo que acaba de reencontrar a liberdade que o anterior regime inexoravelmente reprimira ao longo de 48 anos de fascismo» o M. O. P., através da Secretaria de Estado das Obras Públicas, considerando a proximidade de nova campanha eleitoral, «faz um sincero e veemente apelo a toda a população, através dos órgãos de comunicação social, sindicatos, partidos e movimentos políticos, autarquias locais e do próprio M. E. I. C. — por divulgação adequada em todos os estabelecimentos de ensino — no sentido de se não proceder a colagens de cartazes e a pinturas em monumentos nacionais, edifícios públicos e sinalização das estradas, por forma a que o povo português testemunhe, também por esta via, o civismo e a consciência que lhe permitam salvaguardar intransigentemente a liberdade reconquistada.»

MANUEL FERNANDES

Maquinista dos C. Ferro Aposentado

Faleceu em 11/10/76

Participação e Agradecimento

Sua esposa, filhos, netos, genro, nora e mais família vêm por este meio agradecer a todas as pessoas que se dignaram acompanhar o seu muito querido marido, pai, avô, sogro e parente à sua última morada.

Que Azeite! Que zeitinho! Azeitíssimo

Copaz, o Azeite.

Cascais desmente Manuel Salema

O jornalista Fernando Cascais, da ANOP, desmentiu-nos veementemente que tenha obstado à publicação de quaisquer notícias sobre a carta de François Miterrand ao major Otelo Saraiva de Carvalho, de que nos fizemos eco na nossa edição de ontem.

«Isso é totalmente falso» — disse-nos Fernando Cascais. — «A notícia foi feita: basta compulsar o serviço da ANOP do passado dia 2».

A acusação partira do advogado constituído do major Otelo, dr. Manuel Salema, segundo o qual contactara o jornalista no sentido de a ANOP noticiar a troca de correspondência entre o oficial detido e o «leader» socialista francês. Salema haveria juntado uma declaração manuscrita de Mitterrand atestando ter recebido de Otelo uma carta, à qual respondera. Na sequência do contacto — argumenta o advogado —, Cascais teria confirmado a não publicação de quaisquer notícias dada «a sua inoportunidade no actual contexto político».

«O sr. Salema que não invente» — comentou ainda o jornalista da ANOP sobre este assunto.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DO DISTRITO DE SANTARÉM

CONVOCATÓRIA

Trabalhadores empregados de escritório, trabalhadores caixeiros, reformados:

Convocam-se todos os colegas na situação de reformados, para participarem na reunião que vai ter lugar no próximo dia 12 de Novembro, às 15 horas e 30 minutos, na SEDE DA UNIÃO DOS SINDICATOS, em Santarém—Rua Elias Garcia, 26-1.º.

COLEGAS REFORMADOS: a organização é necessária para fazer frente à situação de abandono em que vos encontreis.

NÃO DEIXEM DE PARTICIPAR ACTIVAMENTE NESTA REUNIÃO !

Saudações Sindicais.

Santarém, 9/11/76

A DIRECÇÃO

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

CONTRA OS DESPEDIMENTOS ARBITRÁRIOS

PELA REINTEGRAÇÃO IMEDIATA DOS CAMARADAS DIRIGENTES SINDICAIS DESPEDIDOS

A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, informa todos os associados que **APOIA** a luta dos dois dirigentes sindicais dos Texteis.

Ao apoiar esta luta, esta direcção declara, uma vez mais, a sua solidariedade com todos os trabalhadores despedidos arbitrariamente, porque o direito ao trabalho é inalienável de qualquer cidadão, exigindo ao Governo as medidas que evitem estas situações e a reestruturação dos Tribunais de Trabalho de forma a resolvê-los rápidamente.

A Direcção do Sindicato informa ainda que o seu apoio a esta luta se insere apenas no quadro da defesa intransigente do direito ao trabalho, contra os despedimentos arbitrários sem justa causa, pela consolidação da democracia, pelo socialismo, ressalvando assim o seu prévio repúdio por qualquer empolamento que venha a ser feito da presente situação.

PELO DIREITO AO TRABALHO !

CONTRA OS DESPEDIMENTOS SEM JUSTA CAUSA !

Lisboa, 9-11-76

A DIRECÇÃO

Geral

António Macedo, presidente do P.S., quando fazia a sua vibrante alocução

ANGOLA NA VOZ DO OPERÁRIO

Boas relações com Luanda são obstadas pela direita

— ACUSOU ANTÓNIO MACEDO

«Toda essa epopeia que foi a independência das antigas colónias portuguesas deve, hoje como no futuro, ser motivo de legítimo orgulho para todos os portugueses» — afirmou ontem à noite, na Voz do Operário, o comandante Vítor Crespo, membro do Conselho da Revolução, no início de uma sessão comemorativa do primeiro aniversário da independência da República Popular de Angola, sessão essa organizada por um grupo de portugueses radicalizados naquela jovem nação africana e que para tal se deslocaram propositadamente a Lisboa.

Na mesa que presidiu à sessão, além do comandante Vítor Crespo, encontravam-se também o dr. António de Macedo, presidente do Partido Socialista; Silas Cerqueira, membro do Comité Português para a Paz e a Cooperação; Miguel Adão, membro do Comité 4 de Fevereiro; Maria Eugénia, representante do MPLA; e Jorge Costa, em representação dos portugueses residentes em Angola.

Nas primeiras filas encontravam-se, entre outras individualidades, Pezarat Correia e Rosa Coutinho. Quando se falou nos **capitães de Abril**, a assistência rompeu em prolongados aplausos, tendo as pessoas que se encontravam próximas de Rosa Coutinho a atitude de o saudar particularmente. Outro nome igualmente presente: o dr. Magalhães Godinho, Provedor da Justiça.

No uso da palavra, Silas Cerqueira disse do seu júbilo por se encontrar numa sala repleta de portugueses, angolanos, militantes antifascistas e anticolonialistas, todos unidos na comemoração do primeiro aniversário da RPA.

«Um ano é pouco na vida dos povos e das nações, mas a verdade é que apenas um ano, só um ano, já foi muito no caminho do povo angolano para um futuro socialista» — afirmou Silas Cerqueira a dado passo da sua intervenção.

Depois de apelar para o desenvolvimento da cooperação entre os povos português e angolano, o orador aludiu ao auxílio prestado por Cuba à RPA e, citando Agostinho Neto, considerou-o uma «solidariedade de sangue», uma vez que de Angola partiram séculos atrás centenas de milhares de escravos que povoaram a América Latina. «Angola — acrescentou — é uma luz de esperança para os povos que na África Austral lutam ainda pela sua independência e pela libertação do imperialismo».

«Tudo indica — disse ainda Silas Cerqueira — que o povo de Portugal e de Angola devem cooperar, que as relações entre os dois Estados devem ter um relevo especial, como de resto o indica a nossa Constituição».

Falou a seguir António Macedo que, depois de historiar as suas relações especiais com o presidente Agostinho Neto, e de referir as violências, as vicissitudes, amarguras e dificuldades sofridas pelo «leader» da RPA ao longo da sua existência (António de Macedo foi o advogado de defesa de Neto no julgamento a que este foi submetido em Portugal pela PIDE), sublinhou que tinham valido a pena todas as agruras passadas, porquanto o caminho percorrido conduzira ao 25 de Abril. «O pmvo de Angola — disse António de Macedo — deve sentir-se orgulhoso de ter um presidente da estatura moral e política de Agostinho Neto».

E a terminar afirmou o presidente do PS no seu improviso:

. «Torna-se necessário fazer um grande esforço para continuar a aproximação entre Portugal e Angola (...) É preciso impedir que os partidos e jornais de direita tentem deteriorar as relações entre os nossos dois países. Tal actividade é um autêntico crime».

A encerrar a sessão, Maria Eugénia, representante do MPLA,, agradeceu a presença de quantos se encontravam na sala, e foram entoados em coro pela assistência a Internacional, o hino da RPA e o hino da República Portuguesa.

MENSAGEM DE SOARES PARA LUANDA

«Em nome do Governo Constitucional de Portugal e no meu próprio venho apresentar a V. Ex.ª — e ao seu Governo — as nossas calorosas felicitações pela passagem do primeiro aniversário da independência de Angola» — assim começa o texto da mensagem enviada pelo primeiro-ministro Mário Soares ao seu homólgo angolano Lopo do Nascimento.

Prossegue a mensagem afirmando que «vencido o colonialismo e conquistada a independência, a República Popular de Angola tem todas as condições para encarar com confiança o futuro».

Ao dr. Agostinho Neto, presidente da RPA e do MPLA, enviou também Mário Soares uma mensagem nos seguintes termos:

«Não quero deixar passar o primeiro aniversário da independência de Angola sem lhe endereçar, em nome do Partido Socialista e em meu próprio, as nossas mais calorosas felicitações. Tem V. Ex.ª, camarada presidente, um lugar na história do seu povo e na história mundial.»

Rosa Coutinhho foi particularmente ovacionado pela assistência

Conselho da Revolução debateu problemática orçamental das F.A.

O Conselho da Revolução que ontem reuniu no Restelo com uma agenda de trabalhos classificada como «especificamente militar», tomou várias decisões, nomeadamente «no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 148.º da Constituição, aprovou o diploma que autoriza a Direcção do Serviço de Electricidade e Telecomunicações da Força Aérea a celebrar contrato para a sinalização da pista da Base Aérea de Monte Real e um outro diploma «que visa a dignificação da carreira de sargento», reestruturando-a e criando dois novos postos (sargento-chefe e sargento-mor). O comunicado do CR refere que em posterior diploma regulamentar serão criados novos quadros e situações, bem como os adequados cursos de formação.

O Conselho debateu também «a problemática orçamental das Forças Armadas, com vista à sua adequação ao orçamento geral do Estado, sem prejuízo da indispensável eficiência que é necessário assegurar para o regular cumprimento das missões que lhe estão atribuídas».

Outra decisão do CR foi fazer-se representar na cerimónia comemorativa do primeiro aniversário da República Popular de Angola, realizada em Lisboa, missão entregue ao comandante Vítor Crespo e ao tenente-coronel Pezarat Correia, que ontem interromperam os seus trabalhos no Conselho da Revolução para se deslocarem à Voz do Operário, onde se realizaram as cerimónias.

Entretanto, e como resposta às tentativas de empolamento que têm sido feitas à volta do caso do discurso do major Melo Antunes, o porta-voz do CR, capitão Sousa e Castro, disse na sua habitual reunião com os jornalistas que «a questão está esclarecida e ultrapassada, pelo que não será mais discutida em Conselho».

Quando à amnistia para o sector militar promulgada pelo Presidente da República, respondendo à pergunta de um jornalista que pretendeu saber se ela abrangeria o major Otelo Saraiva de Carvalho, o porta-voz do CR respondeu afirmativamente mas sublinhou que, dado o facto da próxima libertação de Otelo, este apenas beneficiará dela nos efeitos da pena, que poderão ser eventualmente minimizados.

Outra questão, relativa às recentes promoções de oficiais, que segundo certa imprensa reaccionária teriam sido feitas com ultrapassagem de pessoas, Sousa e Castro esclareceu uma vez mais que «tudo se processou dentro das normas vigentes para estes casos». O caso do brigadeiro Charais é o mais explorado mas os contestatários «esquecem» que ele preenchia todas as condições de promoção, que passou mais de dois anos como coronel e mais de um ano como membro do Estado-Maior, num posto de comando.

Entretanto, e como pode concluir-se das declarações do capitão Sousa e Castro, que disse estarem neste momento preenchidas todas as vagas de promoções para oficiais generais, não se verificará a promoção do coronel Pires Veloso, graduado em brigadeiro. Tal hipótese só poderá ser considerada quando existirem mais vagas.

Foi ainda divulgado que em breve a Polícia Judiciária Militar irá divulgar um comunicado fazendo o ponto sobre a situação dos processos do 11 de Março e 25 de Novembro.

Washington na disposição de reconhecer Governo de Angola

DAR ES-SALAM, 11 — «Os Estados Unidos deverão reconhecer o Governo da República Popular de Angola» — afirmou nesta capital o senador norte-americano Dick Clark, antes de partir para a Zambia, no decurso da sua viagem por 11 países africanos.

Clark, que é presidente do Comité Africano das Relações Exteriores do Senado, disse pensar que a administração de Jimmy Carter não utilizará de futuro o seu direito de veto em relação a Angola relativamente ao ingresso na ONU.

Nacional

Pessoal civil de Peniche e Alcoentre no quadro de adidos

O pessoal civil que se encontra afecto aos fortes militares de Peniche e Alcoentre, e que ficará desocupado devido à reorganização dos Serviços Prisionais Militares, ingressará no quadro geral de adidos, ficando sujeito à legislação sobre excedentes de pessoal da função pública.

Esta medida, tomada pelas Ministérios da Administração Interna e das Finanças, foi formalizada através de decreto-lei publicado no «D.R.» I Série, n.º 264.

O recrutamento de pessoal civil por parte dos estabelecimentos militares foi feito por questões de urgência, como modo de obviar à inexistência de estruturas adequadas que «em determinada ocasiao do processo de revolução se tornaram necessárias» — refere o diploma, que adiante acentua que a ulterior criação dos Serviços Prisionais Militares veio permitir estruturacão mais conveniente, que levará à redução de efectivos humanos.

FINANÇAS DE NELAS

Três mil e quinhentos contos arrancados a maçarico

NELAS, 11 — Dois cofres «monobloco» foram abertos a maçarico por um grupo de assaltantes que penetrou nas instalações das Finanças, desta vila por arrombamento de uma janela. O assalto rendeu quase 3.500 contos em dinheiro e valores selados. Um padeiro viu a luz da repartição acesa, eram quatro da manhã, mas não lhe passou pela cabeça que «aquilo fosse um assalto».

As circunstâncias fazem supor que o assalto à repartição que funciona junto da Câmara, tenha demorado cerca de duas horas — das duas às quatro da madrugada — admitindo-se, por outro lado, que seja da autoria do mesmo grupo que actuou há dias em Gouveia, onde um cofre «monobloco» foi igualmente cortado a maçarico.

Entretanto, e segundo um porta-voz das Finanças, de Nelas, os assaltantes levaram exactamente 3.457 contos em valores, a saber: 243 contos em dinheiro, 214 contos em cheques e 3.000 contos em valores selados.

As autoridades iniciaram diligências com vista à captura da «quadrilha do maçarico».

PUB.

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Avenida Visconde Valmor, 34 — Lisboa-1 — Telefone 77 02 74

COMUNICADO

O patronato reaccionário tirou, definitivamente, a máscara de "democrático" e tem vindo a mostrar a sua verdadeira face de explorador e ladrão. Isto acontece perante as hesitações, quando não passividade, do Governo. Isto é a recuperação fascista em marcha.

No Porto, um trabalhador que mantinha um táxi em autogestão foi assaltado por marginais, a soldo do patrão, e preso, de seguida, com dois dirigentes sindicais que não hesitaram em lutar pela defesa dos seus direitos de trabalhador.

Em Lisboa, 5 gatunos de nome CARLOS MENANA, DIONES CARNEIRO, MANUEL CARNEIRO, NELSON CARNEIRO e um tal AMÉRICO (guarda-livros da firma) assaltaram pela calada da noite 4 táxis que se encontravam em autogestão. Aconteceu isto na madrugada do dia 10 de Novembro, tendo um trabalhador que ainda se encontrava em serviço sido agredido porque teimou em entregar o carro só à porta do Sindicato.

QUEM SÃO OS GATUNOS? Gente ligada à Firma Táxis Albertino Abílio, Ld.ª, que nos finais de 1975 se recusava a cumprir o Contrato Colectivo de Trabalho, não fazia pagamentos à Previdência e se gabava junto dos trabalhadores de que dois carros já estavam parados e que, com a continuação, sucederia o mesmo aos outros... os trabalhadores, depois, que fossem receber o ordenado ao Sindicato.

QUEM SÃO OS TRABALHADORES? Homens que perante o boicote patronal ao arranjo das viaturas, perante a falta de cumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho e iminência do desemprego, começaram a trabalhar em autogestão tendo, desde Janeiro de 1976, gasto aproximadamente 600 contos quer no arranjo de viaturas, quer no pagamento de seguros, etc. Alguns deles empenharam nisso, inclusivamente, os seus ordenados.

O patronato não sabe agir de outra forma. No Porto, em Lisboa, em qualquer parte, o patronato teima em continuar a roubar os trabalhadores. E rouba quando não paga os ordenados justos, rouba quando não paga à Previdência, rouba quando boicota, rouba quando assalta.

Será que os gatunos, para continuar a farsa, vão meter os trabalhadores e o Sindicato em tribunal?

Será que o Ministério do Trabalho não está atento às provocações e crimes do patronato reaccionário, nesta vaga de recuperação fascista?

CONVOCAM-SE, POR ISSO, TODOS OS TRABALHADORES DO SECTOR TÁXIS PARA UMA REUNIÃO A REALIZAR NO DIA 18 DE NOVEMBRO, PELAS 21.30 HORAS, NA SEDE DO SINDICATO, COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único — ROUBO DE 4 TÁXIS AOS TRABALHADORES, PELOS GATUNOS DA FIRMA TÁXIS ALBERTINO ABILIO, LDA.

COMPARECE!

EXIGIMOS QUE SE FAÇA JUSTIÇA!

TRABALHADORES RODOVIÁRIOS UNIDOS VENCERÃO!

Lisboa, 10 de Novembro de 1976.

PELA DIRECÇÃO
(a) ilegível

PUB

BENITO E BARBOSA, LDA.

Certifico que, por escritura de ontem, lavrada de fl. 91 v.º a fl. 93 v.º do livro n.º 99-F de escrituras diversas do 2.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado António Lopes Fernandes Costa, foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º — A sociedade adopta a firma Benito e Barbosa, Lda., tem sede e estabelecimento em Lisboa, na Rua da Madalena, 105 e 107, e durará por tempo indeterminado.

2.º — O seu objecto consiste no exercício da actividade de restaurante-**dancing** e cervejaria ou qualquer outro ramo de comércio ou indústria que a sociedade delibere explorar.

3.º — O capital social de 50.000$, acha-se integralmente realizado, em dinheiro, e corresponde à soma de duas quotas, uma do valor nominal de 40.000$, pertencente ao sócio Benito Seoane Araújo, e outra do valor nominal de 10.000$, pertencente à sócia Maria Rosália Gil Barbosa.

4.º — É livremente permitida a cessão de quotas entre sócios. A cessão a estranhos depende do consentimento de quem mais dor sócio.

5.º — A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo dos dois sócios, sendo indispensável e bastante para que a sociedade se considere validamente obrigada a assinatura do gerente Benito Seoane Araújo.

§ único. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e em quaisquer outros actos ou contratos estranhos ao seu objecto.

6.º — Quando a lei não exija formalidades especiais, as reuniões da assembleia geral serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos socios com a antecedência de oito dias, pelo menos.

Vai conforme.
2.º Cartório Notarial de Lisboa, 26 de Outubro de 1974 —

A Ajudante
Maria Antonieta Fernandes Antunes

VITOR DA FONSECA

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DA GÉNESE DA

PSICO-MOTRICIDADE

Psicólogos, psicoterapeutas, pedo-psiquiatras, pediatras, investigadores, educadores e todos os que, por uma ou outra razão, se interessam pelas ciências da educação e pela criança, têm neste livro razões de interesse que tornam do maior valor a sua leitura e estudo.

editorial notícias
Rua Rodrigues Faria, 103 - Tel. [illegible] - Lisboa

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS DO SUL E ILHAS ADJACENTES

MOÇÃO

Considerando que António Rosas e Manuel Lopes, dirigentes Sindicais do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, e membros do Secretariado da Intersindical Nacional, e Federação dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal respectivamente, foram despedidos arbitrariamente quando desempenhavam as suas funções Sindicais na empresa onde ambos trabalhavam (Manuel Lopes Henriques & Filhos, Ld.ª).

Considerando que estes despedimentos são mais uma manobra do patronato reaccionário apoiado pela Máquina Fascista da CIP.

Considerando que além destes despedimentos outros se têm verificado sem que os órgãos do Governo tenham tomado qualquer atitude em defesa dos mesmos.

Os dirigentes e delegados Sindicais do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas Adjacentes, reunidos na sessão de Trabalhos no dia 9 de Novembro de 1976, decidem:

1. Solidarizarem-se com todos os trabalhadores da Firma Manuel Lopes Henriques & Filhos, Ld.ª, bem como com todos os trabalhadores vítimas da repressão do Patronato reaccionário.

2. Exigirem a intervenção do Governo de modo a solucionar este caso e anulação da lei dos despedimentos proposta, assim como fazer cumprir integralmente a lei Sindical e a Constituição.

APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO

INSTALADO NA ALAMEDA D. AFONSO HENRIQUES (JUNTO AO CINEMA IMPÉRIO)

CIRCO MARIANO (O VOSSO CIRCO) **EMP. HENRY TONY**

2 **ESTREIAS** SENSACIONAIS 2 • ÀS 21.30 HORAS

HOJE: A FAVOR DO SINDICATO TRABALHADORES ESPECTÁCULOS COM ALGUMAS GRANDES SURPRESAS

AMANHÃ: APRESENTAÇÃO OFICIAL DA NOVA ESPECTACULAR COMPANHIA

ATENÇÃO: a partir de AMANHÃ, em todos os espectáculos, a alegria das crianças e adultos

HEIDI • PEDRO • AVÔ ALM • YUKI

• DUAS PARELHAS DE PALHAÇOS •

«OS ELIZABETH'S E CAMPOS FILHOS»

1.ª vez em Portugal vindo dir. de Inglaterra «OS ELEFANTES BEBÉS»

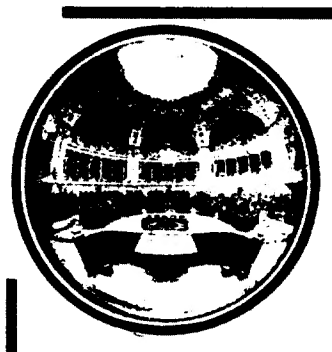
IMPORTANTE: NO CIRCO MARIANO, O MAIS LUXUOSO DE PORTUGAL, NÃO CHOVE, AS CADEIRAS SÃO ESTOFADAS E TEM AQUECIMENTO GERAL

ATENÇÃO: PREÇOS ESPECIAIS PARA ESCOLAS, COLÉGIOS E ORGANIZAÇÕES DE FESTAS. CONTACTAR c/ HENRY TONY TELEF. 291 10 62 OU NO CIRCO

ESPECTÁCULOS TODAS AS NOITES, ÀS 21.30 HORAS • QUINTAS e SÁBADOS: «MATINÉES», ÀS 16.30 HORAS
DOMINGOS e FERIADOS: 2 «MATINÉES», ÀS 15 H. e 18.30 HORAS

(AS BILHETEIRAS ABREM ÀS 17 HORAS. DIAS DE «MATINÉE», ÀS 11 H.) PARA TODOS

Nacional



ASSEMBLEIA DA REPUBLICA

C.D.S. não passa

. «Quando é que o CDS propõe aqui a suspensão da Constituição, ou quando é que apresenta uma proposta de decreto-lei revogando o 25 de Abril?». Embora irónica, a pergunta de Vital Moreira (PCP) irritou demasiado os «centristas». Já a sessão se aproximava do termo, já Lopes Cardoso despachara com grande facilidade a argumentação da véspera do eng. Amaro da Costa. Levantou-se, por fim Rui Pena para afirmar que o seu partido não respondia a «atitudes provocatórias...»

. Todavia a provocação de Amaro da Costa à Reforma Agrária teve ontem de Lopes Cardoso e de Vítor Louro respostas claras e contundentes. O deputado socialista foi, de início direito ao fundo da questão: «compreendemos que para o CDS, partido de uma classe, representante e porta-voz dos interesses dessa classe, o processo da Reforma Agrária, seja de facto uma ameaça para aquilo que ela entende por democracia: a sua hegemonia, a manutenção dos seus privilégios». Noutro ponto da sua intervenção, aplaudida por todos os deputados socialistas e comunistas, o ex-ministro, também usou a ironia «não se pode exigir do CDS o respeito, sem sofismas, por uma Constituição que não votou, não se pode exigir que os privilegiados defendam os interesses dos trabalhadores» para desmascarar ainda a propostas do CDS ao acentuar que «se tivesse havido a preocupação de criar um novo quadro legal para a Reforma Agrária ter-se-ia apresentado uma proposta da nova lei». A concluir Lopes Cardoso reconheceria, no entanto, à proposta do CDS, o «mérito» de permitir à Assembleia «reafirmar, uma vez mais que a Constituição não será letra morta».

Lucas Pires (CDS), numa linguagem muito diferente dos tempos em que em Coimbra ensinava Direito Colonial, veio em defesa da proposta do seu partido, dizendo isto, por exemplo: «o estadismo arrasta à monocultura física e, reflexamente, à ideológica, pois sabe-se que é no domínio totalitário do homem sobre a Natureza que radica o fundamento do mais totalitário domínio do homem sobre o homem...». Na galeria surgiu o aparte, também irónico, «quem fala assim não é gago...»

. Entre perguntas e respostas — os homens do CDS puseram muitas «dúvidas» — falaria ainda Vítor Louro que dirigindo-se ao eng. Amaro da Costa afirmou: «não vamos responder ao insulto que o senhor deputado fez aqui aos trabalhadores agrícolas do Sul, ao dizer que as ocupações se fizeram, em ordem ao sentido de posse, que os trabalhadores teriam da terra. Igualar os sentimentos revolucionários do proletariado aos sentimentos burgueses dos capitalistas que o CDS representa; chamar-lhes não informados e ignorantes é um insulto. Temos pena que os trabalhadores não tenham tempo de ler esse insulto que lhe dariam a resposta merecida».

No período de antes da ordem do dia registaram-se intervenções de Acácio Barreiros (críticas ao MEIC e à extinção do SAAL) de Rui Machete («O risco do colapso económico», (inoperância do Governo e de Godinho Matos (PS) que fez a defesa do ministro Cardia.

E.A.

ESTRUTURAS UNIVERSITÁRIAS DECIDEM

Decreto de gestão não será aplicado, conselhos directivos não se demitirão

O Encontro Nacional dos Conselhos Directivos e das Associações Estudantis do Ensino Superior que começou ontem pela manhã, discutia ainda às 21 horas do mesmo dia se se devia exigir a revogação imediata do decreto ou a sua suspensão imediata. De um lado e doutro escolas defendiam as suas propostas. Acabaria por ser aprovada uma proposta que levou em linha de conta as duas anteriores. Ficou assim decidido que as estruturas universitárias e o Sindicato dos Professores da zona da Grande Lisboa exigiam a suspensão imediata e a revogação do decreto. Até lá, a Assembleia, que decidira quase unanimemente, o decreto de gestão não será aplicado (não sendo elaborados portanto os cadernos eleitorais) e os Conselhos Directivos (ao contrário de algumas opiniões ali expressas) não se demitirão.

Dos convidados só estiveram presentes o deputado da U. D. P., Acácio Barreiros, representantes do P. C. P., Zita Seabra, Manuel Gusmão e Fernanda Patrício, do C. D. S., Cunha Simões, o Sindicato dos Professores, o Sindicato da Função Pública de Coimbra, a Comissão de Luta da Academia de Coimbra e a Comorg.

Notou-se, a ausência, de representantes do M. E. C., da Presidência da República, do Gabinete do Primeiro-Ministro e da Assembleia da República.

A presença das estruturas universitárias pode dizer-se que ultrapassou as previsões mais optimistas. De 70 estruturas espalhadas por todo o País, estavam presentes 53.

Como consequência das decisões tomadas no Encontro Nacional, fica para já claro que os Conselhos Científicos não poderão funcionar pelo menos até ao dia dois de Janeiro. Até lá, será a luta pela suspensão imediata e revogação do decreto de gestão. Os plenários vão suceder-se em todas as escolas superiores do País.

RECUSADO CONSELHO CIENTÍFICO

A primeira tentativa feita até hoje por um Conselho Directivo para convocar o Conselho Científico aconteceu no Instituto Superior de Agronomia. A tentativa da responsabilidade do presidente do C. D. haveria de fracassar. Aliás o decreto de gestão é omisso quanto a quem deve convocar o Conselho Científico. Grande parte dos assistentes dos docentes abandonaram imediatamente a reunião. Não ficaram na reunião mais de 10 elementos. Logo a seguir houve uma Assembleia de Escola muito concorrida e em que foi repudiada qualquer tentativa de convocação do Conselho Científico. Pergunta-se: que acontecerá a este órgão que no decreto de gestão usufrui dos maiores poderes e que ainda em nenhuma escola conseguiu funcionar uma única vez, embora o decreto entrasse em vigor já dia 28 de Outubro?

BIO-ESTATÍSTICA FORA DA ESCOLA

P.S.P. revista alunos

. PORTO, 11 — Prosseguiram hoje os exames dos alunos da cadeira de Bioestatística, tendo até este momento realizado as suas provas praticamente a totalidade dos alunos inscritos. À entrada para o salão do Governo Civil, onde são feitas as provas, continua a ser obrigatória a identificação de cada um dos alunos, sujeitos (ainda) a uma rápida revista em que, quanto às alunas, colaboram elementos do corpo feminino da P. S. P. Primeiro exame fora dos muros da escola primeiro exame com o «apoio» da P. S. P. depois do 25 de Abril.

As escolas superiores paralisaram, na generalidade. Exceptua-se, a própria Faculdade em causa — Medicina — que decidiu apoiar a medida do MEIC, que além da novidade da P. S. P. e dos exames no Governo Civil já levou à demissão do democrata José Morgado, vice-reitor da Universidade do Porto.

ONTEM EM S. BENTO

Direcção do P.S. reuniu-se com Comissão de Trabalho

Seis elementos da Comissão de Trabalho do PS (Aires Rodrigues entre eles) reuniram-se ontem no Palácio de S. Bento com o secretário-geral e o presidente do PS, Mário Soares e António Macedo.

À saída da reunião, interrogado pelos jornalistas, Aires Rodrigues afirmou que não havia comentários a fazer.

A reunião deve ter servido para discutir questões em suspenso entre os mais altos responsáveis do PS (o secretário-geral, designadamente) e a Comissão de Trabalho que, lembra-se, ainda na semana passada foi impedida de reunir na sede do partido em Lisboa com argumentos fundados na disciplina partidária (a Comissão não teria por assim dizer existência legal, uma vez que os seus membros não haviam sido eleitos; o único órgão eleito no congresso tinha sido o secretário-geral). Posteriormente, Marcelo Curto foi designado superiormente para estar à frente da Comissão.

Entretanto, a Comissão Nacional do P. S. reúne este fim-de-semana. Vão ser eleitos os membros da Comissão Directiva e o Secretariado Nacional.

Aspirante do ex-R.A.S.P. absolvido

PORTO, 11 — Por a acusação ter sido dada por improcedente e não provada, foi ontem absolvido no Tribunal Militar desta cidade o aspirante Teixeira Marques, do RASP, acusado de ter comandando, duas forças militares, sem autorização no decorrer dos acontecimentos que se verificaram junto a essa unidade na noite de 6 para 7 de Outubro de 1975.

O tribunal deu como provado que «após uma concentração de pessoas junto às instalações do RASP, em apoio à luta travada por alguns militares dessa e de outras unidades, que se encontravam no interior, na noite de 6 para 7 de Outubro, correu para ali uma outra manifestação duma organização política diferente». Recorde-se, a este respeito que à cabeça da contramanifestação do P. P. D. que deu origem aos incidentes seguia o operacional bombista Ramiro Correia, presentemente detido em Caxias.

Segundo a acusação o aspirante Teixeira Marques comandou uma força de 50 homens desarmados e outra de autobuses «sherman». O tribunal porém — segundo se lê no acórdão — «Não coligiu elementos que o levasse a concluir que o arguido tenha assumido o comando das referidas forças, uma vez que as testemunhas, algumas delas envolvidas no conflito, não foram precisas num esclarecimento directo do ocorrido. Limitaram-se elas contra a sua missão que é de trazerem ao pretório factos directos e objectivos, a emitir juízos de probabilidade acerca do comando do arguido».

O tribunal considerou que eventualmente a conduta do réu mereceria censura disciplinar, penalidade esta que, entretanto, se encontra amnistiada.

A defesa esteve a cargo dos drs. Vilhena Pereira, José Afonso e Carlos Cal Brandão. A acusação foi confiada ao promotor de justiça, cor. Rodrigues Salgado.

Mota Amaral em Lisboa

O Primeiro-Ministro recebeu ontem o presidente do Governo Regional dos Açores, Mota Amaral, que se encontra de visita a Lisboa para tentar clarificar os poderes que assistem ao Governo Regional e os que estão reservados unicamente para o Governo Central.

O dr. Mota Amaral ainda ontem foi também recebido pelo ministro da Administração Interna e apresentou cumprimentos aos presidentes da Assembleia da República e do Supremo Tribunal de Justiça.

FÉRIAS EM
DEZEMBRO, NATAL
E FIM DE ANO 76

LONDRES desde 4.500$
Partidas todas as **Quintas** e **Domingos** desde 4/11/76
e ainda outras datas em Dezembro, Natal e Fim de Ano
* **Fim de semana** – 4 dias
* **Mini-Semana** – 5 dias
* **Semana** – 7 dias
* **Maxi-Semana** – 8 dias

MARROCOS desde 2.890$
TANGER - MINI SEMANA
4 dias - Dezembro 6, 13, 20, 27
TANGER FIM DE SEMANA
5 dias - Dezembro 2, 9, 16
TANGER - FIM DE ANO
5 dias - Dezembro 30
CIDADES IMPERIAIS
8 dias - Dezembro 13 e 27

MADEIRA desde 3.290$
FIM DO ANO
6 dias - Dezembro 28 a Janeiro 2
6 dias - Dezembro 29 a Janeiro 3

Programas ● Reservas
VIAGENS RAWES
Lisboa-Correspondência: R. Bernardino Costa, 47
Expediente: Trav. do Corpo Santo, 15 Tel. 370231
Faro-Rua Conselheiro Bivar, 72 Tel 23195/6

Trabalho

MINISTRO NÃO RECEBEU "TÊXTEIS"

"Que cordelinhos se mexem nas nossas costas?"

— pergunta Kalidás Barreto

. Sindicatos de todo o país e representações de numerosas empresas participaram ontem à tarde, na manifestação dos trabalhadores têxteis efectuada nas imediações do Ministério do Trabalho e dele separada pelas barreiras metálicas móveis, engenho ultimamente muito utilizado pelas autoridades em emergências como esta.

Os manifestantes concentraram-se na Praça do Chile e marcharam depois para o Ministério. Nas filas da frente, viam-se conhecidos sindicalistas. Entre eles, Jaime Machado, do Secretariado da Intersindical, Kalidás Barreto, da Federação dos Sindicatos Têxteis, Manuel Correia Lopes, presidente da Direcção do Sindicato dos Têxteis do Sul e António Rosas, presidente da Assembleia Geral do mesmo Sindicato e também pertencente ao Secretariado da Inter.

A manifestação visava, nomeadamente, a reintegração dos dois últimos dirigentes sindicais, citados afastados da firma «Manuel Lopes Henriques e Filhos» por disposição da respectiva administração que causou vivo repúdio nos meios do trabalho. Entretanto, a presença de representantes das empresas Coronado e Maconde e a repetição de palavras de ordem contra a lei dos despedimentos e a legislação antioperária em geral conferiram objectivos mais vastos à concentração de ontem, na qual era assinalável a numerosa participação de mulheres.

«Não foi para isto que andei na Constituinte a ajudar a fazer a Constituição»

Chegados às grades de ferro, cortina que os separava do edifício do Ministério, os manifestantes pretenderam entregar ao ministro Marcelo Curto uma moção de repúdio pelos despedimentos de Manuel Lopes e António Rosas. A delegação sindical, no entanto, foi informada pelo adjunto do ministro de que este não os receberia. Em moção subsequentemente aprovada, os trabalhadores que, na Praça de Londres, arrastavam com a chuva e o frio da tarde agreste, aprovaram uma moção em que «condenam firmemente a recusa ministerial», atitude que compararam com outras tomadas pelo Ministério das Corporações, de triste memória.

KALIDÁS BARRETO PERGUNTA

«Não foi para isto que andei na Constituinte a ajudar a fazer a Constituição» — afirmou o dirigente sindical Kalidás Barreto, que foi deputado do P.S. à Assembleia Constituinte, durante o comício integrado na manifestação. «É doloroso para mim ter de estar aqui, disse ainda o antigo deputado, que acrescentou: «E que não são só os despedimentos abusivos dos camaradas Manuel Lopes e António Rosas e tantos outros camaradas que estão em causa. É que não é só o repúdio pelas atitudes prepotentes dos que querem o regresso ao passado. As raízes são mais fundas. É necessário que nesta hora se pergunte de onde vem a força dos patrões para tomarem iniciativas destas? O que está por trás das provocações do patronato, do seu desprezo pela Constituição e pelo Governo? O que permite a impunidade a estas provocações? O que retira a eficácia da acção do Ministério do Trabalho? O que boicota tudo o que seja a favor dos trabalhadores e é rápido a agir quando é contra os trabalhadores? Quem luta contra o prosseguimento da Reforma Agrária? Que cordelinhos se mexem nas nossas costas?»

Estas interrogações ficaram ecoando no ar frio da tarde. Entretanto, no uso da palavra, Jaime Machado da Intersindical adiantaria:

. «Os patrões reaccionários, encorajados pela passividade dos órgãos do Estado despedem, perseguem e agridem trabalhadores. Tudo isto faz parte do plano da direita reaccionária que visa a recuperação capitalista e o consequente esmagamento das conquistas dos trabalhadores.» referindo-se concretamente aos despedimentos, diria Jaime Machado que se trata de «mais uma peça de tenebrosa manobra: a desorganização e divisão do movimento sindical».

Um dos despedidos da Manuel Lopes Henriques e Filho L. da, Manuel Correia Lopes, afirmaria por seu turno:

. «Tudo nos leva a crer que se trata de uma manobra orquestrada pela C.I.P., inserida num plano mais vasto». Depois de reiterar que «os trabalhadores desta terra, nos quais os têxteis se incluem, não estão dispostos a pagar a crise provocada pelos capitalistas com o apoio governamental,» Manuel Lopes concluiria:

. «Não consentiremos que este seja apenas mais um para o rol dos casos esquecidos nas prateleiras e nas gavetas do senhor ministro e do Governo de que faz parte».

PUB

MOÇÃO

TRABALHADORES DA «FLOR DO CAMPO» REUNIDOS EM PLENÁRIO DURANTE A ÚLTIMA HORA DE PARALISAÇÃO SIMBÓLICA, NO DIA 5/11/76.

A) Tendo em conta que o momento que estamos a atravessar, é um momento histórico para todos nós, é um momento de unidade que se deve manter para sempre no nosso seio.

B) Tendo em conta que a causa da nossa luta, assim como a luta de todos os trabalhadores, é de fazer-mos com que o patronato se sente à mesa das negociações, a fim, de ser negociado o novo CCT Único e Vertical para todo o sector.

C) Tendo em conta que uma minoria de trabalhadores não paralizaram o seu trabalho, talvez por inconsciência de classe, mas que alguns deles sentem-se envergonhados por ficarem isolados da classe a que pertencem.

DECIDIMOS :

1 — Apoiar sempre os Sindicatos, o nosso verdadeiro órgão representativo que neste momento histórico tem sido incansável a trabalhar e a lutar por melhores salários e defender as regalias sociais fixadas no actual contrato.

2 — Exigir do Governo em especial do Ministro do Trabalho dr. Marcelo Curto, que obrigue o patronato a sentar-se à mesa das negociações o mais rápidamente possível, porque a luta de 280 mil trabalhadores de um sector como o nosso, dá grandes prejuizos à Economia Nacional, porque representa 30 por cento das nossas exportações.

3 — Que os nossos camaradas que estão a trabalhar se solidarizem com a nossa luta, porque é justa, por isso devem juntar-se a nós, que serão recebidos de braços abertos.

PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES
PELO NOVO CONTRATO DE TRABALHO ÚNICO E VERTICAL
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS

Esta moção deve ser enviada às seguintes entidades: Presidente da República — Ministro do Trabalho — Presidente da Assembleia da República.

Assim como aos órgãos de Comunicação Social nomeadamente — R.T.P. — R.D.P. — Comércio do Porto, Jornal de Notícias, Diário de Lisboa, Diário, Venceremos e Voz dos Texteis.

APROVADA POR MAIORIA COM UMA ABSTENÇÃO

S. Martinho do Campo, 5 de Novembro de 1976

Lista "A" venceu eleições no Sindicato de Hotelaria

A lista unitária «A» venceu as eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, que ontem decorreram. Apesar da manobra divisionista provocada pela lista D, cujos promotores, depois de a apresentarem fora de prazo e ser rejeitada, recorreram ao tribunal que considerou procedente o recurso o que motivou o adiamento das eleições, os trabalhadores de Hotelaria do Sul manifestaram-se maioritariamente pela unidade, ao elegerem a lista A por 4438 votos, ou seja, concedendo-lhe 60,4 por cento dos votos. Seguiu-se a lista B, com 2321 votos (31,6 por cento), a lista C, com 368 votos (5 por cento) e a lista D, que no seu manifesto afirma incluir elementos afectos ao M. R. P. P. com 209 votos (2,8 por cento).

A lista vencedora apresentou-se às eleições sob a sigla «Por um Sindicato na Unidade, pela Democracia e pelo Socialismo». A tomada de posse efectuar-se-á dentro em breve, não estando no entanto marcada a data.

Para os cargos de presidentes da Mesa da Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal, foram eleitos, respectivamente, Afonso Monteiro, Américo Nunes e Alice Carvalho Noruegas Dias da Rocha.

Na sua maioria, os novos corpos gerentes (que de acordo com os novos estatutos) são pela primeira vez em número de 25 elementos efectivos, já deram provas da sua capacidade de luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, pois dos seus «curriculos» constam funções sindicais, ou mesmo participação na lista dos corpos gerentes cessantes.

AGRAVA-SE A SITUAÇÃO NA MACONDE

Gerência ameaça com despedimentos

A situação na multinacional «Maconde» agravou-se durante o dia de ontem quando a gerência, em carta enviada para casa de todos os trabalhadores, ameaçava com a perda dos postos de trabalho quem não aceitasse ser transferido para a unidade da mesma empresa em Vila do Conde. A carta referia ainda, informar-nos o Sindicato de Vestuário de Braga, que os trabalhadores deveriam igualmente aceitar a suspensões das duas dirigentes sindicais e a «disciplina hierárquica». Para o efeito, dizia a comunicação enviada aos trabalhadores, estariam esta manhã camionetas para transporte para Vila do Conde junto ao edifício do Governo Civil de Braga, pelas 7 e 15. Esta manhã, verificaram-se cenas lamentáveis junto às camionetas estacionadas no Governo Civil. Houve trabalhadoras (a maioria do pessoal da fábrica é constituído por mulheres) que foram agredidas por familiares e obrigadas a seguir para Vila do Conde. Entretanto, outras fugiram aos pais para não sofrerem idênticas ameaças.

Ontem à tarde, decorreu na fábrica, em Braga, um plenário em que esteve presente a grande maioria dos trabalhadores, que continuam, como temos noticiado, solidários com as dirigentes ameaçadas de suspensão.

DEPUTADOS DO P.C E A MACONDE

Os «graves acontecimentos ocorridos na fábrica Maconde, de Braga», motivaram um requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Comunista em que se solicita que, «Por intermédio dos Ministérios da Administração Interna e do Trabalho» sejam prestadas informações urgentes.

No requerimento pergunta-se «quais as posições tomadas até hoje, pelo Governo, em relação a este grave conflito laboral, que atinge 600 trabalhadores e prejudica gravemente a economia nacional» uma vez que já foram perdidas 180 mil horas de trabalho, o que prejudica as exportações em 30 mil contos; «qual a posição tomada pelo Governo para obrigar a entidade patronal a respeitar os preceitos constitucionais que consagram o direito de reunião dos trabalhadores»; «qual a posição do Governo face ao corte de energia decretado pelo patronato», e que paralisou a produção, «sendo certo que os trabalhadores permanecem nos seus postos de trabalho»; «qual a posição do Governo face à suspensão de duas trabalhadoras, uma delegada sindical e outro membro da Direcção do Sindicato do Vestuário», «face às informações, favoráveis aos trabalhadores, prestadas pelos delegado e subdelegado do Ministério do Trabalho em Braga, do Inspector do Trabalho vindo de Lisboa e de um membro do Gabinete do secretário de Estado do Trabalho», e «face ao não pagamento do mês de Outubro aos trabalhadores».

Ainda três perguntas, estas envolvendo mais directamente o Ministério da Administração Interna: «sendo a responsabilidade do conflito do patronato, quais as justificações (...) para a actuação da P.S.P. que (...) arremeteu contra os trabalhadores»; como se explica a prisão de uma delegada sindical; e como pensa o Governo «pôr fim à actuação ilegal do patronato, proteger e assegurar os direitos constitucionais dos trabalhadores e promover o apuramento das responsabilidades e o consequente julgamento dos responsáveis».

TAVERNA DO EMBUÇADO

Uma conta antiga ameaça cooperativa

. A C.R.G.E., aplicando provavelmente os seus regulamentos mas permanecendo indiferente às circunstâncias, põe neste momento em perigo a «vida» de uma cooperativa de hotelaria, a funcionar na tabuleta da «Taverna do Embuçado».

A história é simples: propriedade de uma sociedade anónima, a Turisalfa, de que era sócio-gerente João Ferreira da Rosa, os trabalhadores viram-se na necessidade de assegurar os seus postos de trabalho quando ele abandonou o País. Casos semelhantes se têm passado noutros ramos e estabelecimentos. Mas aconteceu que, como uma cooperativa não nada em dinheiro e as anunciadas facilidades ainda não apareceram, a água e a luz continuaram no nome da antiga sociedade.

Agora, na semana passada, apareceu um funcionário da C.R.G.E., dizendo que ou era pago um conjunto de recibos no valor de 670$00, ou tinha que se fazer o corte da electricidade e do gás. Velha história: João Ferreira da Rosa tinha servido de fiador a uma outra pessoa que não cumpriu os seus compromissos para com a C.R.G.E. Daí o «cutelo» sobre a cabeça dos cooperativistas: ou pagar a conta que não é deles ou mudarem o contrato para o nome da nova cooperativa, já legalizada de resto.

Só que isso custa oito contos (sem fiador, quem o quer ser(...) e a cooperativa, lá está, não nada em dinheiro. Por isso, enquanto não vêm as anunciadas facilidades às cooperativas, os trabalhadores da «Taverna» pretendiam que houvesse um pouco de «compreensão», compreendendo embora que regulamentos... são regulamentos.

Trabalho

"RETORNADOS SÃO NEGÓCIO DA CHINA"

Ainda o escândalo de Armação de Pera

Por não estar ao serviço deste jornal, devido a baixa por doença, o nosso camarada de redacção, Josué da Silva, autor da reportagem com o título em epígrafe, não pôde fazer, no momento oportuno os devidos comentários à carta que nos enviou o sr. Lopes Sabino, de Armação de Pera. De regresso a esta redacção Josué da Silva assume a responsabilidade do devido comentário da seguinte forma:

Há esclarecimentos que de modo nenhum ajudam a ver mais claro. Há desmentidos que se desmentem a si mesmos. Foi o que aconteceu com a carta que vamos comentar por direito. E comentamo-la apenas por uma razão: a referida carta **não quer** esclarecer coisíssima nenhuma. Na realidade, a carta do sr. Lopes Sabino, dos célebres «Apartamentos Sabino», de Armação de Pera, com o qual o signatário tenta, numa linguagem arrevesada e maligna, desmentir a nossa reportagem publicada no «D/L» de 3 do corrente, sob o título em epígrafe, não passa de um «bluff». E um «bluff» sem imaginação nem adorno está por si mesmo condenado ao fracasso. É o caso. O sr. Lopes Sabino procura fazer-se «vítima» da nossa **má-fé**. O sr. Lopes Sabino esqueceu-se, entre outras coisas, de que o nosso trabalho foi realizado, sobretudo, a partir de afirmações produzidas pelas pessoas mais interessadas: os retornados que, em Armação de Pera, sofrem as condições de um mau alojamento, com bastante mais do que duas pessoas por apartamento e, por contraste, muito bem pago pelo IARN. Mas o sr. Sabino não dialoga: ataca, da pior maneira, tenta a manobra de atingir a integridade profissional do repórter, também eu só considerarei **o assunto arrumado com uma acção judicial**. É que estas coisas das ameaças às vezes são uma faca de dois gumes. E já lá vai o tempo em que os sabinos deste País nos obrigavam ao silêncio e a engolir todas as afrontas, apenas porque só eles podiam manejar a arma dos tribunais.

O sr. Sabino faz insinuações. O sr. Sabino arma-se em vítima. O sr. Sabino agarra-se a duas questões de pormenor para me chamar mentiroso. O sr. Sabino é que é o sábio, o íntegro, o omnipresente. Entretanto, com o maior dos descaros, escamoteia na sua carta a questão de fundo: os fabulosos e escandalosos lucros auferidos pelos «patrões de retornados». Mas fá-lo de uma forma tão desajeitada que, em vez de desmentir, vem dar-nos razão. Diz o sr. Sabino a linhas tantas do seu «desclarecimento»; «Aquilo que o sr. Silva afirma que eu ganho a título de negócio da China, é próprio da compensação pelo risco do negócio, é legal...» Faltava esta da legalidade. Todos os especuladores dizem o mesmo. O **risco do negócio** de um intermediário da batata, pode levá-lo a pôr o produto no mercado pelo triplo do preço arrancado ao produtor. Rouba-se com isso o povo, atenta-se contra a economia nacional mas, se não existir tabelamento oficial, porque é **legal**, está certo. Esquecemo-nos de que a legalidade não ressalva a imoralidade. E de que as imoralidades deste tipo quase sempre acabam onde começa a corrupção. Sobretudo não é fácil desmentir que se trata de um atentado aos interesses do País e do povo que o eterniza. Também no tempo da **outra senhora** eram legais (quem iria dizer que não?) as negociatas do Tenreiro, do Tomás e C.ª...

Hipocritamente lamenta o sr. Sabino as condições em que vivem os retornados. E, contudo, é graças a essas condições e valendo-se muito bem delas, que o sr. Sabino arrecada proventos. Não há dúvida de que se alguém tem de tratar do alojamento de retornados (e claro que tem), muito boa gente descortinou nesse **belo gesto** um negócio da China. Será o sr. Sabino capaz de nos dizer, abertamente, quais os seus largos lucros? Não o disse na sua carta e decerto não o dirá. E, no entanto, está aí **toda a verdade** da questão. Em contrapartida, exigia-nos que fizéssemos uma análise socio-politica-económica (e na pá!) **ao contexto** nacional em que se inserem os retornados. Naturalmente. Num contexto global, o escândalo de Armação de Pera quase passaria despercebido. Até era capaz de parecer uma inocentada. Mas talvez devessemos fazer a tal análise. Talvez então os sabinos deste País fossem travados a tempo e horas. Infelizmente, o nosso trabalho cingia-se a uma simples reportagem. Que não descurou, no entanto, a denúncia a um estado de coisas que urge ter em conta e cercear. No fundo, toda a raiva dos sabinos surge do medo de lhe estragarmos o negócio. O sr. Lopes Sabino, de Armação de Pera, exige-nos uma **análise**, como mero espectador, assim com o gesto de quem lava as mãos: ele não tem nada a ver com os problemas ligados aos retornados ele nada tem que ver com a conjuntura económica e política do País. Claro que labora num erro. É aos sabinos desta terra que mais e maiores responsabilidades devemos exigir. Por muitas e variadas razões.

Dispensamo-nos de rebater a **sabínica** carta em pormenor, até porque temos mais que fazer que aturar sabinadas, venham elas de onde vierem. E para nos dispensarmos à hipótese de polémica levantada pelo sr. Sabino, vamos responder-lhe com os seus números **exactos**, tendo em conta, para além dos pormenores, a questão de fundo da nossa reportagem. Ora vejamos: 100 retornados alojados correspondem a uma receita de 17 contos diários, quer dizer, 510 contos mensais; estes retornados estão alojados em 25 apartamentos (diz-nos o sr. Lopes Sabino) cuja renda é, em média, de 3000 escudos mensais por apartamento: portanto, 75.000 escudos de despesa considerando ainda outros dispêndios (se é que existem), temos ainda assim um lucro mensal liquido à volta dos 400 mil escudos. Mais que dez ministros. Mais que o lucro de muitas empresas. Cerca de quatro mil contos por ano!

Perguntamos de novo: estão, de facto, as entidades ligadas ao «assunto retornados» indiferentes, ou na disposição de acabar com estes escandalosos negócios?

Aproveitamos, entretanto, para anunciar que prosseguiremos com a investigação de «outros casos» como este, algures no Algarve.

JOSUÉ DA SILVA

Depoimento de um leitor

De um nosso leitor devidamente identificado, recebemos ainda sobre este caso, a seguinte carta que publicamos na íntegra:

«Por mero acaso e circunstâncias ligadas à minha vida particular, tive de me deslocar ao Algarve no mesmo dia em que o V/ repórter, sr. Josué da Silva, partia para Armação de Pera. Como o sr. Josué da Silva não tem carro (se ele se metesse no negócio dos retornados talvez lhe fosse possível comprar um BMW-Ponto 3, sabe-se lá!), ofereci-me para o transportar. E como o assunto que eu ia tratar perto de Armação de Pera (mais concretamente em Loulé) não me ocupou mais de uma hora, decidi acompanhar o V repórter no seu trabalho sobre o caso dos apartamentos para alojamento de retornados naquela povoação. Estive onde esteve o sr. Josué da Silva e ouvi as mesmas coisas que ele ouviu. De tal modo, que quando a reportagem assinada por ele saiu no «Diário de Lisboa», pensei para comigo que, diante do que tinhamos visto e ouvido, o sr. Josué da Silva fora bastante comedido. Eis senão quando, ao abrir o «DL» do passado dia 3 de corrente, deparo com a carta do sr. Sabino, que não tenho o prazer de conhecer. Não sei se haverá algum pormenor de somenos em que a informação tenha sido menos fiel. Mas sei, isso sim, de que no que respeita às informações sobre a escandaleira de que estão a ser vítimas os retornados e o erário público nacional (portanto, todos nós um pouco), é tudo verdade. Ou ponho a questão de outra forma: entre a palavra do sr. Sabino e a dos retornados com lágrimas nos olhos eu vou, implicatamente, pela dos retornados. Como o fez e muito bem, o sr. Josué da Silva. Porque, dos retornados eu tenho a palavra e os factos. Do sr. Sabino, só a palavra.

«Mas há outra coisa: quando o sr. Lopes Sabino afirma «que dispensa comentar as **fantasias** da reportagem acerca da perigosidade do trabalho», eu, que estive lá e ouvi e vi o que ouviu e viu o sr. Josué da Silva, digo ao sr. Sabino que meta a viola no saco. Até lhe descrevo uma das cenas passadas na manhã do segundo dia da nossa estada em Armação de Pera, no Café do Golfe, junto á Praia, quando um grupo de indivíduos, tendo à frente um retornado jovem, alto, forte e que vestia uma camisola onde se lia a palavra «karate» (decerto para assustar melhor), se foram sentar a uma das mesas ao nosso lado, invectivando a equipa de reportagem do «DL» que sabiam «andar por ali a cheurar» e falando em gravadores e máquinas fotográficas que seriam partidas e proferindo outros termos de ameaça que, tenho a certeza se concretizariam se nesse dia não tivéssemos que partir para Lagos, onde o sr. Josué da Silva tinha de fazer outro trabalho. Só que, naquele momento, o tal grupo não identificou a «equipa» DL nos dois indivíduos que, a seu lado, tomavam calmamente a bica.

«Acrescento ainda que quanto « aos disparates das lutas políticas angolanas» em Armação de Pera, o que eu considero disparate e dos grandes é tentar desmentir ou mistificar a questão. Essa luta existe, ainda que surda, pelo que vi e ouvi. E existe até algo de mais grave que talvez ao sr. Sabino nem interesse.

«Certo de que com esta minha carta dou uma achega à questão agora levantada pelo sr. Sabino contra o sr. Josué da Silva e o V/ jornal, Sou com toda a consideração **Luis Filipe Correia Torres** PAÇO DE ARCOS»

Nacional

DEVER D

A Constituição e

Mesa-redonda "D.L."

«Há correntes de opinião a criar para que o quotidiano dos portugueses seja o que a Constituição estabelece. Esta é uma faceta que se afigura importante nas actividades que se propõem os cidadãos agrupados em volta da Comissão Organizadora do Congresso para a Divulgação, Aplicação e Defesa da Constituição.» Assim, através da palavra do prof. Domingos Moura, iniciamos a mesa-redonda com elementos da Comissão (Luís de Azevedo, Alcina Bastos, Rui Grácio, Domingos Moura, Ulpiano Nascimento). Logo de imediato ficou bem assente que a Comissão não pretende, de forma alguma, estabelecer-se como «poder paralelo» aos órgãos competentes de garantia e defesa da Constituição. Pretendem sim, os seus elementos, cultivar, como cidadãos, e nos cidadãos, uma reflexão colectiva sobre uma Constituição cercada de ameaças e que nem todos (mesmo quando afirmam o contrário) estão dispostos a respeitar e defender. A mesa-redonda apontará casos concretos de interferência e desvirtuamento na letra e espírito da Constituição; alertou para as ameaças de que é alvo, dos quadrantes mais reaccionários à «direita civilizada», e evidenciou de sobejo a necessidade urgente e constante de defender as conquistas da Revolução consignadas na Constituição: a Reforma Agrária, as nacionalizações das grandes empresas, o controlo dos trabalhadores sobre as actividades produtiva, distributiva e de serviços e, em suma, a transição da sociedade portuguesa para o socialismo.

DL — Afirmado já pelo prof. Domingos Moura um dos objectivos da Comissão para Divulgação, Aplicação e Defesa da Constituição, que perspectivas se abrem à Comissão e ao papel que espera vir a desempenhar na defesa da Constituição?

Domingos Moura — À acção de um grupo empenhado na divulgação, aplicação e defesa da Constituição abrem-se duas vias: ocupar-se de situações singulares em que o espírito ou a letra da Constituição estejam a ser ofendidos; ou tentar difundir uma nova mentalidade que permita a cada cidadão realizar-se no viver cívico e político que foi a intenção dos capitães de 25 de Abril.

A primeira via é uma das funções da Comissão Constitucional; e, *lato sensu*, também é função do Presidente da República, do Conselho da Revolução e dos Tribunais. Certamente estes órgãos de soberania aceitarão com agrado a cooperação de grupos de cidadãos que em contacto directo com o quotidiano colaborem em detectar os entorses ao que a generalidade dos portugueses quis que fosse o seu viver político. Mas tal acção fiscalizadora em breve ficará afogada em multidão crescente de casos particulares se cada cidadão não for capaz de assumir inteiramente os direitos e os deveres que a Constituição de 1976 lhe trouxe e usar as possibilidades de intervenção que ela faculta. Aqui também prevalece a sabedoria do provérbio: ao homem com fome não ofereças um peixe; é melhor ensiná-lo a pescar.

Sem recusar acções localizadas contra ofensas gritantes à Constituição parece que é, sobretudo na segunda das vias apontadas que os cidadãos agrupados na Comissão Organizadora do Congresso para a Divulgação, Aplicação e Defesa da Constituição se devem mobilizar.

DL — Mas essa acção não virá colidir com a missão e função dos partidos que prometeram defender (uns) e respeitar (outros) a Constituição?

Domingos Moura — Os partidos que redigiram e aprovaram a Constituição estão, sem dúvida, empenhados em defendê-la. Mas a leitura que da Constituição fazem os diferentes partidos não é inteiramente coincidente — e se fosse perguntar-se-ia em que eram diferentes os partidos. E a vida da comunidade está demasiado cindida pelo agrupamento partidário para que uma acção tão importante para a salvaguarda do viver que durante 50 anos foi a grande aspiração de quase todos os portugueses em ser realizada sob a bandeira deste ou daquele partido.

Os partidos têm função fundamental no processo democrático e não faltam tarefas que os polarizem. Mas creio que a tarefa de difundir, aplicar e defender a Constituição deve ser obra de todos os cidadãos independentemente de pertencerem a um ou a outro partido ou de não pertencerem a partido nenhum.

Luís Azevedo — Há uma disposição constitucional que declara que não são consentidas organizações que perfilhem a ideologia fascista mas admite-se que proliferem essas organizações através de pseudo-organizações que dizem defender certos interesses como é o caso da CIP e da CAP, através da existência da rede terrorista em que a passividade das autoridades permite admitir que não existe o propósito de as proibir e ou de as destruir

OBJECTIVOS DA COMISSÃO: DIVULGAR, DEFENDER

DL — Quais os objectivos fundamentais portanto que assistem à criação da Comissão?

Domingos Moura — A comissão designa-se pelos seus objectivos «divulgar, aplicar e defender» a Constituição. O divulgar e defender ganham precisão ao reflectir sobre o que envolve aplicar a Constituição.

Para aplicar não se deve entender apenas uma interpretação jurídica, exigente na letra e no espírito, do que a Constituição estabelece. A tarefa política, social e económica a que os portugueses se abalançaram passa pelo esclarecimento da maneira como podem ser aplicadas algumas orientações cardeais da sua nova lei fundamental.

Para defender a aplicação da Constituição, será necessário, muitas vezes, explicar como se aplica. O explicar tem um conteúdo técnico que não fica satisfeito com declarações de princípios éticos, de intenções generosas ou esboçando acções desordenadas, em todas as direcções, com a esperança estatística de que alguma acerte. Os cidadãos empenhados em que a Constituição seja aplicada preocupam-se legitimamente com as soluções técnicas que a aplicação envolve. A não ser assim correríamos o risco de proclamar platonicamente a excelência e a urgência de soluções que ninguém sabe muito bem como se concretizam.

DL — A necessidade de divulgação soma-se a necessidade de vigilância ja que as ameaças à Constituicão quer sob capciosas interpretações, quer debaixo de pressões para que não seja cumprida (o caso da Reforma Agrária e um exemplo entre outros) vêm aumentando...

Luís de Azevedo — Com efeito, poder-se-iam citar muitos exemplos através dos quais com interpretações ou como se diz com certas leituras se pretende ao fim e ao cabo revogar na prática os preceitos constitucionais que desagradam às forças conservadoras e à reacção.

Assim, a experiência vivida desde a entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa, com os desvios ao seu cumprimento, impõe uma certa vigilância da posição das entidades públicas desde o Governo aos demais órgãos de soberania e a colaboração efectiva com as mesmas entidades que estejam determinadas a fazer respeitar e cumprir a Constituição.

Para esta, pretende-se o acesso a todas as camadas da população, isto é, do povo português.

Em consequência, não haverá defesa e aplicação eficaz da Constituição sem uma ampla divulgação honesta, consciente e militante do seu conteúdo.

E porque essa divulgação deve ser feita com total independência, impõe-se a colaboração de todos aqueles que não estejam vinculados ou alienados a quaisquer partidos políticos que têm objectivos próprios a realizar e portanto não estão em condição de veicular uma divulgação suficientemente isenta (e alguns partidos há que manifestamente não estão interessados nessa divulgação).

REFLEXÃO COLECTIVA

DL — Em suma, a defesa da Constituição passara por uma reflexão colectiva. Passará tambem pela clara defesa do socialismo tal como esta consignado na Constituição...

Domingos Moura — O artigo 1.º da Constituição de 1976 estabelece que «Portugal é uma República... empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes». No artigo 2.º afirma-se o «objectivo de assegurar a transição para o socialismo». O artigo 80.º define a «organização económico-social da República Portuguesa assenta no desenvolvimento das relações de produção socialistas».

Caminhar para o socialismo é anseio da maioria dos portugueses — e nisto acompanhamos o que vai pelo mundo — e a Constituição traduz esse anseio com a maior clareza. Mas os portugueses vão aprendendo que no caminho do socialismo não há cornucópia encantada que derrame riqueza, prosperidade, sabedoria e competência sobre os que iniciam a caminhada. Somos tão pobres, estamos tão estagnados, dominamos tão mal o saber e a técnica depois de promulgada a Constituição como estávamos antes.

Os trabalhadores que conhecem a dura realidade da pobreza dos portugueses (não é por fantasia que os nossos índices são em quase tudo os piores na Europa) querem a garantia que os seus sacrifícios não vão servir para se regressar ao passado de exploração e que, pelo contrário, vão tornar possível a sociedade sem classes que a Constituição pretende (artigo 1.º) que vão criar as condições para o «exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras» como estabelece o artigo 2.º, que se caminha para a «apropriação colectiva dos meios de produção e solos bem como dos recursos naturais» como aponta o artigo 80.º. Em suma que se caminha para o socialismo e que se não regressa ao capitalismo.

Repartiram-se já com mais justiça as carências; mas o que se adquiriu e só poderia sustentar-se se a riqueza colectiva fosse maior, é ilusão que terá de esperar que a economia socialista avance, para se confirmar. E neste balancear entre o que se desejaria e o que se pode, não devemos esquecer que para alguns é muito tentadora a solução do regresso ao modelo económico anterior ao 25 de Abril, sobretudo para aqueles que egoisticamente sobrevalorizam recordações da própria segurança e prosperidade.

Seria grave ignorar que o desejo individual de possuir riqueza — exceptuando casos anormais e raros — resulta do desejo da segurança na doença, no emprego, na velhice. Resulta afinal do instinto de conservação que os afectos estendem aos que nos são queridos. Uma sociedade a caminho do socialismo tem de se apressar a oferecer a todos os cidadãos as seguranças que se apontaram. Se o não fizer a procura da segurança individual pela acumulação da riqueza — mecanismo que a economia capitalista soube transformar numa das suas maiores forças motoras — pesará com toda a energia de um instinto básico do homem.

De tudo isto resultam forças sociais, económicas e políticas umas favoráveis à transição para o socialismo outras que se lhe opõem e ainda não foi apresentado aos portugueses um esquema claro dos meios técnicos que, afrontando tão complexa realidade, vão realizar a transição. Aos cidadãos que pretendem que a Constituição se aplique não pode ser indiferente o rigor do modelo segundo o qual a via para o socialismo se integra nas realidades ásperas da vida económica portuguesa.

Alcina Bastos — A decisão do 2.º Tribunal Militar Territorial ao considerar inconstitucional a Lei n.º 8/75 que está expressamente consignada no Artigo 309 da Constituição constitui um absurdo e atentado contra a própria Constituição. Não há argumentos jurídicos que possam honestamente sustentar tal decisão

A CONSTITUIÇÃO AMEAÇADA

DL — A Constituição e diariamente ameaçada, dentro e fora da Assembleia, nos orgãos (de comunicação social») de **direita que proliferam. Para o dr. Ulpiano Nascimento, ligado aos** *problemas economicos, quais as areas que, ate agora, definiria como os alvos constitucionais preferidos dessa direita?*

Ulpiano Nascimento — A Reforma Agrária, com a colectivização das terras dos antigos latifundiários e absentistas, em áreas de produção extensiva, constituindo factor decisivo de promoção da agricultura e do trabalhador do campo, e que, ao mesmo tempo, procura reduzir as desigualdades regionais e servir melhor o sector industrial com maiores e mais diversificadas produções.

Como segundo ponto, as nacionalizações das grandes empresas, formando o poderoso bloco empresarial público, o grande motor da economia nacional, e por isso o grande alvo dos capitalistas, os quais não se cansam de difamar a gestão desse sector e criar obstáculos ao seu relançamento, insistindo nas virtualidades da iniciativa privada, sobre a qual tão más referências existem no passado e no presente. Como terceiro ponto, o controlo dos trabalhadores sobre as actividades produtiva, distributiva e de serviços, conquista que nas actuais condições, faz condicionar o poder do capital nas relações de produção e controlar a subida de preços para uma melhor distribuição de rendimento, aumento de produtividade social dos trabalhadores. Finalmente, a transição da sociedade portuguesa para as formas socialistas, com acção directa na qualidade de vida, e na dignificação do homem, com profundas transformações nos valores institucionais, culturais e sociais.

Os membros da Comissão de D junto do «DL». Da esquerda Rui Grácio, Ulpian

A vitória da direita e da reacção sobre estes pontos defendidos expressamente pela Constituição, significa esvaziá-la do seu conteúdo mais progressista; é regressar ao capitalismo feudal. Estas forças pretendem tão somente retomar os interesses e os poderes do regime anterior, aquele contra o qual o povo se ergueu en bloco em 25 de Abril para o derrubar definitivamente. Na sua derrota os sobreviventes desse regime, reagruparam-se e organizaram-se e sob a protecção generosa da Constituição democrática, que afinal pretendem destruir, lançam sobre ela o peso do seu ata que, a frente mais quente e decisiva de todo o processo actual.

Rui Grácio — Especialmente importante é o artigo que estipula que o Estado deve modificar o ensino de modo a superar a sua função conservadora da divisão social do trabalho e a estabelecer a ligação do ensino com as actividades produtivas e sociais: Cabe aqui dizer que no Ensino Secundário unificado, pelo plano do curso e pelas actividades curriculares, se encontram inspiração e objectivos que corporizam, a seu modo e no seu âmbito, aquele artigo constitucional

O PODER JUDICIAL E A CONSTITUIÇÃO

DL — Para lá dos ataques em áreas económicas, e em

cial
CENTRO DE LÍNGUAS

O CIDADÃO, DEVER DA COLECTIVIDADE

é para defender, divulgar e aplicar

domínios apontados, que outros exemplos poderiam ser avançados de desvirtuamento e «certas» leituras da Constituição?

. Luís de Azevedo — Há uma disposição constitucional que declara que não são consentidas organizações que perfilhem a ideologia fascista mas admite-se que proliferem essas organizações através dos meios de comunicação social, através de pseudo-organizações que dizem defender certos interesses como é o caso da CIP e da CAP, através da existência de rede terrorista que a passividade das autoridades permite admitir que não existe o propósito de as proibir e ou de as destruir.

Assim no que diz respeito aos direitos e deveres económicos, sociais e culturais, assiste-se a um total e completo desprezo de disposições constitucionais que asseguram esses direitos e de que são exemplo frisante os últimos decretos-leis publicados acerca da disciplina do trabalho, ignorando-se por completo que existe uma disposição constitucional que reconhece aos trabalhadores o direito de participar na elaboração da legislação do trabalho, nos planos económicos e sociais que contemplam o respectivo sector.

Assim é que assistimos ao próprio Governo e ao partido que está no Poder interferir na vida sindical, aliás de forma ostensiva, ignorando totalmente o imperativo constitucional de que as associações sindicais são independentes do Estado, dos partidos e de outras associações políticas.

Assim é que verificamos um retrocesso, que é inconstitucional, relativamente aos direitos e garantias dos trabalhadores quanto ao emprego, à contratação colectiva e a outros domínios da defesa dos direitos dos trabalhadores.

Aliás tem-se verificado por parte do Governo constitucional a tendência de legislar sobre matéria normalmente reservada à Assembleia da República invadindo o domínio da competência desta (é o caso da amnistia), constituindo um precedente gravíssimo para um regime que se pretende constitucional e democrático.

De outra parte, e embora constituindo um dos órgãos de soberania previstos na Constituição verifica-se que em relação ao denominado poder judicial ainda não chegou o momento da sua concretização e continuamos com Tribunais que pela sua estrutura, pela sua orgânica, não chegaram ao 25 de Abril de 1974.

Isso explica por exemplo, que continuem a aplicar-se as leis anteriores ao 25 de Abril de 1974 sem terem em consideração as alterações que nas mesmas afluem da sua interpretação de acordo com os princípios consignados na Constituição.

Isso explica que seja possível numa atitude contra-revolucionária e antidemocrática que um magistrado considere inconstitucional a própria Constituição.

DL — Na sequência das palavras do dr. Luís de Azevedo, e reportando-nos ao caso da inconstitucionalidade da lei número 8/75, decidida por um juiz do 2.º Tribunal Militar, que pensa a dr.ª Alcina Bastos da argumentação utilizada pelo Tribunal Militar para fundamentar tal decisão?

Alcina Bastos — A decisão do 2.º Tribunal Militar Territorial, ao considerar inconstitucional a lei n.º 8/75 que está expressamente consignada no artigo 309 da Constituição constitui um absurdo e um atentado contra a própria Constituição.

Não há argumentos jurídicos que possam honestamente sustentar tal decisão.

Ela carece de fundamentação jurídica e, a manter-se, levar-nos-ia à conclusão absurda de se julgar a própria Constituição inconstitucional.

Referindo-se a esta decisão o ministro da Justiça, dr. Almeida Santos disse ao «Diário de Notícias» que confessava a sua estranheza por se ter julgado inconstitucional uma lei que a própria Constituição, em sede transitória e a título manifestamente excepcional, declara manter-se em vigor.

Esta decisão baseia-se única e simplesmente em razões de ordem política e constitui um insulto à memória dos antifascistas presos, torturados e mortos pela «PIDE/DGS» e é uma afronta à consciência democrática do Povo Português e à própria Constituição.

Estou certa de que o Supremo Tribunal Militar revogará tão infeliz decisão judicial, evitando que se abra um precedente.

Defesa, Divulgação e Aplicação da Constituição com o director-adjunto para a direita: dr. Piteira Santos, Luís Azevedo, Alcina Bastos, Ulpiano Nascimento e Domingos Moura e o repórter do «DL»

ENSINO: O QUE A CONSTITUIÇÃO DIZ E O QUE SE PERGUNTA

DL — Sobejamente conhecido pela sua actividade pedagógica antes e depois do 25 de Abril, o dr. Rui Grácio desempenhou durante alguns governos provisórios funções de responsabilidade no MEIC. Assim, impõe-se a pergunta: Em matéria de educação e ensino, quais os princípios que a Constituição consagra?

Rui Grácio — A Constituição, em matéria de educação e ensino, prescreve um certo número de princípios coerentes com o enunciado fundamental de que a República Portuguesa é um Estado democrático que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo.

Alguns desses princípios seriam certamente perfilhados por ideólogos e constituintes de regimes liberais capitalistas industrialmente avançados.

DL — Concretamente...

Rui Grácio — Exemplos? O princípio de que todos os cidadãos têm direito ao ensino e à igualdade de oportunidades na formação escolar; o de que o ensino de base será universal, obrigatório e gratuito, devendo a gratuitidade ser estabelecida em todos os graus. Ora, é um facto que em tais países o ensino está largamente generalizado e são muito elevadas as taxas de frequência dos ensinos secundário e superior.

Mas a igualdade de oportunidades é puramente **formal**, visto as maiorias sociais, as camadas populares, as classes trabalhadoras estarem minoritariamente representadas nos escalões superiores do ensino. Toda a gente o sabe: selectivo, o sistema funciona objectivamente como um mecanismo de reprodução da divisão social de trabalho, de maneira que a uns, uns poucos, cabe conceber e enquadrar as tarefas dos demais, a quem por sua vez compete executar e ser enquadrado. Por outro lado, os conteúdos do ensino, que não são, nem podem ser, é claro, ideologicamente neutros, tendem a justificar e a reforçar aquela ordem de coisas.

DL — Se o ensino que pretendemos não aceita como modelo o de regimes liberais de países capitalistas, altamente industrializados, como interpretar e defender o que a Constituição consagra no respeitante ao ensino e educação?

Rui Grácio — A Constituição Portuguesa, de Abril de 1976, contém certos preceitos que não seriam provavelmente perfilhados pelos ideólogos e constituintes dos regimes que referi; esses preceitos são próprios de um texto que tem o socialismo por meta, que tem por alvo o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras. Basta ver os enunciados seguintes: o acesso à cultura deve ser assegurado pelo Estado a todos os cidadãos, em especial aos trabalhadores; igualmente se preceitua que no acesso à Universidade se deve estimular e favorecer a entrada de trabalhadores e de filhos dos trabalhadores; e que deve ser estimulada pelo Estado a formação de quadros científicos e técnicos originários das classes trabalhadoras. Especialmente importante é o artigo que estipula que o Estado deve modificar o ensino de modo a superar a sua função conservadora da divisão social do trabalho e a estabelecer a ligação do ensino com as actividades produtivas e sociais. Cabe aqui dizer que no ensino secundário unificado, pelo plano do curso e pelas actividades curriculares, se encontram inspiração e objectivos que corporizam, a seu modo e no seu âmbito, aquele artigo constitucional.

Tem de reconhecer-se porém o seguinte: os preceitos que de algum modo apontam para uma descriminação positiva, ou ao menos por uma especial atenção, em favor das classes trabalhadoras não são, em rigor, a consagração de conquistas alcançadas — como sucede com a Reforma Agrária e o controlo operário; são sim, objectivos, a concretizar ainda, de uma política democrática de ensino. E isto, provavelmente, porque as escolas não são as planícies alentejanas, nem são fábricas, estaleiros e oficinas; nem os estudantes e os professores são assalariados agrícolas ou industriais...

DL — Estando crentes que o ensino não pode ser, ideologicamente neutro, como poderá ser interpretado o consignado na Constituição — a necessidade de promover a transição para o socialismo, para «uma sociedade sem classes»?

Rui Grácio — Diz o número dois do artigo 43.º que o Estado «não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas». Podemos aproximar este enunciado daquele outro, logo pelo início da Constituição, que determina o pluralismo de expressão e organização políticas democráticas. A aproximação é possível e legítima; em todo o caso, não será despropositado fazer duas perguntas. A primeira: existe algum sistema educativo, público ou privado, que não se organize em função de certas directrizes filosóficas, políticas, ideológicas? Eu penso que não. O que sucede é que as directrizes muitas vezes não são explicitadas, ou, sejam ou não sejam, têm uma concretização mais ou menos impositiva. A segunda pergunta: o Estado deverá renunciar, designadamente através o ensino, a promover a transição para o socialismo, para «uma sociedade sem classes» (é o que diz a Constituição), onde prevaleça o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras? Eu acho que **não** deve renunciar a esse objectivo constitucional: por isso, o ensino público terá de ser programado de harmonia com as directrizes que favoreçam, que estimulem «a transição para o socialismo».

DL — Na actual realidade portuguesa o que é na opinião do dr. Rui Grácio, necessário para pôr em prática o ensino de uma sociedade em «transição para o socialismo»?

Rui Grácio — É evidente que a consumação dos objectivos enunciados e doutros objectivos constitucionais depende sobretudo da dinâmica conflitual que se for verificando na sociedade portuguesa. A elaboração da nossa Constituição exprime ela mesma uma situação conflitual e da mesma maneira, a sua divulgação, aplicação e defesa alimentam-se de situações conflituais. No conflito, que forças hão-de vir a prevalecer? As que estão pela democracia, pelos trabalhadores, pelo socialismo? Ou as que estão do lado contrário? A Constituição aponta o rumo. Bom é que o nosso povo a conheça. Leio aqui o que foi dito por António Macedo, deputado socialista, em Abril de 76 na Constituinte: «A Constituição será letra-morta se os Portugueses lhe não insuflarem vida, firmemente determinados a viverem em democracia e a seguirem em frente, a passo decidido, a caminho do socialismo. Esta terá de ser a leitura da Constituição que ao povo deve ser ensinada».

Ulpiano Nascimento — Na sua derrota os sobreviventes do regime contra o qual o povo se ergueu em bloco em 25 de Abril para o derrubar definitivamente, reagruparam-se e organizaram-se e sob a protecção generosa da Constituição democrática, que afinal pretendem destruir, lançam ela o peso do seu ataque, a frente mais quente e decisiva de todo o processo actual

Domingos Moura: Creio que a tarefa de difundir, aplicar e defender a Constituição deve ser obra de todos os cidadãos independentemente de pertencerem a um ou a outro partido ou de não pertencerem a partido nenhum

Restaurante
7 MARES
PORTIMÃO
De 1.ª categoria
Aberto das 12.30 às 15
e das 19.30 às 24
COZINHA
PORTUGUESA
No Bar: pianista privativo
Encerrado às 2.as feiras
ORGANIZAÇÕES
FERNANDO BARATA

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE ALMADA

ANUNCIO

Citação de Credores

FAZ-SE SABER que nos autos de execução com processo ordinário (Sentença) pendentes na 2.ª Secção deste Juízo propostos por António Alves Ferreira, casado, proprietário, residente na Rua Dinis Neiva, 42 em Torres Vedras e em que é executada T.C.L. Terraplanagens e Construções, Limitada, sociedade por quotas com sede na Rua Augusta, 118-5.º Dt.º em Lisboa, correm éditos de VINTE DIAS a contar da segunda e última publicação deste anúncio; citando os credores desconhecidos da executada para a execução na qual podem reclmar o pagamento dos seus créditos no prazo de dez dias posterior ao dos éditos e nos termos do disposto no artigo 865 do Código de Processo Civil.

ALMADA, 15 DE OUTUBRO DE 1976

O JUIZ DE DIREITO

(Joaquim Daniel Araújo dos Anjos)

O ESCRIVÃO DE DIREITO

(Jorge Manuel Cerqueira Félix)

Geral

ANGOLA, ANO UM DA INDEPENDÊNCIA

Neto: "Agora a batalha económica"

As paredes de Luanda estão hoje em festa. Explodem em pinturas e desenhos. A palavra liberdade tateia-se em cada traço, em cada mancha de cor. Murais concebidos por artistas e militantes do MPLA contam toda a gesta anticolonial, anticapitalista e anti-imperialista. Pode dizer-se que a capital de Angola é uma bandeira policroma saudando o primeiro ano independente de um país que deu tanto do sangue dos seus filhos em prol da igualdade, da liberdade, da fraternidade. Luanda, enfim, e muitas outras cidades do país, exibem um outro rosto. Uma fisiononia lançada para o futuro — e que foi sendo construída dia após dia, no decurso de muitos anos, iluminada ainda (uma recordação triste...) pelas chamas que destruíram aldeias, pelas facas que tocaram corações e pelas valas que tantos e tantos cadáveres engoliram... Esta é a fisionomia da República Popular de Angola: e ela olha-te nos olhos através dos murais das suas cidades e diz-te: «Este é o caminho da boa compreensão entre os homens! Este é ocaminho da construção quotidiana sem que ninguém no trabalho se magoe ou magoe por egoísmo os seus irmãos!»

A independência, em suma, está inscrita nos muros da cidade, das cidades: e dentro da cidade, das cidades, estão os homens escuros com um sorriso branco de ampla felicidade...

A República Popular de Angola festeja hoje o primeiro aniversário da sua independência. Grandes manifestações, para as quais foram convidadas algumas centenas de individualidades, assinalam um ano de exercício do Poder pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), cujo presidente, Agostinho Neto, é igualmente chefe do Estado e do Governo.

Que caminho percorreu Angola desde que, em 11 de Novembro de 1975 a independência do país foi proclamada em plena guerra civil, na qual o MPLA, apoiado pela União Soviética e por Cuba, defrontava a FNLA e a UNITA, movimentos rivais apoiados pela África do Sul, pelo Zaire e pelos Estados Unidos?

Há um ano o MPLA estava longe de controlar todo o país, continuando regiões inteiras, no Sul, no Centro e no Norte, em poder dos seus adversários. Poderosamente secundadas, porém, por tropas cubanas e equipadas com material soviético, as FAPLA (Forças Armadas do MPLA) acabariam por derrotar a FNLA no Norte, obrigando no Sul a UNITA, ajudada nessa altura por tropas sul-africanas, a recuar em direcção à Namíbia.

OPÇÃO MARXISTA-LENINISTA

A conquista, em 8 de Fevereiro de 1976, do importante centro de Huambo (ex-Nova Lisboa), considerado o mais forte reduto da UNITA, assinalou a vitória definitiva do MPLA — e deu também origem ao início da guerra de guerrilha que a UNITA e FNLA lhe iriam mover.

Com efeito, se as grandes cidades e as principais vias de comunicação se encontram agora sob o total controlo do MPLA, continuam, no entanto, a registar-se acções de guerrilha em determinadas zonas florestais, tanto no Norte como no Sul.

Um recente plenário do Comité Central do MPLA definiu as principais linhas de orientação que vão presidir ao futuro do país. No plano ideológico, a opção marxista-leninista foi claramente afirmada, devendo permitir, segundo os dirigentes angolanos, a criação de um partiro de vanguarda da classe operária e a instauração da democracia popular.

No plano económico e social, as principais tarefas a levar a bom termo são a recuperação das riquezas em favor do povo (a maior parte das empresas portuguesas foram já nacionalizadas), a solução dos problemas de alimentação, educação e saúde e o desenvolvimento das forças produtivas.

Este último ponto é certamente o mais importante. Tudo passará pela organização do sistema económico, totalmente desmantelado pela guerra e pelo êxodo maciço dos portugueses, conjugada com o aumento da produção cujo ritmo está ainda longe de ser satisfatório (entre 20 a 50 por cento da capacidade em função dos sectores).

Falando recentemente dos problemas de alimentação que se põem com gravidade, tanto na capital como no resto do país, o presidente Agostinho Neto afirmou: «Consumir é importante, mas não há consumo possível sem produção».

Mas, apesar de tudo, a RPA vai avançando. Avançando a caminho do socialismo. Embora ainda não admitida nas Nações Unidas, devido ao veto norte-americano, a verdade é que a jovem nação africana estabeleceu já relações não só com os países socialistas como também com numerosos países ocidentais: Suiça, Bélgica; Dinamarca, etc. Países africanos e asiáticos também reconheceram a RPA — e as relações com Portugal encontram-se também normalizadas.

Assim sendo, o movimento de Agostinho Neto deverá consequentemente poder abordar a tarefa primordial que assegurará, nnno dizer dos dirigentes angolanos, a «verdadeira independência do país», ou seja, a batalha económica.

Embaixador de Cabo Verde reúne-se com estudantes

Os acordos assinados com Portugal, mormente nos domínios da educação, a política externa cabo-verdiana, a situação actual no arquipélago, e os esforços desenvolvidos para ultrapassar as consequências do conflito das Minas da Panasqueira, são alguns dos assuntos que levam o embaixador de Cabo Verde, dr. Corsino Fortes, a reunir-se amanhã à noite com os jovens do seu País que estudam em Lisboa.

A reunião está marcada para as 21 horas na Associação de Guineenses e Cabo-verdianos e a propósito dela o embaixador sublinhou o facto de neste momento todos os acordos entre Portugal e Cabo Verde terem plena eficácia jurídica.

No último encontro entre o embaixador e o ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Medeiros Ferreira, foi assinado um acordo de saúde e outro sobre ensino e formação profissional, e assinado um acordo adicional ao acordo judiciário. Para além disso trocaram-se os instrumentos de ratificação do acordo geral sobre emigração e o estatuto de pessoas e regime dos seus bens.

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Dando cumprimento à solicitação da Direcção, ao abrigo do art.º 35.º, n.º 1, alínea b), dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Extraordinária nos termos do art.º 36.º, n.º 1, para o dia 13/11/76, pelas 16 horas, na sala da cultura (Antigo Cinema da C. U. F.), no Barreiro, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

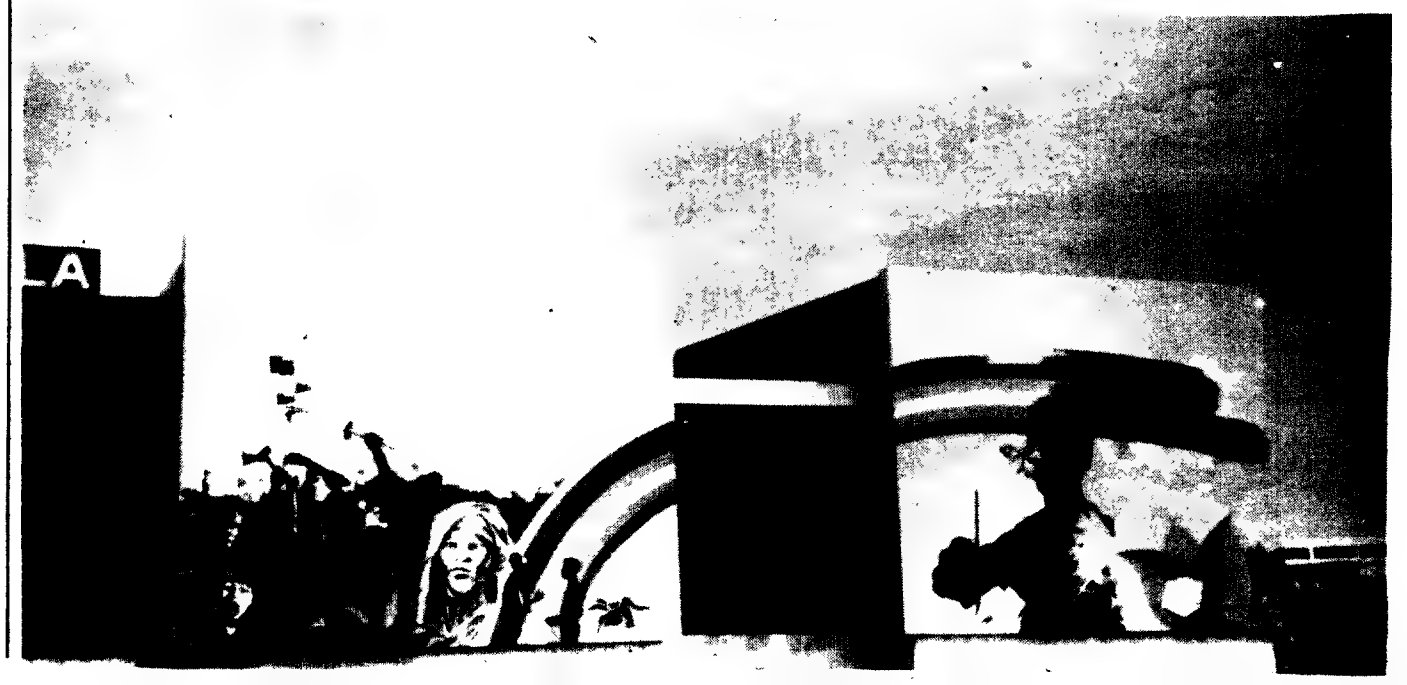
1 — Decidir da compra de um imóvel para a Sede do Sindicato, no Barreiro;
2 - Informações sobre o Congresso dos Sindicatos;
3 - - Informações sobre Contratação Colectiva.

Nota — É indispensável a apresentação do cartão de sócio do Sindicato.

Camarada — Só com a presença de todos e só com a força da nossa Unidade venceremos.

Barreiro, em 27 de Outubro de 1976

O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral
a) João Maria Sovelas



Estrangeiro

Callaghan em xeque nos Comuns

LONDRES, 11 — (ANOP, FP, R e «DL») — Gritos de «demissão», «demissão» ecoaram esta manhã no parlamento britânico, vindos das bancadas conservadoras, quando o governo trabalhista de James Callaghan sofreu uma nova e severa derrota. Por 311 votos contra 308 foi aprovada uma emenda da Câmara dos Lordes ao projecto de lei relativo à extensão do monopólio sindical da contratação fora dos portos.

Desta maneira, o projecto de lei apresentado pelo governo fica quase totalmente sem efeito, pois a extensão do corredor costeiro em redor dos principais portos fica reduzida, drasticamente, de cinco para meia milha. E nesse corredor as contratações caberão aos sindicatos. Antes disso, a Câmara já tinha rejeitado também uma emenda sobre a zona de trânsito de cargas.

A derrota originou uma disputa entre deputados trabalhistas, alguns dos quais se abstiveram de votar. Este foi o primeiro desaire do governo no parlamento desde que o governo perdeu duas de três eleições secundárias na semana passada, ficando apenas com a precária maioria de um voto na Câmara dos Comuns.

Apesar da derrota, Callaghan não se mostrou perturbado. Enquanto os conservadores de Margaret Tatcher gritavam «fora», «fora», Callaghan, com as mãos nos bolsos, não demonstrava qualquer indício de abandonar o governo. Entretanto, em circunstâncias normais do parlamentarismo britânico, uma grande derrota sofrida por um projecto governamental poderá conduzir a um voto de confiança. Se o governo não conseguir tal voto, poderá convocar eleições-gerais a fim de procurar conquistar um mandato dado pelo público. Há alguns dias, que o Partido Conservador vem pedindo que essas eleições sejam realizadas. Contudo, o governo trabalhista de James Callaghan, que sucede ao de Harold Wilson, vencedor das eleições de Outubro de 1974, e que em princípio deveria estar cinco anos no poder, tem 312 lugares na Câmara dos Comuns, dezasseis a menos do que o conjunto dos partidos oposicionistas. Por isso, pretende evitar qualquer voto de confiança, pelo menos até que a economia britânica se recomponha.

Espera-se que o governo de Callaghan venha a enfrentar mais um teste difícil nas discussões de amanhã quando a mais controversa das cinco propostas de lei apresentadas — a nacionalização da indústria naval e aeronáutica — estiver em debate entre os 635 deputados dos Comuns. O governo já recordou que deverá enfrentar três semanas de irritante «suspense», ao mesmo tempo em que os conservadores preparam uma campanha ainda maior para torpedear as propostas. Mau sinal para o «Labour» foi o voto maciço da Câmara dos Lordes nas emendas preconizadas pelos «Tories» (conservadores), quanto à proposta das nacionalizações. É bom lembrar que a Câmara Alta britânica — a Câmara dos Lordes — ainda continua a ser um forte bastião da chamada «classe dominante». Este voto maciço, traduzindo uma desconfiança no actual governo, levou Callaghan e outros dirigentes trabalhistas a dizerem que a Câmara Alta tem de acabar com o boicote à legislação governamental. O primeiro-ministro britânico não especificou quais seriam as consequências se os Lordes continuarem a sua táctica de obstrução, mas não é muito difícil imaginar quais seriam.

VIETNAME NA O.N.U.: E.U.A ameaça com novo veto

NAÇÕES UNIDAS, 11 — (R.) — Os Estados Unidos recusaram-se ontem, à noite, a apoiar uma resolução do Conselho de Segurança, patrocinada por nove membros desse organismo, destinada a admitir o Vietname na ONU, indicando, assim, que poderão voltar a utilizar o veto.

O pedido do Vietname para ser admitido nas Nações Unidas foi vetado, por duas vezes, no ano passado, pelos Estados Unidos.

A resolução foi apresentada numa sessão secreta da comissão sobre admissões do Conselho. A China e a URSS acham-se entre os patrocinadores da moção.

O Conselho poderá iniciar o seu debate sobre o Vietname, na sexta-feira, no mesmo dia em que funcionários norte-americanos e vietnamitas se encontram em Paris para conversações destinadas a abrir caminho para o estabelecimento de relações diplomáticas.

Fontes norte-americanas disseram que não se alterara a atitude da delegação dos Estados Unidos quanto ao pedido do Vietname. Contudo, as conversações de Paris foram consideradas na ONU como um factor que poderia influenciar o resultado do debate no Conselho de Segurança.

Os Estados Unidos têm afirmado que apenas aprovariam a admissão do Vietname na ONU se recebessem informações adequadas acerca de soldados norte-americanos dados como desaparecidos em combate na guerra da Indochina.

Têm circulado notícias de que os Estados Unidos, com apoio francês, eram a favor de se adiar qualquer votação sobre o pedido, por algum tempo, para ver como decorrem as conversações em Paris.

Com nove membros apoiando a admissão do Vietname a maioria necessária apenas um veto poderia agora bloquear a resolução do Conselho.

Em 1975, todos os membros, com excepção dos Estados Unidos, votaram no sentido de recomendar à Assembleia Geral a admissão do Vietname.

KISSINGER PROCURA EMPREGO E CARTER VAI GANHAR MAIS

WASHINGTON, 11 — (ANOP e FP) — Um catedrático muito viajado, chamado Henry Kissinger, procura trabalho fora do Governo norte-americano encontrando-se disponível a partir do próximo dia 20 de Janeiro.

Não se trata propriamente de um anúncio que tenha sido publicado num grande jornal, mas é uma situação real. O secretário de Estado cessante tenciona conferenciar nas próximas semanas com «algumas pessoas», acerca do seu futuro, a partir da altura em que tomar posse o novo presidente, Jimmy Carter.

Os adjuntos dizem que Kissinger tem muitas ofertas de emprego, sendo possível que entre em algum conselho de administração, mas nunca num organismo governamental.

Prevê-se que o chefe da diplomacia norte-americana escreva as suas memórias, sabendo-se, desde já, que para as publicar já tem propostas de várias editoras.

Admitem-se ainda as hipóteses de escrever para um diário ou uma revista de ser comentador de TV ou de voltar à vida académica. No entanto, seja o que for que decidir, Kissinger só o deve anunciar quando deixar o Governo, em 20 de Janeiro.

Por outro lado, tudo indica que o presidente Gerald Ford deixará uma boa «lembrança» ao seu sucessor, ao abandonar a Casa Branca: um aumento substancial dos honorários do presidente dos Estados Unidos. O presidente da Comissão Consultiva Federal para os Salários Federais, Jerome Rosow, acaba de fazer uma recomendação nesse sentido, a qual, aliás, não se limita aos honorários anuais do presidente (actualmente 200 000 dólares, cerca de 6600 contos), mas é extensiva aos salários de todos os altos funcionários.

Greve de um dia em Roma e advertência de Andreotti

ROMA, 11 — (R e «DL») — Cerca de um milhão de trabalhadores italianos entraram ontem à noite em greve, como protesto contra medidas de austeridade anunciadas pelo Governo. A greve, que durou quatro horas nas fábricas e se prolongará por um dia inteiro noutros sectores, fechou escolas e bancos, e paralisou as carreiras de autocarros e o trabalho nos jornais e nos serviços públicos, em Roma.

O primeiro-ministro Giulio Andreotti fez ontem uma severa advertência no Parlamento sobre o custo da mão-de-obra, tendo declarado que trabalhadores e o patronato deveriam concordar, dentro de um mês, sobre maneiras de reduzir os efeitos inflacionários do custo de vida no país, relacionado com aumentos salariais, ou ficarem sujeitos a subida dos impostos.

Anunciou ainda que o Governo pretendia que os que trabalham pagassem adiantadamente três quartos dos impostos em que foram colectados, a partir do próximo ano. Esta é uma das medidas planeadas para ir buscar cerca de 5.000 biliões de liras (aproximadamente 207.350.000 contos) à economia, a fim de ajudar a equilibrar a balança de pagamentos de Itália. Outras medidas são o agravamento dos impostos e o aumento dos preços e das sobretaxas postais.

Andreotti deu grande realce ao combate contra a inflação e notou que a Itália tinha uma necessidade «absoluta e urgente» de novos créditos, a despeito da sua dívida de 17 biliões de dólares ao estrangeiro.

O debate foi a resposta de Andreotti a um pedido dos comunistas para uma conferência de mesa redonda sobre economia, envolvendo a maioria dos grupos políticos do país.

Não se espera que Andreotti depare com qualquer dificuldade para sobreviver ao debate, embora não se saiba ao certo como os sindicatos reagirão ao seu apelo para um acordo rápido com a indústria, sobre formas para reduzir o custo da mão-de-obra.

FRANÇA

Coligação governamental em risco de ruptura

PARIS, 11 — (R) — O presidente Giscard d'Estaing enfrenta o perigo duma cisão entre os gaullistas e os outros componentes da sua coligação parlamentar.

A U.D.R. — o partido gaullista, que é o maior da maioria presidencial formada pelos republicanos independentes e outros aliados do Governo — decidiu votar contra uma legislação em projecto. Com efeito, os deputados gaullistas resolveram bloquear a ratificação, pela Assembleia Nacional, de mudanças nos regulamentos do Fundo Monetário Internacional (FMI), com um processo que adiaria a legislação por um ano, pelo menos.

Ocupando 174 assentos entre os 490 da Assembleia, a U.D.R. tem tido algumas tensões nas suas relações com os outros partidos da coligação desde que o dirigente gaullista Jacques Chirac se demitiu do cargo de primeiro-ministro, em Agosto.

Segundo fontes gaullistas, os deputados da U. D. R. vão colocar uma «questão preliminar» sobre o projecto de lei — procedimento utilizado frequentemente pela oposição para marcar o seu desagrado face às propostas do Governo — antes do seu debate. É a primeira vez que a U. D. R. toma tal iniciativa.

As mudanças propostas tornariam mais importante o papel dos direitos especiais de saque (DR) e reduziriam o do ouro — medida descrita como «anarquia monetária» por um deputado gaullista. Para a U. D. R. a sua aprovação traduziria o alinhamento da França com as posições dos Estados Unidos e a sua submissão ao dólar nos assuntos monetários.

CALLAGHAN EM PARIS

O primeiro-ministro britânico, James Callaghan, chega esta tarde a Paris, para travar conversações com o presidente Valery Giscard d'Estaing, iniciando, assim, uma série de cimeiras anuais destinadas a acabar com mais de uma década de frieza entre os seus países.

A decisão de efectuar regularmente cimeiras foi a mais importante que surgiu da visita oficial do Chefe do Estado francês a Londres, em Junho, a primeira desde os dias do general De Gaulle.

Ambos os governos esperam que esta cimeira e os encontros posteriores injectarão mais calor e orientação às relações entre a Grã-Bretanha e a França, que arrefeceram desde que Giscard d'Estaing se tornou presidente, em 1974.

PUB

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

COMUNICADO

O Secretariado da Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários alerta todos os trabalhadores e em especial os rodoviários para o que se está a passar com a prisão de um trabalhador e dois dirigentes do Sindicato dos Rodoviários do Porto.

É do conhecimento comum a maneira reaccionária como o patronato enfrentou a obtenção, por parte dos trabalhadores, de regalias e salários mais justos. Houve boicotes, ameaças, agressões. No caso do motorista Bernardino Nunes o patrão despediu sem justa causa, facto este que levou o Sindicato a tomar a defesa do trabalhador.

Se a atitude dos trabalhadores é uma resposta justa, talvez vigorosa, às arbitrariedades do patrão, já não se pode dizer o mesmo deste que viola o direito ao trabalho, despedindo sem justa causa. Aliás, o facto de se fazer acompanhar por marginais para assaltar o carro, não abona nada em seu favor, antes pelo contrário, denuncia quais os seus métodos e as «razões» que lhe assistem.

Porque a acção dos Sindicatos é a defesa clara e inequívoca dos direitos dos trabalhadores frente à ofensiva do patronato reaccionário, o Secretariado desta Federação chama a atenção de quem de direito para o significado desta prisão num momento em que, como se fosse a coisa mais banal do mundo, os juízes — pessoas que devem fazer justiça — libertam «pides» e bombistas.

Declaramos, pois, a nossa solidariedade com os camaradas presos, a continuação da nossa luta intransigente pela defesa dos trabalhadores e o nosso repúdio pelo que está a acontecer no Porto, como cedência que é ao patronato explorador e atropelo aos mais elementares direitos dos trabalhadores.

OS TRABALHADORES RODOVIÁRIOS UNIDOS VENCERÃO!

Lisboa, 10 de Novembro de 1976

PELO SECRETARIADO

Espectáculos

CORNUCÓPIA APRESENTA "ALTA ÁUSTRIA":

Do aborto à luta de classes no seio da pequena burguesia

Estreia amanhã à noite, no Instituto Alemão, o segundo espectáculo do grupo de teatro Cornucópia, nesta temporada. Trata-se de «Alta Áustria», do dramaturgo alemão Kroetz, e versa o quotidiano de um jovem casal da pequena burguesia posto, subitamente, perante o problema da possibilidade de um aborto.

Franz Xaver Kroetz é um jovem autor de 30 anos que está sentimental e politicamente ligado a Portugal através da sua participação no movimento de apoio às cooperativas de produção agrícolas. Ainda no mês de Janeiro se deslocou ao nosso país integrado numa delegação de apoio à cooperativa «A união faz a força», de Setúbal. Nascido de uma família católica e pobre, em Munique, tem exercido profissões proletárias e impôs-se, por altura de 71/72, pelas características das suas obras, como representante típico da geração neo-realista.

«Alta Áustria» com a pequena burguesia

Orlando Costa e Márcia Breia, actores de «Alta Áustria»

«Com 'Alta Áustria', escrita em 1973, Kroetz fez uma viragem na sua prática dramatúrgica» disse-nos J. A. Osório Mateus, membro da Cornucópia, a quem pedimos algumas informações sobre o autor e a peça que amanhã serão revelados ao público português. «Ao abandonar as franjas da sociedade, as personagens marginais e os casos extremos, decide interessar-se pela média das pessoas, procura uma expressão mais política e economicamente fundamentada.»

10 DIAS NO INSTITUTO ALEMÃO

Um crítico francês, Jean Claude François, escreveu sobre a peça e o dramaturgo que durante 10 dias estarão no Instituto Alemão»:

«Esta peça desenrola-se em torno do aborto — como em «Trabalho a domicílio» — um meio modesto, um distribuidor e uma vendedeira, e resolve-se na aceitação do nascimecto da criança que é simultaneamente o incentivo para uma atitude mais combativa do casal para assegurar condições de vida aceitáveis».

Apesar da sua juventude, Kroetz é já um dos autores mais representados na Alemanha, quer na Alemanha Federal quer na República Democrática Alemã. As suas peças sobem frequentemente à cena noutros países de língua alemã, como o caso da Suíça e Áustria. Depois de ter exercido profissões como as de pedreiro e camionista leva já, nesta altura, escrita uma quinzena de peças. Como tónica geral, pode dizer-se que a sua obra procura opôr-se à imagem que a sociedade capitalista quer dar de si própria, satisfeita com as taxas de expansão, a abundância de bens de consumo, e os constantes aumentos do produto nacional bruto. A linguagem de Kroetz tenta desmontar os mecanismos sociais, sexuais, religiosos e criminais dessa sociedade em decomposição.

Por todos estes dados pode julgar-se, com uma certa antecipação, que a Cornucópia prossegue a sua escolha de um reportório que medita sobre o quotidiano para o perspectivar, politicamente, na direcção da necessidade de transformações estruturais da sociedade.

Este espectáculo recebeu o apoio do Instituto Alemão que, apesar da passagem à reforma do seu antigo director Kurt Mayer-Clason, continua numa linha de actividades culturais francamente elogiável, aliás como já acontecia antes do 25 de Abril.

O Instituto comprou 10 espectáculos propiciando entradas gratuitas ao público. Esses espectáculos que principiam amanhã às 21 e 30, manter-se-ão na sala do Campo de Santana até ao dia 20. com o seguinte horário: sábado, dia 13 às 16 h e às 21.30h, *dom.* dia 14 às 16 h e às 21.30, 2 a *f.* dia 15 às 21.30, *3.ª f.*, dia 16 às 18.30, *5.ª f.*, dia 18 às 18.30 tal como 6. a 5 f., dia 19 e *sábado*, dia 20.

Por via deste espectáculo, a Cornucópia suspendeu a apresentação de «Tambores na Noite», de Brecht, devendo repô-lo no dia 16. Seguir-se-á uma fase em que, no Teatro do Bairro Alto, o público terá a possibilidade de assistir a dois espectáculos diários da Cornucópia: os «Tambores» e «Alta Áustria». Isto acarreta uma sobrecarga de trabalho compreensível, sobretudo aos actores que participam nos dois espectáculos, Márcia Breia e Orlando Costa.

«LONGE DA CIDADE» E «O TREINO DO CAMPEÃO»

Esta sobrecarga vai inflectir também sobre toda a companhia pois a actual política de subsídios da Secretaria de Estado da Cultura obrigou a Cornucópia a um esforço quase desumano.

«Fomos obrigados a desdobrar a companhia em pequenos grupos de dois e três actores para apresentação simultânea de vários espectáculos com maior facilidade de deslocação», informou ainda J. A. Osório Mateus, da Cornucópia.

De momento estão já a avançar a preparação de três dessas peças, todas de autores contemporâneos com problemas desta geração de 70: «Alta Áustria», prestes a estrear; «Longe da Cidade», de Jean Paul Wenzel, e «O Treino do Campeão antes da Corrida», de Michel Deutsch, ambos franceses.

«Longe da Cidade» terá Glicínia Quartin, Augusto Figueiredo e Márcia Breia como actores e Jorge Silva Melo como encenador; «O Treino do Campeão» será representado por Raquel Maria, Luís Miguel Cintra e Maria Emília Correia (integrada definitivamente na cooperativa) e encenada por J. A. Osório Mateus.

«Temos outro espectáculo de maior fôlego que já estamos a ensaiar e em que participará toda a companhia. Mas está um tanto dependente da atitude futura do Governo face ao teatro», explicou ao «DL» um elemento da companhia. «Trata-se de apresentar uma peça de Odon von Horváth, intitulada 'Casimiro e Carolina'.»

Resta-nos acrescentar que «Alta Áustria» foi traduzida por Maria Adélia Silva Melo e Jaime Salazar Sampaio. A cenografia do espectáculo que amanhã se apresenta no Instituto Alemão é da autoria de Eduardo Batarda, professor de Belas-Artes no Porto.

TEATRO ABERTO
P.e de ESPANHA metro PALHAVÃ telef. 77 09 69
grupo 4 apresenta
O CÍRCULO DE GIZ CAUCASIANO
bertolt brecht
João Lourenço
não acons.
De 3.ª a 6.ª feira às 21.15
Sábado, também às 15.30
DOMINGO SÓ às 16 h
ÚLTIMAS

MARIA VITÓRIA
TELEF. 36 17 40
HOJE às 20.30 e 22.45 H.
Aos domingos e feriados «matinées» às 16 h.
Às 2.as feiras: descanso
GRANDE ÊXITO!
A NOVA PLURALIREVISTA
O BOMBO DA FESTA!
Não ac. M/18 anos

UM ENORME ELENCO!
UM «BALLET» INTERNACIONAL!

SALVADOR • HENRIQUE SANTANA
LÍGIA TELLES
IVONE SILVA
em
«Madame Salreta»
— ATENÇÃO —
Não perca a abertura do espectáculo!
Uma surpresa!

ADOPTE
A GRANDE CÉGADA
UMA SENSACIONAL REVISTA PLURAL E SINGULAR!
Hoje, às 20.30 e 22.30 h.
Domingos e feriados «Matinée» às 16 h.
Quarta-feira: Descanso da Companhia
5.º MÊS!
ÚLTIMAS!

Lendas Portuguesas
IV LIVRO DE LINHAGENS
Conde de Barcelos
ROMANCEIRO
Almeida Garrett
Dramatização MANUELA MACHADO
5.as,6.as SÁBADO E DOMINGO 21,30h
SÁBADOS E DOMINGOS também às 18h
ENTRADAS LIVRES PARA ESTUDANTES
marcações tel. 607299
TRABALHADORES DE TEATRO DA CASA DA COMÉDIA
rua de s.francisco borja nº 24
tel.607299 lisboa 3

TEATRO / telef. 366745
ABC
2 SESSÕES
Às 20.30 e 22.45 horas
Domingos e Feriados «matinée» às 16 horas
UMA GRANDE E SENSACIONAL REVISTA
«CADA COR SEU PALADAR»
Com Hermínia Silva, Nicolau Breyner, Ribeirinho, Vera Mónica, Vítor Mendes, Lourdes Lima
Um espectáculo só para você se divertir
4.ª feira, descanso da companhia
Não acons. m. 18 anos

INSTALADO NA ALAM. D. AFONSO HENRIQUES
(Junto ao Cinema Império)
CIRCO MARIANO
— EMPRESA HENRY TONY —
ESTREIA, HOJE, às 21.30 horas, a favor do SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESPECTÁCULOS, com algumas surpresas
A PARTIR DO DIA 12, ESTREIA DA NOVA E ESPECTACULAR CAMPANHA COM A GRANDE
HEIDI e seus amigos PEDRO, AVÔ, ALP e YUKI e ainda os ELEFANTES BEBÉS

COLISEU
NOVO! SENSACIONAL!
ESTREIA dia 12 às 21.30 h
• Esp. PARA TODOS •
2.ª OLIMPÍADA DO CIRCO

O POLACO KASKLINA NO MASTRO DO DIABO!
O HÚNGARO JAFARINO, ILUSIONISTA LADRÃO...
O ITALIANO MONTI EM MOTO ROLANTE!
O ESPANHOL ALCARAS EM TAPETE VOADOR!
SALTES DE FRANÇA EM TRAPÉZIOS VOLANTES...
OS CANDIDATOS AO ÓSCAR DE CIRCO 1976

Em SILVES o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ D. SANCHO!

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

A RTP QUER HIROITO. NÃO DEVEMOS DEIXAR.

Se houvesse alguma coisa que eu pedisse à Televisão Portuguesa, seria que vivesse em tamanha inconsciência da realidade do nosso país. Vejam só: o Telejornal que é um poço de analfabetismo, trata-nos como se fossemos um país de doutores em leis!

Resultado: ninguém percebe o *Telejornal,* porque a ninguém ele serve. Isto é tanto mais grave quanto se sabe (sabe quem sabe, evidentemente) que o Telejornal é o coração da Televisão. De qualquer televisão que se preze. Da nossa, não. Da nossa, é o chispe.

O Telejornal fala do problema da Rodésia com a naturalidade de quem está certo de falar a entendidos, a peritos na matéria. Sendo certo de que poucos serão os que sabem da existência da Rodésia e menos ainda os que percebem do tal problema.

O Telejornal fala e fala e fala do Líbano. Raro é o dia em que não fala. Mas não se preocupou nunca em explicar com da possível simplicidade em questão tão complexa, o que está verdadeiramente em jogo. Tudo se resume em fornecer materiais das agências (tantas vezes falsificados) com o único objectivo de enfardar. Se isto é informar, vou ali e já venho.

Curioso é o que se passa com a Namíbia mas ainda mais elucidativo o problema da África do Sul. Constantemente, no *Telejornal* se repete a palavra *apartheid:* pois nunca houve a ideia de explicar à massa de espectadores o significado dessa palavra! Não se pense que todos os portugueses o conheçam. Quem dera! Se o não conhecem, a culpa é em grande medida, da Televisão.

O trabalho da RTP indicia-a como uma Televisão carregada de livros, ou seja: uma Televisão de e para dótores. A quase todos os níveis e não apenas ao nível do *Telejornal.*

Ainda ontem, no pesadelíssimo, perdão, no *ligeirissimo,* o apresentador, todo ele meneios, e poses, e olhinhos de bilhete-postal ilustrado para sopeirinha romântica, fez referência ao Fernão Capelo Gaivota *que certamente a maior parte dos telespectadores viu no cinema...*

Isto já nem é tolice: é naufrágio mental. Isto já nem é rematar do lado do poste: isto è rematar para a Lua.

Cito o caso para ficar como simbolo. A Televisão portuguesa, como todos os estúpidos e ignorantes, tem vergonha de ser simples. Prefere ser ridícula. Ridículo que não deixa de o ser, quando se veste de exotismo.

Viram ontem, viram? Viram aquelas imagens vindas do Japão sobre o aniversário do Hiroíto? Deus, Deus, Deus! Podemos nada saber do que se passa em Beja, sobre a Reforma Agrária. Podemos nada saber sobre o caso dos trabalhadores em Braga, em luta pelo trabalho e pela dignidade. Podemos nada saber sobre a linda situação para a qual D. Sottomayor Cardia empurrou a Universidade do Porto. Podemos ignorar o essencial do nosso país, ah!, ah, mas o aniversário do Hiroíto é que não podemos ignorar, sim, prucagente semos um país cebolizado, semos pois atão, atão, ora essa, inté pracia mal, a gente semos um povo caté gosta cum sei lá de Hiroíto, ai não gosta, inté os bichinhos canto mais um povo que descobriu o mundo.

Pois é. Isto só a rir. O diabo é que às vezes falta disposição. Mas não podemos deixar passar o facto sem reprovação. Porque se deixamos na Televisão Portuguesa iroito sem protesto, sabe-se lá, onde a Televisão poderá ir? Livra!

A PALAVRA, SIM O PALAVREADO, NÃO

A rubrica «Peço a Palavra» não é nenhuma pera doce para qualquer apresentador, pedagogo dos melhores ele fosse. Claro que não se recusa às crianças a possibilidade de terem, em maior ou menor grau, os seus pontos de vista pessoais, originais. Mas o natural é serem as suas reflexões ou reacções produtos do seu meio familiar, escolar, social. Aí as temos, se não nos precatamos, a veicularem noções de suas castas que, por milagre da TV, se universalizam e podem assumir o carácter *infantil* apenas e não o infantil de classe.

Muito embora pretenda levar o mais possível a sério o seu papel de presidente, Mário Viegas fará no entanto bem sempre que facilitar a intervenção das crianças de extracção nítidamente popular, colocadas em situação de desvantagem face aos meninos mais letrados, mais sabidos, com maior facilidade de expressão, mais desinibidos.

Evitar-se-á também vantajosamente a dispersão dos assuntos. Ontem, por exemplo, dever-se-ia manter até ao fim do programa a discussão sobre a hora mais conveniente para as crianças se deitarem. A discussão sobre a TV, os horários escolares, o ambiente familiar, etc., facilitariam o conhecimento de uma determinada realidade.

Se houver possibilidade de voltar ao assunto na miniassembleia, será de não desdenhar.

FILA T NO BOM CAMINHO

Igrejas Caeiro ao tomar posse, há anos, do *TV Palco,* explicou a orientação que imprimiria àquela rubrica: não seria selectiva, não seria crítica, não seria restritiva. Reflectiria o que de bom e de mau se fizesse por aí. O telespectador depois que escolhesse.

Pensar assim pode parecer muito democrático. Mas só pode parecer. Na realidade, trata-se de desconhecer o papel da Televisão que não é, propriamente, servir a mediocridade, o mau gosto, o oportunismo comercial. Pluralista, mas não tanto. Se não é democrático dar cobertura à literatura de cordel ou fazer a propaganda dos alimentos deteriorados, por que razão devia ser democrático encaminhar os telespectadores para a ausência de qualidade, para a leviandade, para o atraso de vida teatral?

O panorama modificou-se com a nova rubrica dedicada aos assuntos teatrais. Agora, em FILA T, o pluralismo entender-se-á ao nível das correntes ou das opções estéticas e oxalá não se passe daí. Assim se servirá a cultura. Para isso serve essencialmente a Televisão.

Contactámos agora com mestre Gil através das interpretações dos *Bonecreiros* e da *Barraca.* A verdade é que a rubrica despertou o desejo de ver os espectáculos ao vivo. Em nome da cultura, pois, missão cumprida. Para isso, sim, é que serve a Televisão.

Obra cultural foi ainda aquela chamar a atenção para a grandeza, para a actualidade estética de Gil Vicente. Correcto. Falta agora que se proceda a uma adaptação, a uma quase tradução da língua de Gil Vicente. Sem o que, por muita qualidade das interpretações e das encenações, o alcance dos seus autos ficará muito comprometido.

Hoje

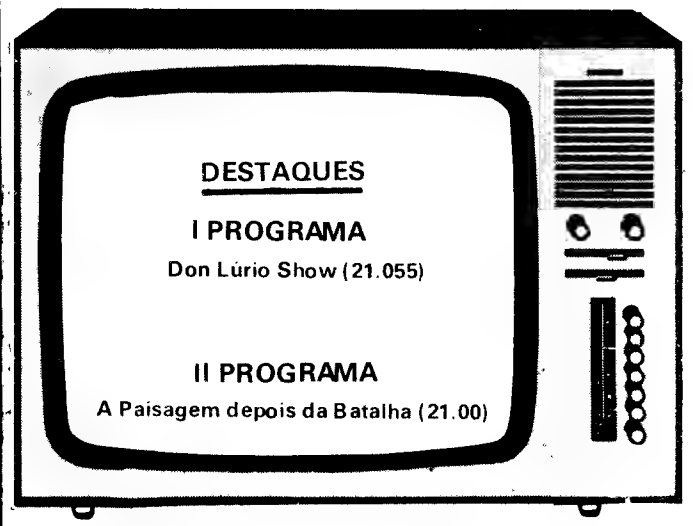
Mirulle Mathieu

I PROGRAMA

18.30 Abertura
18.32 **Bonecos.** Infantil rubrica que inclui filmes destinados aos espectadores mais pequenos
18.50 **Um Mundo para Descobir**
19.30 **O Conde de Monte Cristo**. A obra de Alexandre Dumas
20.00 **Cientificamente**
20.30 Congresso do PCP
21.20 **As Trapalhadas de Robin dos Bosques.** As aventuras desta lendária figura com Dick Gautier (Robin dos Bosques)
21.55 **Don Lúrio Show.** Música (muito mais do que) ligeira: Cindy e Bert, os Pop Tops, Mireille Mathieu e Don Lúrio. Realização de Don Lúrio e Hanz Bernard Theopold
22.30 **«Angola um Ano de Independência».** Um programa da Direcção de Informação
23.45 **Telejornal** 2.ª edição.
24.00 **Fecho**.

II PROGRAMA

20.28 **Abertura**
20.30 **Telejornal** 1.ª edição.
21.00 **A Paisagem Depois da Batalha.** (Krajobraz no Bitwie) Um filme polaco produzido em 1970 e realizado por Andrej Wajda. Intérpretes: Daniel Olbrychski, Stanislawa, Celinska, Tadeusz Janczar Misczyslaw Stoor e Zugmunt Malanowicz. Inverno de 1945 na Alemanha. Os ameircanos libertam os prisioneiros de um campo ce concentraçao Estes são transferidos para antigas casernas das SS, mas continuam a ser vigiados...
23.00 **Fecho.**



Amanhã

I PROGRAMA

18.32ç. **Estúdio Velho, Gente Nova**; **18.55**: Abre te Sesamo Infantil **19.23** Tropicál a A influência do negro (3.º programa). Um filme dos correspondentes no Brasil Reinaldo Varela e José Manuel Coelho. Coordenacao de Fernando Penalva. Produçao de Oliveira Pinto. **20.00**: **Momento Desportivo**; Os Problemas do desporto em debate. **20.30**: **Telejornal** 1.ª edição. Noticiário do País e do estrangeiro. **21 00**· **Momento Política**: Programa da Secretaria de Estado da Comunicacao Social. **21.15**; **Melomania**; Um programa de João de Freitas Branco e Augusto Cabrita. **21.45**; **Ana Karenina**; Adaptação da obra de Leon Tolsti, produzida pela Radiotelevisão Italiana (RAI). Realizacao de Sandro Bolchi Interpetes: Lea Massari e Pino Colizi (Ultimo episódio). **23 00** **Telejornal** 2.ª edição **23.15**; Fecho

II PROGRAMA

20.30: Telejornal **21.00**: Porta na escuridao filme realizado por Sirio **Bernatotte**. **22.00**: Festival de canto de danças da URSS (Segunda Parte). **22.45**. Fecho

teatro do bairro alto
R. Tenente Raúl Cascais 1-A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05

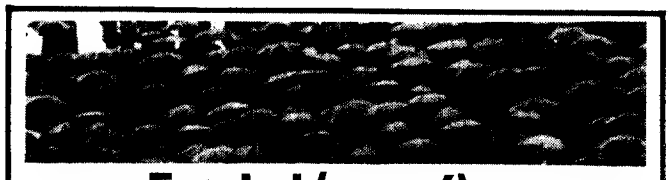
teatro da cornucópia
Tambores na Noite de Bertolt Brecht
ATENÇÃO
A PARTIR DA 3.ª F.ª DIA 16 todas as noites às 21.45 domingos às 18H

Alta Austria de Franz-Xaver Kroetz
NO INSTITUTO ALEMÃO
Campo dos Mártires da Pátria, 36/37
A PARTIR DE AMANHÃ ÀS 21.30
10 espectáculos

PUB.
HOJE À VENDA
A REVOLUÇÃO PORTUGUESA
CUNHAL
O PASSADO E O FUTURO
edições Avante!
UM LIVRO FUNDAMENTAL!
Relatório aprovado pelo CC do PCP para o VIII Congresso
A demonstração concreta, objectiva, de que nas condições portuguesas as liberdades se defendem e a democracia se consolida, se constrói e se prossegue no caminho do socialismo
AOS LEITORES: Faça ja a reserva ao seu livreiro habitual garantindo assim a recepção da 1.ª edição
AOS LIVREIROS: Queiram efectuar as v/encomendas com a maior brevidade para o Centro de Distribuição da *CDL* da sua zona. Todas as encomendas serão numeradas e serão atendidas rigorosamente por ordem de entrada.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786-834271
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto



Futebol (por cá): desporto de estufa

Tal como noticiámos ontem, está absolutamente certa a passagem do jogo Portugal-Dinamarca (fase inicial do «Mundial») para relvado de Lisboa (a Luz no primeiro plano das preferências federativas).

Num comunicado público emitido por alguns jornais (entre os quais o «DL» já terem furado a «muralha do silêncio») a direcção federativa comunica a transferência (das Antas para a capital) em razão de «constância exagerada de chuvadas», «bátegas diluvianas», «terreno das Antas em péssimas condições», «relvado impraticável», em «condições gravosas», «completamente encharcado e transformado num autêntico lamaçal». E o jogo será (mesmo) em Lisboa, embora a Associação portuense censure que tenha sido apenas a oito dias de distância que o outro Comité Técnico da Federação se debruçou sobre o relvado das Antas que, muito naturalmente se o F.C. Porto ali tivesse de jogar no domingo (para a «Taça ou para o campeonato) funcionaria em pleno como palco do espectáculo do chuto. Para isso é que os profissionais de futebol têm muitas sessões de preparação física...

Vale aqui a pena recordar (por exemplo) como foi disputado um jogo de Portugal com a Suiça (no Jamor, quando a selecção nacional tinha como único responsável o jornalista dr. Tavares da Silva). Ou, ainda mais na memória das pessoas, um Benfica-Porto que (infelizmente) ficou assinalado pela última exibição de Pavão em Lisboa. E, também será curioso saber se os federativos já asseguraram, junto dos altos poderes divinos um bom tempo, sem «bátegas diluvianas», para a 4.ª feira lisboeta que vem aí. Em hipótese de dúvida, a Federação (omnipotente) decidiu: está decidido. A Associação do Porto, a longo prazo indicada como organizadora do Portugal-Dinamarca, não interessa ter opinião no caso. Aliás, se a Federação não se preocupa em atender os clubes que dão jogadores para a selecção **lá deles**, porque raio teria de se preocupar com outras deselegâncias de jaez semelhante?

. A propósito (ainda) do joguinho com os dinamarqueses: marcado o «show» para Lisboa, treina-se no Porto. O mais insolitamente: em pavilhão coberto, possivelmente para adaptar ao piso. Não há dúvida: o **fim da macacada** impera nos altos areópagos do futebol português, que vai dando para tudo até esticar o pernil.

N. de S.

Parece que, a partir de hoje, a Federação vai deixar de receber qualquer provento de jogos de futebol que se desenrolem sob «bátegas diluvianas»

NO CHUTO NACIONAL

Federação insiste multando um treinador

Na longa lista de penalidades aplicadas pelo Conselho de Disciplina da Federação, avultam um jogo de suspensão a Josafá e uma repreensão registada a Adriano (ambos do Leixões); advertências a Francisco Mário e Mane (Boavista), tal como a Carlos Cardoso (Vitória de Setúbal); seis jogos de interdição (e multa de 3500 escudos) ao Mangualde, multa de 2100 escudos ao Farense, multas de 500 escudos a três colectividades (Viseu e Benfica, Portimonense e Salgueiros), multas de 200 escudos a outro trio (Sacavenense Vierense e Juventude); inquérito ao Esposende; várias repreensões por escrito a colectividades de escalões secundários onde, igualmente, se espelhou uma avalancha de suspensões a jogadores, com especial incidência nos seis encontros que Teixeira (Mangualde) cumprirá na bancada, «por ameaça de agressão ao árbitro, com acumulação de faltas».

Houve (ainda) penalidades para juniores, dirigentes, um médio (dr. Aires Mendes Leal, do Lusitano, suspenso por 3 meses, devido a «injúrias a um árbitro») e, por último, um mês de afastamento do «banco dos responsáveis» e multa de 500 escudos (muito controversa e estranha por antidemocrática ...) ao treinador António Costa, dos juniores do Lusitano. Resta saber se este técnico pelos ajustes de ir à Praça da Alegria entregar meia nota aos federativos...

ORIENTAÇÃO

Segue em vias de concretização o decantado grupo de ligação do futebol, que deve incluir representantes dos Sindicatos de Treinadores e Jogadores, Federação e Comissão Central de Árbitros.

EUSÉBIO

Aveiro em festa, domingo próximo: lotação esgotada prevista, no «Mário Duarte», para a estreia de Eusébio pelo Beira Mar, em jogo particular dos aveirenses com o Feirense.

ÉVORA

Keita é nome indicado para o «team» do Sporting que, esta noite, participa na festa de inauguração de luz do Campo Estrela, em Évora. O Lusitano local faz um confronto particular com a turma de Alvalade.

SEGURANÇA

José Pereira, «magriço» do Belenenses, disse (definitivamente) adeus ao futebol: nem para ver lhe interessa. Aos 45 anos, o «pássaro azul» está naturalizado espanhol, possui andares e quota num laboratório de Barcelona, vive (mesmo) bem. Dezanove anos no Restelo (50 contos por época e 4 contos mensais), mais 3 no Beira-Mar (400 de «luvas») ajudaram à independência financeira. «Foi Acácio Rosa quem me chutou fora do Belenenses: nunca mais o esqueço» declarou José Pereira recentemente, escusando-se (até) a ir ver em acção o Belenenses face ao «Barça».

GUIMARÃES

Artur (Vitória de Guimarães) é homenageado no sábado, durante um festival em que toma parte o «onze» futebolístico do F.C. Porto.

JUVENIS

Por 3-0, os juvenis do Benfica bateram a representação do Casa Pia, em encontro atrasado respeitante ao distrital lisboeta da categoria.

LEIRIA

O jogador Rousseau (que treinava a turma de juniores do União de Leiria) substitui, momentaneamente, o técnico Pinto, que deixou o comando do principal «plantel» da formação leiriense. Enquanto muitos treinadores portugueses permanecem no desemprego, o União de Leiria procura colmatar a brecha na sua fila de trabalhadores contratando um espanhol: Miguel Bertral.

REPROVÁVEL

A avaliar pelo mapa de castigos emitido pela Associação de Futebol de Lisboa, as coisas (em matéria disciplinar) deixam muito a desejar, lá pelo grupo de juvenis que, no distrito lisboeta, representa a Quinta do Morgado. Por isto ou por aquilo (comportamento incorrecto e injúrias ao árbitro, no decorrer do embate com a turma do Prior Velho) foram abrangidos pelo cutelo da justiça nada menos que dez dos jovens chutadores: Manuel José Dias da Silva, António João Tomé Almeida Pedrosa Sousa, Manuel Ribeiro Rodrigues, Fernando Luís Colaço Pereira, José Manuel Belo Tapadinhas, José Mendonça Mateus, António Manuel Ribeiro Benedito, Ricardo Manuel Marques dos Santos e Jacinto do Nascimento. Um rol aborrecido, que parece fruto de excerbada paixão: ou, pelo contrário, provocado por qualquer discriminatória participação arbitral...

Sem medo da chuva, juniores e «esperanças» continuam a treinar ao ar livre: no Jamor, sob orientação de Peres Bandeira e Juca, os mais jovens do chuto preparam o físico para andanças grandes

ASSIM VAI O TOTOBOLA

PROGNÓSTICOS DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO N.º 11, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1976

. Auto-Rádio, 111 x11 x12 x111; Boletim Desportivo, 111 111 111 1111; A Comarca de Arganil, 111 111 2xx 2x11; Cavalgada do Ritmo, 111 1x1 x21 x212; O Distrito de Setúbal, x11 111 xx2 211x; Rádio Totobola, xx1 11x xxx 21xx; O Comércio de Leixões, 1x1 112 11x 221x; O Concelho de Estarreja, xx1 12x x11 2x12; Correio dos Açores, 111 11x x11 211x; Correio de Coimbra, 111 111 x11 211x; Objectivo, 111 1x1 x2x 2x1x; Pajú Desportivo, x11 11x 2xx 2112; Correio do Vouga, 111 111 22x 2x1x; Defesa de Espinho, 111 xx2 211 21x1; A Defesa, 11x 11x 1x2 211x; Diário de Coimbra, xx1 1x1 x1x 21xx; Diário de Lisboa, x11 xxx 22x xxxx; Ecos de Cacia, x1x 11x 11x 211x; Estrela da Manhã, x11 111 11x 2112; Estúdio 64, x1x 11x 1xx 211x; Eu Sei Tudo, 111 111 21x 2x12; Jornal de Gaia, 111 xx2 211 21x2; Folha do Domingo, 111 111 xx1 21x1; Gazeta das Caldas, 111 111 12x 2x1x; Jornal da Beira, 1x1 11x x1x 212x; O Jornal de Felgueiras, x11 1xx xx1 x11x; O Jornal da Lixa, x11 1x1 111 2x11; Jornal de Sintra, x11 112 1xx 21x2; Linhas de Elvas, 111 x12 x12 211x; Litoral, 111 1x1 1x1 211x; Manchete Desportiva, 1x1 111 1x1 11x1; Maria da Fonte, x11 111 xx1 2xx1; Miscelânea Musical, x11 1x2 1x1 11x2; Montra do Êxito, x11 1x1 x11 2x12; Música e Desporto, 211 111 1xx 2xx2; Notícias de Chaves, 21x 1x2 2x1 x111; Notícias de Évora, x11 111 xx1 x1x1; Notícias de Felgueira, 111 11x xx1 x111; Notícias de Gouveia, 11x 1x2 211 2x11; Notícias de Guimarães, 111 1xx 2x1 x112; Notícias das Caldas, 1x1 1x2 1xx 22x1; A Ordem, 111 11x 111 2121; Penalti, 111 112 12x 1112; Placard Desportivo, x11 11x 1xx 211x; Póvoa de Lanhoso, 111 11x 11x x111; Presença Coimbrã, 1x1 111 x12 x11x; Programa da Manhã, 11x x12 x11 xx22; Programa Sem Nome, 111 112 2x2 211x; Quadrante Desportivo, 111 11x 12x 2x11; Quadrante Norte, 111 111 x2x x111; Rádio Altitude, 11x 11x 111 x11x; Panorama, 211 x1x 111 x11x; Rádio Placard, 111 111 111 1111; Rádio Sports, 111 111 111 2111; Reconquista, 111 111 xxx 2211; Renovação, 111 111 1x2 2112; Repórter do Dia, 111 112 x12 2111; Resenha Desportiva, 111 x1x 2x2 2xx1; Encontro Musical, x11 111 2xx 1212; Só-Rádio, x11 1xx 211 2112; A Voz das Beiras, 11x 111 11x 212x; A Voz do Domingo, 111 11x 112 x11x; Voz de Lamego, x12 111 x11 21x1; A Voz de Palmela, 1x1 112 11x 221x; Alvo Desportivo, 111 111 1x2 x11x; Clube do Ar, x11 1x1 1x1 x111; Diário do Porto, x11 1xx 11x xx11; Jornal de Notícias, 111 1x1 1xx 211x; O Primeiro de Janeiro, x11 111 xx1 x1xx; Rádio Alvo, x11 x1x 1xx 1112; Ritmo e Amizade, x11 1x2 11x x11x; Jornal da Graça, 111 111 111 211x; A Voz dos Ridículos, 11x 11x x1x xx11.

16ª. ÉPOCA

	RESUMO 1	X	2	BOLAS 1	X	2	(a)
1. PENAFIEL-FAMALICÃO	45	26	3	7	4	1	
2. ESPINHO-UNIÃO LAMAS	65	9	0	11	1	1	
3. FAFE-CHAVES	64	9	1	10	1	1	
4. LOUROSA-PAREDES	65	9	0	11	1	1	
5. PORTALEGRENSE-SANJOANENSE	53	20	1	8	3	1	
6. TORRIENSE-UNIÃO TOMAR	35	24	15	6	4	2	
7. CALDAS-UNIÃO COIMBRA	34	25	15	6	4	2	
8. ACADÉMICO VISEU-PENICHE	35	31	8	6	5	1	
9. TORRES NOVAS-UNIÃO LEIRIA	32	31	11	5	5	2	
10. UNIÃO MONTEMOR-MARITIMO	7	21	46	1	3	8	
11. FARENSE-VASCO DA GAMA	50	18	6	8	3	1	
12. ORIENTAL-JUVENTUDE	54	16	4	8	3	1	
13. ESPERANÇA LAGOS-CUF	26	31	17	4	5	3	

a) Nos termos do Artº. 13º. do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A "chave" lógica será:

111 111 111 211X

Desporto

PORTUGAL

ATLETISMO

A 21 do corrente, tem lugar a «II Meia Maratona Internacional da Nazaré» (21,095 km), com a presença de atletas estrangeiros e porgugueses, prevendo-se «record» de inscrições. A corrida é aberta a federados e populares, femininos ou masculinos. A organização pertence ao Centro Paroquial e Clube Stella Maris da Nazaré.

D.G.D.

O prof. Eduardo Tenazinha foi nomeado delegado da D.G.D. em Faro.

ESPINHO

O Sporting de Espinho continua a festejar os seus 62 anos de vida. Amanhã, haverá ginástica e judo (com a colaboração da turma masculina do F.C. Porto), enquanto sábado e domingo se efectua um torneio internacional de badminton.

HÓQUEI PATINADO

Livramento é apresentado aos associados do Sporting num festival previsto para 17 do corrente, no pavilhão de Alvalade. Na turma sportinguista está, igualmente, certa a actuação do eng.º Júlio Rendeiro, vindo de Espanha, onde se deslocara em actividade profissional.

RÂGUEBI

Sabado, confraternização de raguebistas beleneses (antigos e actuais), com um jogo no Estáfio do Restelo, apó o embate de seniores previsto para essa tarde. Um S. Martinho entre abraços de gente forte: e de barba rija.

SPORTING

Cinco nomes novos foram admitidos no grupo «Os Stromps»: João Rocha, dr. Gomes Nunes, Romeu Branco, Mário Barata e dr. Oliveira Martins. A 16 de Dezembro, «Os Stromps» entregam os seus premios anuais,

TÉNIS DE MESA

Começa a disputar-se esta noite a «Taça de Portugal» em ténis de mesa. Os jogos em seniores (com a indicação das mesas onde se processam) são estes: Carcavelos-Laranjeiro (Mesa do P. Arcos); J. Alhandrense-Ram. José (C.D. Graça); Casa Pia-Rec. Apolo (Academia); Al. Benfica-C.D. Graça (R. Sacavém); Arrudense-C. Católico (R. Cordeiro); Mirantense-Philips (Re. Apolo); E. Amadora-Belenenses (P. Arcos); Alto-Pina-G.D. Operário (Amoreiras); Al. Aplo-P. Arcos (Palmeiras) U. Paredense-C.D. Graça (Belenenses); Sporting-Azambuja (U.P. Venda Nova); Academia-Op. Futebol (A. Amadora); Benfica-F.C. Lisboa (Mirantense); Desp. Carmo-Vitória L.C. (Cruzeirense); R. Cordeiro-GIPA (Carcavelos); S. L. Águias-Palmeiras (E. Amadora); Cruzeirense-I. Cruzeiro (Cascalheira); A. Amadora-Andorinha (Paredense); Sp. Alenquer-V. Jornais (Povoense) e Económicos-Arte Sport (Vitória

Encontros de juniores: C. Católico-Casa Pia Económicos); Económicos-D. Carmo (Lusitano); Concentração-Cascalheira (Andorinha); Olivais Sul-Op. Futebol (Alto Pia); Benfica-F.C. Lisboa (D. Carmo); Ram. José-Sporting (Ávila); Paço Arcos-Arte Sport (Caselas); J. Alhandrense-Alto Pina (Sporting); E. Amadora-G.D. Operário (Benfica); Arrudense-Al.Benfica (Sobralinho); e Belensnes-S.L. Águias (Católico). Isento: Laranjeiro.

Em infantis, teremos: E. Amadora-G.D. Operário (Benfica); Arrudense-C. Católico«B» (Ram. José); Belensnes «B»-S. L. Águias (Arte Sport); Sporting «A»-Concentração (Pad. Povo); Laranjeiro-Sporting «B» (Império); C. Católico «A»-Sporting «C» (V. Jornais); J. Alhandrense-Império (Ol. Sul); Benfica «A»-Al. Benfica «B» (Alhandrense); Sp. Alenquer «A»-P. Arcos (Op. Futebol); Andorinha-Casa Pia (Concentração); Op. Futebol-Belenenses «A» (Philips); F.C. Lisboa-Olivais Sul (Vitória CL) e Benfica «B»-Desp. Carmo (Mus. União).

Embates de senhoras: Philips-Laranjeiro (Sporting); J. Alhandrense-Sporting(Benfica) e Casa Pia-Benfica (Ferroviário. Isento: Paço de Arcos.

Duelos de meninas: Sporting-Paço Arcos (Al. Apolo); Casa Pia «C»-Laranjeiro (Sporting); Alunos Alpo-F.C. Lisboa (Ferroviário) e Casa Pia «A»-Casa Pia «B» (Casa Pia).

TIRO AO ARCO

Horácio de Oliveira Maurício, Armando Feliciano Candeias, Maria do Céu Tavares, Isidro do Carmo Batista e Carlos Hermínio Eufrazino de Oliveira são novos juízes auxiliares regionais, de tiro ao arco.

VOLEIBOL

A equipa do Leixões partiu ontem para a República Democrática Alemã, onde no sábado defrontará o Sporting Club Leipzig, no segundo jogo da primeira eliminatória da «Taça dos Campeões Europeus» de voleibol. No primeiro enconttro disputado no Porto, o Leixões perdeu por 0-3. A comitiva do Leixões é constituída por Nelson Cardoso, Orlando Ramos e Artur Borges (seccionistas), António Rijo (treinador) e 13 jogadores (Ilídio, Humberto, Pacheco, Claro, Carlos, Arnaldo, Dinis, Alfredo, Costa, Paulo, Nelson, Anibal e Seco) O regresso da equipa do Leixões a Portugal está previsto para o próximo domingo, ao fim da manhã.

XADREZ

Pelas 11 e 30 de amanhã, o «grande mestre» soviético Alexei Suetin dá uma conferência de Imprensa, na Federação de Xadrez

DIPLOMADOS DEFENDEM:

Educação física deve ser disciplina curricular

. *Que seja considerado no Orçamento Geral do Estado a criação de uma rubrica destinada especificamente à Educação Física, integrada no Orçamento do MEIC, considerando a Educação Física como disciplina curricular*, defendem os diplomados pelas ex-Escolas de Educação Física, numa das propostas aprovadas no seu VII Encontro Nacional, recentemente realizado.

Reafirmando que a *medida e fundamental para possibilitar um integral desenvolvimento das capacidades e potencialidades do Povo Português eliminando uma deficiência da Educação Física, pela criação de meios financeiros propiciadores de uma independência e segurança ate agora inexistentes* aqueles professores de Educação Física sugerem, ainda, que na rubrica citada *sejam englobadas as verbas para construções escolares desportivas, aquisição de equipamento de Educação Física, aquisição de meios audiovisuais tão necessarios à formação permanente reciclagem dos professores e verbas para actividades gerais de Educação Física.*

Noutras moções e propostas aprovadas, aqueles professores pedem que sejam tomadas todas as iniciativas necessárias à rápida organização e início do funcionamento do ISEF do Porto, protestam contra a nomeação do ex-inspector da ex-Mocidade Portuguesa prof. Reis Pinto, para as funções de coordenador de um «grupo de trabalho» para coordenar a educação física e desporto escolar (lembram a sua colaboração na feitura do livro «Ultramar, Exército e Juventude», prefaciado por Pedro Cabrita, advogado da Pide e dos «Jovens de Portugal» (organização de extrema-direita, livro esse que era um programa de desenvolvimento de educação física, tendo por justificação e base política a guerra das colónias e a defesa do colonialismo»).

DESPORTO DE MASSAS

Relativamente à equiparação académica e profissional, foi ainda aprovada outra proposta, a enviar ao ministro da Educação solicitando a correcção dos erros existentes de modo a que a equiparação seja atribuída apenas aos que cumprirem três anos de serviço, após a obtenção de diploma.

Noutra proposta defende-se, e reivindica-se, *uma política desportiva em que o investimento prioritario do Orçamento do Estado seja no âmbito do desporto de massas, devendo ser atribuída ao desporto de alto nível a parcela justa e equilibrada (não sendo prioritaria em relação ao desporto de massas).*

Reivindicou-se ainda, nomeadamente, o *acesso imediato ao 1.º ano do ISEF para os recem-diplomados, que por esta via optarem* e a *abertura das licenciaturas no âmbito do 4. ano do ISEF para os bacharel que optarem neste sentido.*

Por outro lado, aprovou-se a constituição de uma estrutura com uma Comissão Nacional composta por 6 Comissões Regionais e ligada a 22 Comissões Distritais.

Registe-se ainda o facto de Carlos Abreu antigo campeão de ginástica e um dos membros mais destacados do Congresso dos diplomados de Educação Física ter sido despedido pelo actual responsável da DGD, das suas funções de coordenador do Departamento de Desenvolvimento Desportivo.

PUB.

ASRY- Arab Shipbuilding and Repair Yard Co.

TRIPULAÇÃO

Pretende-se para trabalhar no Golfo Arábico com contrato por seis meses, podendo ser renovado por igual período se ambas as partes acordarem, num navio-tanque a turbinas registado no Panamá, e fundeado no porto de Lisboa:

Imediato	Empregados de Câmara
2.º Piloto	Chefe de Máquinas
3.º Piloto	1.º Maquinista
Contramestre	2.º Maquinista
Enfermeiro	3.º Maquinista
Bombeiro	Paioleiro
Marinheiros Timoneiros	Electricista
Marinheiros de Convés	Artífice/Serralheiro
Cozinheiro	Azeitadores
Ajudante de Cozinha	Fogueiros

Respostas até 18 de Novembro (inclusivé), indicando anteriores embarques, ordenado pretendido e outras cláusulas de seu interesse para:

ASRY – Lisbon Office
Av. 25 de Abril, n.º 9-B
ALMADA

CROMOS FUTEBOL 77
A GRANDE SELECÇÃO

COMUNICADO

Em virtude da convocação de HUMBERTO COELHO verificada em última hora, informamos que:

1.º — Distribuimos através da Livraria Bertrand 100 000 CROMOS deste jogador, encontrando-se à venda em todo País desde 5.ª feira, 11-11-76.

2.º — Em virtude desta convocação e para dar a todos os coleccionadores a possibilidade de incluirem HUMBERTO COELHO na formação da SELECÇÃO NACIONAL da sua caderneta; decidimos prorrogar o prazo do envio das cadernetas para o jogo com a DINAMARCA, de 12 para **15 do corrente** (próxima 2.ª feira).

Compre pois nas tabacarias e livrarias CROMOS FUTEBOL 77 e adquire o HUMBERTO COELHO, o RUI RODRIGUES e o CELSO, facilmente.

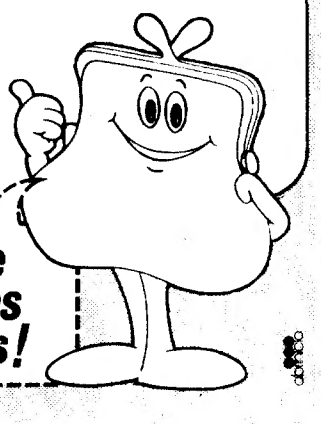
EDIÇÕES ACRÓPOLE LDA.

Apartado 24 — Alfragide
Telefones:
971379 — 972433 — 972302

COMPRAS DO MÊS

NOVEMBRO

1. Açúcar – Pac. 1 kg	18$30
2. Farinha Trigo – Pac. 1 kg	8$50
3. Esparguete Triunfo – 1/2 kg	6$20
4. Bolacha Maria Triunfo – 200 grs	5$40
5. Bolacha Shortcake Aliança – 200 grs	10$60
6. Maizena Sabor Banana	14$00
7. Bebida Choc. Micau	39$00
8. Margarina Sol – Pac. 250 grs	7$90
9. Margarina Sol – Pac. 1 kg	30$50
10. Renamatic Barril	84$20
11. Ajax Familiar	11$80
12. Bravo Limão Grande	7$20
13. Sabonete Palmolive Banho	7$80
14. Pasta Dentes Gidaril	9$00
15. Shampoo Bingo Familiar	23$80
16. Laca Bingo	31$90
17. Karpex Grande	31$00



Pad de Açúcar
NUTRIPOL
A.C. SANTOS

Conte às suas amigas!

Geral

DEPUTADOS VOLTAM DA U.R.S.S.

Para Arnaut foi "verdadeira revelação"

A delegação da Assembleia da República que a convite do governo da U.R.S.S. esteve uma semana em visita a esse país, regressou esta madrugada a Lisboa onde foi aguardada, no aeroporto, pelo Dr. Vasco da Gama Fernandes e pelo embaixador Kalinine da União Soviética.

Constituída por deputados dos quatro principais partidos com assento na Assembleia da República, a delegação foi chefiada pelo vice-presidente António Arnaut que falando em nome de todos exprimiu grande entusiasmo pelo que lhes fora dado observar: «foi para nós uma verdadeira revelação esta ida à U.R.S.S. Eu próprio fiquei surpreendido pelas grandes alterações operadas principalmente depois da última guerra mundial. A nossa impressão é muito boa e a conclusão que temos de tirar desta visita é que a U.R.S.S. deseja laços de amizade cada vez mais fortes de cooperação com Portugal. Quero fazer notar que dos vários encontros que tivemos — e tivemo-los com as mais altas individualidades da U.R.S.S. — resulta, como disse, que eles tiveram sempre a preocupação de salientar que em nada desejam interferir nos negócios internos e na forma como o povo português deseja construir o seu futuro».

L.C.I. e P.R.T. concorrem às eleições

Em conferência de Imprensa anteontem realizada em Lisboa, a LCI e o PRT, partidos trotsquistas, anunciaram que concorreriam às eleições para as autarquias locais em 14 Câmaras Municipais, duas Assembleias Municipais e duas Assembleias de Freguesia.

No entanto, aqueles partidos não poderão concorrer como frente eleitoral, uma vez que entregaram o seu processo de legalização fora do prazo determinado na lei eleitoral.

Em comunicado tornado público a LCI e o PRT afirmam que, nas autarquias em que não se apresentam se mantém a «necessidade de derrotar a direita com todo o vigor, impondo uma maioria operária para que as autarquias funcionem como pontos de apoio às lutas populares».

Episcopado está reunido em Fátima

Decorre em Fátima, sob a presidência do Cardeal-Patriarca de Lisboa D. António Ribeiro, a Assembleia Plenária do Episcopado Português cujos trabalhos serão encerrados amanhã.

A Assembleia Plenária conta com a presença de cinco arcebispos, 12 bispos e seis bispos resignatários das ex-colónias portuguesas. Por outro lado, inclui-se ainda nesta lista a presença dos auxiliares de cada bispo e arcebispo.

A ordem de trabalhos incidirá principalmente sobre questões relacionadas com a pastoral nas várias dioceses e com o próximo sínodo dos bispos.

BARES - BOITES
RESTAURANTES TÍPICOS
DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859*368197. Rosy Striptseuse

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264886/264621/264946

CusCus
Especialidade Árabe
Jante todos os dias depois das 20.30 no Bonaparte.
Pratos individuais a 80$00
Rua de S. Miguel, 70
Telef. 87 27 61

AOS PROFESSORES
ÀS LIVRARIAS DE TODO O PAÍS
Comunica-se que o livro «ESTUDOS SOCIAIS, por Bernardina Felgueiras e Augusto Gonçalves estará de novo à venda na próxima 3.ª feira
POLITÉCNICA EDITORA
Rua da Misericórdia, 67 - 2.º, Esq.º — Lisboa-2

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava encoberto o vento era moderado dos quadrantes sul e chovia na maioria do território.

TEMPERATURAS EXTREMAS

PRAIA DA ROCHA
Máxima 16º

FIGUEIRA C: RODRIGO
Mínima 0.3º

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu muito nublado; vento moderado de Sudoeste; periodos de chuva a partir da madrugada periodos de muito nublado; vento moderado de Noroeste. Aguaceiros.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO	7º
COIMBRA	7º
PORTALEGRE	5º
LISBOA	10º
FARO	12º
FUNCHAL	16º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
5.15	3,9 m		
17.37	3,6 m	11.00	1,2 m
DIA 12			
5.49	3,8 m	23.11	1,3 m
18.17	3,5 m	11.41	1,3 m
DIA 13			
6.32	3,6 m	23,55	1,5 m
19.07	3,4 m	12.32	1,5 m

AMANHÃ

NASCER ÀS ... 7.15
OCASO AS ... 17.26

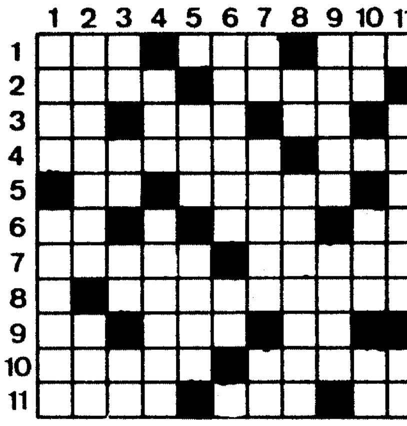
DIA 14 — DIA 21 — DIA 28 — DIA 6

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO
PROBLEMA N.º 11605

HORIZONTAIS:

1 Calamidade. Governanta. Forma apocopada e proclítica de vale.
2 Acolá. Avaliei.
3 Ruim. Oásis. O mais.
4 Confirmara. Tens.
5 Ouro. (s.q). Ritmo.
6 Nota musical. Artigo definido. Larva das feridas dos animais. Medida japonesa igual a dois decilitros.
7 Inspiração. Amuralha.
8 Incendiaram.
9 Cidade da antiga Caldeia. Ilha do Estado da Baía. Reis.
10 Sobra. Demónio.
11 Serra de Porutgal. Mãe de Romulo e Remo. Pertences.



VERTICAIS:

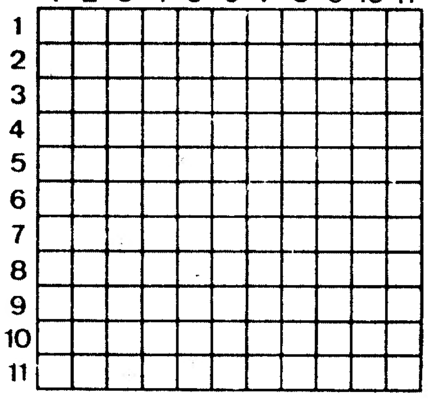
1 Suga o leite materno. Prudente.
2 Ocultais. Rente.
3 Vê. Estrépito de desmoronamento. Basta. Sua Santidade.
4 Punhado. Caminho percorrido por um corpo celeste.
5 Seguiam. Enfeita.
6 Seguiam. Enfeita.
6 Faleceu. Em partes iguais.
7 Atmosfera. Detrás. Preposição.
8 Aqui. O mesmo que ramagem.
9 Antigo. Fêmea do urso.
10 Nesse lugar. Grande. Berilo (s.q).
11 Esmoncam. Ósmio (s.q).

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7665

HORIZONTAIS:

1 Vareja. Espécie de gaivota (T. de Ílhavo).
2 Época. Seguias. Igual.
3 Perscrutarás. Mulher de Alcino, rei dos Feaces e mãe de Nausica.
4 Gorgulho tropical. Anéis.
5 Rei lendário de Tróia fundador de Ílion. Deus supremo da mitologia assírio-babilónica. Animal doméstico.
6 Prendam. Despidas.
7 Freguesia do concelho de Braga.
8 Amónio (s.q). Batráquio. Viração. Frâncio (s.q).
9 Espreitar. Grande sala.
10 O mesmo que açaizeiro. Invulgar.
11 Cidade de Itália. Miras.



VERTICAIS:

1 Carimbai. Atam.
2 Círculo que rodeia a Lua por vezes. Cidade da Arábia.
3 Dá arrotos. Cabelos brancos.
4 Preposição e artigo definido. Vagueais.
5 Zombas. Dividir ao meio.
6 Gálio (s.q). Rado (s.q.)
7 Membro de ave. Besuntas.
8 Radio (s.q). O mesmo que curare.
9 Destruam. Pêlos de certos animais.
10 Levas à sirga. Executará.
11 Detido. Pães de milho.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11604

HORIZONTAIS:

1 Br. Brasas.
2 Ramo. Vane.
3 ANO. Fico.
4 VA. NEVOSO.
5 Falados.
6 Dor. Res. Fa.
7 Correis. Ai.
8 Armara. Utar.
9 Amora. ANO.
10 Es. Tara.
11 Ossadas.

VERTICAIS:

1 Bravo. Caa.
2 Rana. Dorme.
3 Mo. FORMOSO
4 Bo. Narrar.
5 Fel. Era.
6 Avivaria. Cá.
7 Sacodes.
8 Anoso. Unta.
9 Sé. Os. Atoas.
10 Fia.
11 Casara. Rias.

PROVÉRBIO: Ano nevoso ano formoso.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7664

HORIZONTAIS:

1 Sã. Agave. Ca.
2 Agi. Aue. Aos.
3 Iaras. Rompe.
4 Otao. Tais.
5 Arse. Gade.
6 Serras.
7 Mama. Mais.
8 Br. Boa. As.
9 Repassa. Agá.
10 Anota. Caber.
11 Rara. Mor. Na.

VERTICAIS:

1 Saio. Ambrar.
2 Ágata. Arena.
3 Iraram. Por.
4 Aos. Abata.
5 Gás. És. Osa.
6 Au. Emas.
7 Ver. Grã. Aço
8 Otária. Ar.
9 Amadas. Ab.
10 Copies. Agen
11 Ases. Asara.

PUB.

COMUNICADO

CASO DOS OPERADORES DE GRUAS FLUTUANTES E PRESIDENTE DO SINDICATO DOS ESTIVADORES

As Comissões de Trabalhadores vêm alertar as Entidades Oficiais e o Povo em geral que o conflito que surgiu entre o Sindicato dos Estivadores e os Operadores de Gruas Flutuantes das Empresas «SOCARMAR» e «TRÁFEGO E ESTIVA» com a exigência deste Sindicato ao impor no mesmo a Sindicalização destes Trabalhadores, terminou com o Relatório da Comissão Técnica, que foi criada pelos Ministérios dos Transportes e do Trabalho para a resolução do conflito, e que apresentou as seguintes conclusões:

1 – O Operador de Grua Flutuante não é um estivador nem vice-versa;

2 – O exercício das funções que constituem a categoria de Operador de Gruas Flutuantes não deve competir a estivadores;

3 – O enquadramento sindical dos Operadores de Gruas Flutuantes, sem prejuízo do princípio de inscrição sindical, deverá processar-se no Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Fluviais.

O Presidente do Sindicato dos Estivadores – José Lino não aceitou o relatório nem as referidas conclusões da Comissão, ameaçando propor medidas de força como pressão reivindicativa para fazer aceitar as suas exigências.

Esperamos que os Trabalhadores de Estiva não se deixem manipular, através da coacção com que o Presidente actua na casa do conto pois a democracia ainda não entrou no Sindicato dos Estivadores, para dar aval a mais uma arbitrariedade do seu Presidente – José Lino que apenas pretende servir-se da classe que representa para beneficiar interesses que nada têm a ver com a mesma.

As Comissões de Trabalhadores assim como os Trabalhadores que representam, estão decididos a exigir das Entidades Oficiais e principalmente dos Ministérios do Trabalho e dos Transportes, o cumprimento da Lei Sindical, da Constituição e do Relatório da Comissão Técnica para salvaguarda da democracia *e muito especialmente para salvaguarda da economia nacional.*

Assim; alertamos através da Imprensa todas as Entidades Oficiais, que os Trabalhadores das referidas Empresas não cederão perante a razão que lhes assiste e exigem que o Presidente do Sindicato dos Estivadores – José Lino seja chamado à ordem e obrigado a cumprir a Lei, para que pela primeira vez seja uma realidade a democracia e o 25 de Abril dentro do sector de estiva, e que o sector portuário que está desorganizado *seja urgentemente reestruturado.*

Este Comunicado vai ser enviado às seguintes Entidades Oficiais:
– Presidente da República
– Gabinete do Primeiro-Ministro
– Conselho da Revolução
– Comissão Constitucional
– Ministro do Trabalho
– Secretaria de Estado da marinha Mercante

Lisboa, 10 de Novembro de 1976

A COMISSÃO DE TRABALHADORES DA EMPRESA DE TRÁFEGO E ESTIVA
A COMISSÃO DE TRABALHADORES DA SOCARMAR.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO P-1
AJUDA Toda a noite
Dilena, Rua Aliança Operária, 49-A/B (Tel. 636620)
ALVALADE
Neoterápia, Campo Grande, 138 (Tel. 774682); Estados Unidos, Avenida Estados Unidos da América, 16-B (T. 725859)
AMORBRAS
Pátria, Calçada dos Mestres, 30-A (T. 680627)
ANJOS
Góis, Rua dos Anjos, 12-C (antiga Rua Registo Civil) (T. 840101).
AVENIDAS NOVAS
Fátima, Avenida 5 de Outubro, 147-A (à Av. Barbosa do Bocage) Tel. 763107)
BENFICA
Lavinha, Rua Eng. Paulo de Barros, 28-A (à Rua do Casquinho) (T. 708242)
CAMPO DE OURIQUE
Condestável, Rua Coelho da Rocha, 119 (T. 666206)
CARNIDE
Leal de Matos, Rua Neves Costa, 33 (T. 780101).
CASTELO
Ziler, Rua S. Tomé, 54 (T. 862835)
LAPA
Alb, Rua de Santana à Lapa, 156 (T. 663562)
LUMIAR
S. Tomé, Estrada do Desvio lote 12-C (T. 790704)
PICHELEIRA
Marlux, Calçada da Pichelaira, 140-B/C (T. 720703/728395)
SÃO PAULO
Açoreana, Largo Conde Barão, 2 (T. 661330)
SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Novais, Av. Luis Bivar, 11 (T. 44324)
TURNO P-2
Até as 22 horas
ALCANTRA
Probidade, Rua de Alcântra 15-A (T. 638589)
ALTO DE SÃO JOÃO
Nova Luz, Rua D. Domingos, Jardo 28-A (à Av. D. Afonso III) (T. 843439).
ALVALADE
Paris, Rua Reinaldo Ferreira, 5-A/B (ao Pote de Água) (T. 710131)
ARCO DO CEGO
Palma, Av. Duque D'Ávila, 25-31 (T. 47088)
AREEIRO
Vera Cruz, Praça Alfrânio Peixoto, 2-B (à Av. S. João de Deus) (T. 724941)
BAIRRO DOS ACTORES
Esperança, 101-B (T. 722868)
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Zira, P.ª Casas Novas, lote 66 (T. 310172)
BAIXA
Morão, Rua da Assunção (T. 321289)
BENFICA
Sousa, Estrada de Benfica, 429 (Tel. 780027)
CAMPO DE OURIQUE
Ivone, Rua Silva Carvalho 232-C (T. 650760)
LUMIAR
Matos Viegas, Avenida Rainha D. Amélia, 34-B (Quinta das Mouras) (T. 794174)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Almeida Nifo, Av. Comb. G. Guerra, 64 (Tel. 2112070)
ALCABIDECHE
Carvalho, Até às 21 horas
PORTO SALVO
Porto Salvo, Até às 21 horas
CARCAVELOS
Central, Até às 24 e das 0 às 9 horas
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (Tel. 260085); Até às 22 horas
PAÇO DE ARCOS
Pargana, Av. Eng.º Bonneville Franco (Tel. 2435147), até às 24 e das 0 às 9 horas
OEIRAS
Oeiras, L. Henrique Paiva Couceiro (Tel. 2430485), até às 22 horas.
NOVA OEIRAS
Leal, até ás 21 horas
PAREDE
Grincho, Av. da República, 87 (Tel. 2471204), até ás 24 e das 0 ás 9 horas
PAREDE
Aisir, Av. Gago Coutinho - B.º das Caixas de Previdência (Tel. 2472948), até ás 24 horas
PAREDE
Junqueiro, até ás 21 horas
S. JOÃO DO ESTORIL
S. João, Quinta da Carreira 29-A (Tel. 263052), até às 21 horas
AMOREIRA
Amoreira (Tel. 2622313/ /267314) até às 22 horas
CASCAIS
Cascais, R. Conde de Monte Real - R.º Caixas (Tel. 282407), até às 21 horas.
Cordeiro, Ac. Comb. G. Guerra, 40 (Tel. 270170), até às 24 e das 0 às 9 horas

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Dias Av. Marquês de Pombal, lote 9 (Telef. 934589). Toda a noite; Campos, Rua Elias Garcia, 185 (Telef. 930072). Até às 22 horas; Clabel R. António Sardinha, 23-D (Telef. 938551). Até às 22 horas
DAMAIA
Confiança, Est. Militar, lote D x (T. 971023). Serviço permanente.
VENDA NOVA
Girassol R. Elias Garcia, 17-C (Tetef. 974161). Até às 22 horas
QUELUZ
Correia L. do Mercado, 3 (TMELEF: (*)()!)
CACÉM
Guerra Rico Agualva
MEM MARTINS
Química. Est. Mem Martins 285. Telef. 2910012. Miranda Garcia, Est. de Mem Martins, 173-B (Telef. 2914103)
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (Telef. 980456)
SINTRA
Marrazes (Vila) (T. 2930155) 2930155)
COLARES
Abreja (Telef. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (Tel. 234100)
ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (Tel. 204250)
ALMADA
Castro Rodrigues, R. Capitão Leitão, 21-A (Tel. 2750076)
BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, Est. Nacional, 244-A (Tel. 2040141)
BARREIRO
Pimenta, R. Const.º Joaquim António de Aguiar, 259 (Telef. 2073012);
COVA DA PIEDADE
Morgado R. Cabo da Boa Esperança, 25-A (Telef. 2767356);
MOITA
Silva Rocha P. da República, 16 (Telef. 239029)
MONTIJO
Moderna, R. Bulhão Pato, 60 (Telef. 2310156)
SESIMBRA
Lopes R. Cândido dos Reis, 21 (Telef. 2233028)
SETÚBAL
Normal do Sul P. do Bocage (Telef. 22216)
SEIXAL
Godinho L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

PORTO

Martino. Sucr., P. Marques de Pombal, 122 Pombeiro. Campo dos Mártires da Pátria, 152 Prelada, R. Central de Francos, 316 Ameal. R. do Ameal, 1227 Campo Alegre. R. do Campo Alegre, 723. Peninsular, R. Cha. 100 S. Lázaro. Av. Rodrigues de Freitas, 297
TODA A NOITE
Melo Taveira, R. Alcaide Faria, 77 S. Roque da Lameira. R. de S. Roque da Lameira, 1111 Sá da Bandeira, R. de Sá da Bandeira, 236 Ferreira da Silva, R. dos Mártires da Liberdade, 150

COIMBRA

FIGUEIREDO — Rua do Sofia — Telf. 22837

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

S. LUIS
21.30 (13 anos)
«Tudo no Jardim»
MARIA MATOS
21.30 (18 anos)
«O Director da Ópera»
TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.30 (13 anos)
«Tambores na Noite»
CIRCO MARIANO
Alameda D. Afonso Henriques
21.30 (6 anos)
LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«Vamos Trocar de Mulheres»
VARIEDADES
21.30 (13 anos)
«Isto é que me Dói»
MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«O Bombo da Festa»
TEATRO ABERTO
21.15 (13 anos)
«O Círculo de Giz Caucasiano»
A-B-C
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Cada Cor seu Paladar»
ADÓQUE
20.30, 22.45 (18 anos)
«A Grande Cegada»

LISBOA/Cinemas

CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Loucuras Porno»
CALEIDOSCÓPIO
21.00 (18 anos)
«O Império dos Sentidos»
SATÉLITE
21.45 (13 anos)
«Matrimónio»
CINEARTE
21.15 (18 anos)
«Malícia de Vénus»
CAPITOLIO
21.00 (18 anos)
«Wester porno»
MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«O Homem que queria ser Rei»
EUROPA
21.15 (10 anos)
«Os Glorisos Malucos das Máquinas Voadoras»
RESTELO
21.15 (18 anos)
«A Jovem Nora»
JARDIM
21.15 (13 anos)
«Frankenstein»
LUMIAR
21.15 (18 anos)
«O Homem de Hong-Kong»
PARIS
21.15 (13 anos)
«Há Lodo no Cais»
PROMOTORA
19.00 (18 anos)
«Quando os Deuses têm Sede»
VOX
21.15 (18 anos)
«Os Teatros Eróticos de Paris»
ROYAL
21.15 (18 anos)
«Meninas Bem»
ARCO
21.30 (13 anos)
«A Linha Geral»
OLÍMPIA
21.00 (18 anos)
«Relações Escaldantes»
PALÁCIO FOZ
21.00 (13 anos)
«Luzes da Ribalta»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Lido
21.15 (13 anos)
«Nao há Azar»
AMADORA
Cineestúdio
21.30 (18 anos)
«Alfie Darling»
SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (13 anos)
«Bobby»
MEM MARTINS
Cine Chaby
21.15 (18 anos)
«Sexo a Jacto»

LINHA DE CASCAIS

PAREDE
Royal
21.15 (18 anos)
«A Pistola»
ESTORIL
Palácio
21.15 (18 anos)
«Reflexos num Olho Dourado»
ESTORIL
Casino
17.00, 21.15 (18 anos)
«O Homem de Klan»
CASCAIS
Oxford
21.15 (18 anos)
Técnicas do Amor»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (13 anos)
«Um Dia Difícil»
LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.15 (18 anos)
«Noitadas de Paris»

PORTO/Cinemas

TRINDADE
21.16 (13 anos)
«A Filha de Ryan»
S. JOAO
21.15 (18 anos)
«O Império dos Sentidos»
ÁGUIA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Passado Inesquecível»
SALÃO BEBÉ
21.15 (18 anos)
«A Terra Prometida»
BATALHA
21.15 (13 anos)
«O Homem que Queria Ser Rei»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Prostituição Clandestina»
CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«Exibição»
JÚLIO DINIS
17.45 e 21.15 (18 anos)
«Os 5 Dias de Milão»
SÁ DA BANDEIRA
21.30 (18 anos)
«Western Porno»
RIVOLI
21.15 (13 anos)
«OURO»
COLISEU
21.15 (14 anos)
«O Direito de Nascer»
ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«A Mulher, o Amor e o Ódio»
ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«E Tudo o Vento Levou»
ESTÚDIO 400
21.30 (18 anos)
«O Ataque dos 7 Magníficos»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«O Amante»
VALE FORMOSO
21.15 (18 anos)
«A Freira de Monza»

cinemas

ALVALADE

T. 897480 — 15.30, 18.30, 21.15
Luis de Funés em
AS FÉRIAS GRANDES
Um filme de Jean Giraut
6.ª Semana
Para todos

APOLO 70

T.763319 — 14,16.30,19 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos)
VittorioGassman, AlessandroMomo Agostina Belli
PERFUME DE MULHER
2.ª Semana
Um filme de Dino Risi
Hoje às 24,00 horas — Grupo D (M. 18 anos)
UM CRIME NO EXPRESSO DO ORIENTE

AVIS

T.47163 — 15.15. 18.15 e 21.15
Não acons. men. 13 anos
25.ª Semana
BOBBY
A projecção do filme começa 5 minutos após os horários

BERNA

T.776098 — 14.00, 17.30, 21.00
A mais espectacular obra que o cinema realizou
SPARTACUS
Um filme de Stanley Kubrick
Grupo B (10 anos)

CINEMATOGRÁFICO

T.795093 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
«O filme sensação» Festival de Cannes 1976
O IMPÉRIO DOS SENTIDOS
A obra-prima de Nagisa Oshima
Interdito a menores de 18 anos
Aviso ao público: Este filme contém cenas eventualmente chocantes

CASINO ESTORIL

T.264996 264996 — 17.00, 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
O HOMEM DO KLAN

CASTIL

T.530194
Às 15.00, 17.00, 19.00, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
UM AMOR COMO O NOSSO
Um filme de Andrée Marchand
3.ª Semana
(Este filme pode ser considerado pornográfico)

CONDES

T.322523
Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Num ambiente escaldante...
OURO
3.ª Semana
C/Roger More, Susannah York, Rav Millano

ECRAN

Tel 320768 — 14.45, 18.00, 21.15
Jamais o cinema indiano foi tão longe!
3.ª Semana
FOGO REAL
O filme empolgante de Ramesh Sippy
Não acons. men. de 18 anos

ESTÚDIO

T.779095 14 15.00, 17.00, 19.00, 21.15
O filme sensaçao do Festival de Cannes 76
O IMPERIO DOS SENTIDOS
A obra-prima de Nagisa Oshima
Interdito a menores de 18 anos

ESTÚDIO 444

Tel. 779095 14.30, 16.45, 19.00, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
EXIBIÇÃO
3.ª semana
Este filme contém cenas eventualmente chocantes

IMPERIO

Tel. 555134/5 15.15, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A actriz mais sensual da actualidade LAURA ANTONELLI
MEU DEUS, AO QUE EU CHEGUEI!
Um mestre do cinema italiano LUIGI COMENCINI
3.ª semana

LONDRES

Tel. 801313 — 14,16.30,19 e 21.30
Não acons. m. 13 anos
A FLAUTA MÁGICA
Atenção: o filme é exibido logo no início da sessão

MUNDIAL

Tel.538743 — 15.15, 18.30, 21.15
Interdito a menores 18 anos
COMO, QUANDO E COM QUEM?
Este filme contém cenas eventualmente chocantes

PARIS

Sessões: 15.00, 18.00, 21.00
Ciclo cinematográfico Charles Chaplin — 1.ª série
LUZES DA RIBALTA
Realizador: Charles Chaplin
Espectáculo para m/ 6 anos
Iniciação da Direcção Geral da Acção Cultural

NIMAS

Tel. 574313/574313
14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Não acons. men. 18 anos
CHOVE EM SANTIAGO
5.º mês de lotações esgotadas
O Chile de Allende e Pinochet

ODEON

Tel. 326283 — 15.15, 18.15 e 21.15
Não acons. a menores 18 anos
Em 24.ª semana de enchentes
O PECADO SERVE-SE QUENTE

PATHÉ

Tel. 821933 — 15.00, 18.00, 21.15,
Uma dimensão exacta de amor, com mistura de pecado e inocência!
AAINA
3.ª Semana
Um filme de K. Balachander
Não acons. a menores de 13 anos

POLITEAMA

Tel. 323805 14.15, 16.30, 19.00, 21.30
Interdito men. 18 anos
Em 4.ª semana êxito total
PROSTITUIÇÃO CLANDESTINA
(Cont. cenas eventualmente chocantes)

RITZ

Tel. 610376 — Às 21.00
Não acons. men. 18 anos
A JOVEM NORA
3.ª Semana

ROMA

Tel. 727778 — Às 15.30, 18.30, 21.15
«César et Rosalie»
com Yves Montand, Romy Schneider

ROXY

Tel. 48560 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Jerry Lewis em
JERRY, PRIMEIRO TURISTA NO ESPAÇO
Um filme de Norman Taurog
Para todos

S. JORGE

Tel. 554153 15.15, 18.15, 21.15
O mais espectacular filme do nosso tempo!
ROLLERBALL
De Norman Jewison com James Caan.
3.ª Semana

TIVOLI

Tel. 570595 15.15, 18,30 e 21.15
Das profundezas do oceano surge o mais grandioso de todos os filmes!
20.000 LÉGUAS SUBMARINAS
um filme de Richard Fleischer
2.ª Semana
Não acons. a men. de 13 anos

UNIVERSAL

Tel. 774402
Às 15.00 e 21.00 o primeiro filme de Glauber Rocha
BARRAVENTO
Às 17.00, 23.00 (Int. m/18 anos)
A FILHA DO GUARDA DA PASSAGEM DE NÍVEL
Às 19.00 um filme de Glauber Rocha
CANCER

O JOKO

Tel. 971794 — 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A NOITE DOS GENERAIS

rádio

1.º Programa
16.00 Noticiário — música variada; **17.00** Música do Brasil; **17.30** Conjuntos; **18.00** Noticiário; **18.05** «O povo e a terra», programa do Emissor Regional do Norte. Música portuguesa; **19.00** «A criança», programa do Emissor Regional de Coimbra; **19.35** Acção sindical; **20.00** Orquestras; **21.00** «Contraponto»: editorial: tema de actualidade; uma palavra «cultura»; **23.30** Polidesposto; **00.00** «Último jornal»; **00.15** «Jazz»; **00.30** Música de filmes; **01.00** «Música na noite».
2.º Programa
16.00 «As grandes sinfonias»: Sinfonia n.º 2, em dó menor («Ressurreição», de Mahler; **17.30** Música de cravo, de autores italianos dos séculos XVII e XVIII, por Luciano Sgrizzi; **18.00** As sinfonias de Beethoven; **19.00** «O canto e os seus intérpretes»; por Maria Helena de Freitas; **20.00** Orquestras de câmara: «Le Reveil», de «la Chasse au Cerf», de Jean Baptiste Morin; **20.58** Ópera; **22.00** Duo oboé e piano: Andrew Swinnerton e Adriano Jordão, em 3 Romanzas, de Schumann e Sonata, de Poulenc; **22.38** Suite «para as crianças», de Bela Bartok; **23.00** Intercâmbio Musical: Programa pela Orquestra da Radiodifusão Holandesa: «Mar calmo e feliz viagem», abertura op. 27, de Mendelssohn; Concerto para clarinete, viola e orquestra, op. 88, de Max Bruch; Andante cantabile, do quarteto em ré maior, op. 11, de Tchaikowsky; **23.55** Solos de piano: Sonata n.º 2 em lá bemol maior, op 39, de Carl Maria Von Weber; **00.25** O soprano Cathy Bernerian em obras de Luciano Berio: Sequência III para voz solo, por Folk Songs; **01.00** Fecho
3.º Programa Nacional e Regional (294 m)
16.00 «Variante» (continuação); **16.15** Casos ao acaso; **16.40** «Disco...rendo»; **17.10** Prevenção e saúde; **17.30** Cinema em variante, por Carlos Pina: **18.00** «Contacto»: Antologia; Contacto jazz; Actualidade; Pesquisa; Contacto rua e Fórmula 1; **20.15** Correspondência de Washington e Moscovo; **21.00** Música, só música; **21.30** «Quando o telefone toca»; **23.03** «Nocturno»; **00.20** «Imprevisto»; **02.00** Fecho.
Rádio Local (187,5 m)
18.00 «Entardecer»; **19.30** Romance de uma cidade (repetição); **21.00** Fecho
4.º Programa Emissão total em estereofonia
19.00 «Em Órbita»; **20.00** Programa da Noite; **22.00** «Auditório»; **24.00** «Prisma»; **02.00** Fecho.

Em SILVES o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ D. SANCHO I

DL
RENASCENCA GRAFICA S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO 185, 1.º 2.º
TELEF. 654531 2 3 4
REDACÇÃO SERVIÇOS TECNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO 44
TELEF. 321154-5 320271 2 3
RUA DA ROSA 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

"Correio" descarrilado foi objecto de pilhagem

ESTARREJA, 11 — Milhares de contos de prejuízo provocou o descarrilamento do comboio «Correio» na estação de Estarreja. Também o trânsito ferroviário na linha do Norte ficou todo o dia perturbado chegando os comboios a atingir atrasos de três horas na chegada ao Porto. Ontem, à noite, ainda se encontrava apenas desimpedida uma das linhas esperando-se que esta tarde tudo volte à normalidade.

O descarrilamento foi provocado, cerca da meia-noite, pelo choque do comboio correio com um vagão de mercadorias, momentaneamente estacionado na linha. Quatro das carruagens do «Correio» descarrilaram provocando o pandemónio na circulação.

Para agravar as complicações resultantes do descarrilamento, pessoas houve que assaltaram o comboio de mercadorias para roubar o recheio, principalmente os artigos diversos espalhados sobre a linha e em torno das carruagens sinistradas. A G. N. R. de Estarreja teve de intervir para pôr cobro a estes desmandos.

A C. P. abriu um inquérito ao acidente mas tudo leva a crer que se tenha tratado de erro no accionamento da agulha pelo que o comboio vindo do Porto em vez de entrar na linha 2, que estava vaga, foi esbarrar com a carruagem parada na linha 3.

Não há desastres pessoais a lamentar, salvo ligeiros ferimentos num ferroviário.

FERNANDO NAMORA

DIÁLOGO EM SETEMBRO

5.ª EDIÇÃO (21.º MILHEIRO)

«**Diálogo em Setembro** é um dos livros mais peculiares que se têm publicado nos últimos tempos em Portugal. Livro para se respeitar nas nossas estantes. Nele, Fernando Namora afina até ao virtuosismo o seu estilo, fazendo desta obra o que deve considerar-se o ponto mais alto da sua carreira de escritor e pensador.»

FERNANDO MENDONÇA
O Estado de São Paulo

do mesmo autor:

A NAVE DE PEDRA

uma autobiografia intelectual e afectiva

UMA EDIÇÃO LIVRARIA BERTRAND
APARTADO 37 — AMADORA

P.C.P. abriu Congresso

Continuação da pág. 1

ração económica pela via do reforço capitalista, o secretário-geral do PCP contrapôs necessidade de ganhar não apenas a confiança dos capitalistas mas sobretudo a confiança dos trabalhadores.

Para tal, haverá, segundo Álvaro Cunhal, que impedir a recuperação capitalista, impedir quaisquer desnacionalizações, impedir que capital privado tenha entrada em empresas nacionalizadas, garantir o controlo operário, e impedir que os patrões que abandonaram as empresas regressem às mesmas mas solucionem os problemas destas pela via das nacionalizações ou da formação de cooperativas.

DEBATE DEMOCRÁTICO

A abrir a sua intervenção, Álvaro Cunhal explicou que o relatório do Comité Central, distribuído por 434 páginas, havia já sido entregue a todos os delegados, depois de aprovado pela direcção do Partido. Referiu ainda o facto deste congresso ter sido precedido de 2297 assembleias e reuniões em que foram debatidas as teses apresentadas ao Congresso, e eleitos os delegados das diferentes organizações. Neste total, participaram 40 mil membros do partido que propuseram 33.033 emendas às teses, 1283 das quais foram consideradas. Além destas houve ainda outras propostas mas que se referem ao plano de emergência do PCP, as quais não foram ainda contabilizadas mas que serão apresentadas no decurso dos trabalhos.

Estes números foram destacados por Álvaro Cunhal com realce para o amplo debate democrático no interior do PCP, sem correspondência nos outros partidos nacionais que se reclamam da democracia interna.

Os trabalhos prosseguem com a discussão das teses propostas e encerram hoje às 21 horas prosseguindo nos restantes dias, até domingo.

MENSAGEM DO P. C. U. S.

«A experiência do Partido Comunista Português testemunha claramente que a lealdade aos princípios do internacionalismo proletário e da solidariedade com todos os povos que lutam por uma justa causa fortalece as posição de cada sector do movimento comunista, bem como de todo o movimento» salienta uma mensagem do Partido Comunista da União Soviética, dirigida ao P. C. P., que acrescenta: «As posições internacionalistas do P. C. P. outros povos antigamente oprimidos pelo colonialismo português, e de todos os combatentes pela paz e pela liberdade dos povos.»

A saudação soviética conclui que «outra manifestação real do internacionalismo proletário do P. C. P. é a sua luta firme e sem compromissos contra o anticomunismo e o anti-sovietismo, venham de onde vierem».

Entretanto a delegação da mereceram-lhe o respeito dos povos de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, bem como de Frelimo, chefiada por Armando Panguene, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, que ontem chegou a Lisboa para participar no VIII Congresso do P. C. P. Sobre a presença da Frelimo, Armando Panguene declarou que «é mais um testemunho da solidariedade de militantes que existe entre as duas organizações», sublinhando que «a amizade entre os povos de Moçambique e de Portugal, que desde sempre existiu», se irá consolidar com a sua presença no Congresso do P. C. P. O vice-ministro moçambicano considerou o P. C. P. como «um aliado da Frelimo desde as primeiras horas, na luta de libertação nacional contra o colonialismo e o fascismo».

DELEGAÇÃO CHECA

Vinda de Praga chegou ontem, também, a delegação do PCC, chefiada por Vasil Bilak, membro do directório do partido e do Praesidium da Assembleia Federal Checoslovaca, eleita nos passados dias 22 e 23 de Outubro. Bilak é acompanhado por um outro membro do comité central, Oldrich Klicnik, primeiro-secretário do PC para a cidade de Brno.

Eanes recebe esta tarde Grupo de Trabalho da Contratação Geral

O Presidente da República recebe esta tarde o Grupo de Trabalho da Contratação Geral, com o qual discutirá problemas da contratação colectiva.

Do grupo fazem parte representantes da Intersindical, das Federações dos Metalúrgicos, dos Texteis, dos Rodoviários, do Comercio, da Hotelaria e dos Escritórios do Norte e do Sindicato da Construção Civil de Lisboa.

Nome

OS NEÓFITOS

Aos democratas de fresca data devem juntar-se os neopolíticos, os neojornalistas, os neopedagogos, os neocríticos, os neo-historiadores, os neo-revolucionários, os neo-escritores e os neo-estadistas. Há ainda os neofascistas e os que acumulam.

Não esqueçamos os neo-acácias e os pronto-a-vestir (casacas reviradas as vezes que for conveniente). Leia-se alguma Imprensa. Pode ser de ontem ou de hoje.

Governo ultima Orçamento Geral

Sob a presidência do primeiro-ministro Mário Soares começou esta manhã no Palácio de S. Bento uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros. Em agenda, as novas «reduções globais» a introduzir no Orçamento Geral do Estado para o ano de 1977.

Entretanto, deve começar a meio da tarde um plenário governamental alargado a secretários e subsecretários de Estado. Desconhece-se a agenda, mas presume-se que a reunião servirá para ultimar o orçamento Geral do Estado para o ano que vem.

Prometido pelo próprio Governo que o Orçamento será presente à Assembleia da República até ao dia 15 do corrente, segunda-feira, é de crer que os trabalhadores de elaboração sejam ultimados na reunião de hoje, transitando já amanhã para a AR, onde baixará à discussão na próxima semana.

Afundou-se um cargueiro

HORTA, 11 — Afundou-se ao Norte dos Açores o cargueiro turco «Zeki», que tinha água aberta num dos porões e foi apanhado pelo mau tempo que tem fustigado o arquipélago.

O cargueiro foi assistido por outro navio, o «Rosso Passat», que recolheu 27 tripulantes. O rebocador holandês, «White Zee», que estava ancorado no porto desta cidade, seguiu em socorro, tendo trazido para a Horta três tripulantes, incluindo o comandante.

Após o salvamento da tripulação, o cargueiro afundou-se. O «Zeki», que viajava de Hamburgo para Saint Lawrence, no Canadá, transportava um carregamento de 1.600 toneladas de alumínio em pó.

Desastre do rio Corona

Continuação da pág. 1

arrancar com toda a velocidade para não ser arrastado. Mas a correnteza já era forte de mais e atirou-nos ao rio».

Quatro das 12 pessoas conseguiram, depois, salvar-se pelos seus próprios meios, nadando para as margens do rio; os outros foram arrastados para muito longe.

O corpo de José Gertrudes Zambujo Julião foi encontrado á uma da manhã e os restantes cerca das cinco horas, todos muito longe do local do desastre, nas margens do rio. Todos os cadáveres apresentavam muitas escoriações. Como o rio vai dar à barragem de Corona não é de afastar a hipótese de os dois cadáveres que falta encontrar terem sido arrastados até à albufeira.

Estes operários da construção civil costumavam deslocar-se duas vezes por semana, às quartas e sábados, para as terras de origem. Todos trabalhavam nas obras do Porto de Sines.

TIRAGEM MÉDIA DIARIA
NO MES ANTERIOR: 40 930 EXS

CASCAIS Jazz

PAVILHÃO DOS DESPORTOS DE CASCAIS

Novembro DIA 12 ÀS 21.30 H. DIA 13 ÀS 21.30 H. DIA 14 ÀS 16 H.

Marcos Resende e Index - Swing Machine - Orquestra de Gil Evans -Rão Kyao c/Trio - Betty Carter c/seu Trio - Quintetode Sonny Rollins -QuartetoAraripa - Quarteto deJonFaddis/John Hicks - Muddy Waters e o seu grupo de Blues

LOCAIS DE VENDA DE BILHETES:
ABEP - DISCOTECAS: VALENTIM DE CARVALHO, SINFONIA, UNIVERSAL, MELODIA
LIVRARIAS - OPINIÃO, EUROPA-AMERICA, APOLO 70-LOJA DOS POSTERS, CINE FOTO AVIZ, IGRE
OU AINDA PELO TELEFONE 804242/3

ESTORIL - JUNTA DE TURISMO DA COSTA DO SOL
CASCAIS - LIVRARIA GALILEU
PORTO - VADECA 1 - VADECA 2 - MUNDO DA CANÇÃO
COIMBRA - DISCOTECA VALENTIM DE CARVALHO
CASTELO BRANCO - LUIS PIO

DIRECÇÃO GERAL DE TURISMO
DIRECÇÃO GERAL DA ACÇÃO CULTURAL
JUNTA DE TURISMO DA COSTA DO SOL